



MEMÓRIA SINDICAL DE SANTOS

1930 - 1964

Fundação Arquivo e Memória de Santos

MEMÓRIA SINDICAL DE SANTOS

1930-1964

Fundação Arquivo e Memória de Santos
Coordenação - Conceição da P. Martins

Santos, 1997



FUNDO
NACIONAL DA
CULTURA



MINISTÉRIO
DA CULTURA



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

**Memória sindical de Santos 1930-1964 / coordenação
Conceição da P. Martins. -- Santos, SP:
Fundação Arquivo e Memória de Santos, 1997.**

Vários depoimentos.

Apoio: Ministério da Cultura.

- 1. Sindicalismo - Santos (SP) - História**
- 2. Sindicalistas - Santos (SP) - Entrevistas**
- 3. Sindicatos - Santos (SP) - História I. Martins, Conceição P.**

98-0466

CDD-331.880981612

Índices para catálogo sistemático:

- 1. Santos: São Paulo: Organizações sindicais:
História 331.88098612**
- 2. Santos: São Paulo: Formação sindical:
História 331.88098612**

Dedicatória

Aos trabalhadores da Baixada Santista

Sumário

O CGT E OS ANOS DO SINDICALISMO NACIONALISTA.....	01	JOÃO MAGNO	56
INTRODUÇÃO.....	15	JOSÉ FÉLIX DE SILVA “CHUVISCO”	60
AFONSO NEVES GUERRA.....	17	JOSÉ GONÇALVES	64
ALBERTO PIRES BARBOSA “BARBOSINHA”	20	JOSÉ MENDES DE CARVALHO	67
ANGELO OSWALDO MASTELINI	24	MANOEL DIAS VELOSO “FLOR DA PRAIA”	69
ANTÔNIO GUARNIERI	26	MILTON SACOMAN	71
ANTÔNIO RODRIGUES “ANTONINHO”	29	NELSON ANTUNES MATTOS	73
BERNARDO DE ABREU MADEIRA	31	OSNY NERI DOS SANTOS.....	75
CLÁUDIO JOSÉ RIBEIRO	35	OSWALDO LOURENÇO	78
DOMINGOS GARCIA	38	OSWALDO PACHECO DA SILVA	80
FERNANDO DE CARVALHO	40	ROBERTO IRECÊ MARTINS.....	83
FRANCISCO RODRIGUES GARCEZ	43	SÉRGIO MARTINS	86
FRANCISCO SOARES DA SILVA “CHICO DO APITO”	45	VICTOR GALLATI	89
GERALDO RODRIGUES DOS SANTOS	47	VITELBINO FERREIRA DE SOUZA	91
GERALDO SILVINO DO OLIVEIRA	50	ZOAINES DE MORAES FILHO	93
GONÇALO PAULO DE CASTRO	52	BIBLIOGRAFIA.....	95
HERÁCLITO VALENÇA DE MOURA.....	54	EQUIPE TÉCNICA	97

Agradecimentos

A Maria Lúcia Prandi e Reinaldo Lopes Martins, por tudo; a Sérgio Avancini, pela sensibilidade; ao Ministério da Cultura e à Prefeitura Municipal de Santos, pela viabilização financeira; à Secretária de Educação de Santos, pela nossa permanência na área de pesquisa; aos diretores, colegas e estagiárias da Fundação Arquivo e Memória de Santos, pelo apoio; a todos que colaboraram conosco e, em especial, aos trabalhadores que gravaram depoimentos, cederam documentos, o nosso respeito e gratidão.

O CGT E OS ANOS DO SINDICALISMO NACIONALISTA A importância da cidade de Santos

LEÔNICIO MARTINS RODRIGUES
UNICAMP

As entrevistas que a Fundação Arquivo e Memória de Santos coloca à disposição do público referem-se a um momento importante -- e talvez único -- do sindicalismo brasileiro e de nossa História. Nesse sentido, os depoimentos de personagens que, em maior ou menor medida, foram atores de uma fase de nossa História -- alguns hoje esquecidos pelas novas gerações -- servem não somente para os que se interessam pela memória da cidade mas aos estudiosos do sindicalismo e aos historiadores. A cidade de Santos sempre ocupou um espaço relevante no movimento sindical do País em virtude da importância de seu porto no qual os comunistas tiveram um papel destacado em vários momentos⁽¹⁾. Nos primeiros anos da década dos sessenta, o papel de Santos e da Baixada Santista na política e no sindicalismo brasileiro viria a se ampliar ainda mais depois da implantação de novas atividades industriais de base, como a Refinaria Artur Bernardes e a Cosipa, que fizeram do Sindipetro e dos Metalúrgicos de Santos, ao lado do Sindicato da Estiva, forças importantes no movimento sindical e mesmo na política do País.

Os cientistas sociais e historiadores costumaram-se a designar o sindicalismo do período que segue a redemocratização do País, após 1945, e mais especialmente os primeiros anos da década dos sessenta, como o do "sindicalismo populista". O termo acabou por adquirir um caráter pejorativo, tal como o próprio adjetivo "populista". Talvez não devêssemos utilizá-lo, mas estamos entendendo com o termo, sem qualquer viés valorativo, como um tipo de movimento sindical que apresentou alguns traços especiais: 1) efetuar-se através dos sindicatos oficiais criados pela legislação corporativa; 2) ter fortes vínculos com outras forças e elites políticas e, assim, fazer parte de um amplo movimento político policlassista; 3) procurar obter vantagens trabalhistas e econômicas através da atuação política, isto é, orientar suas pressões (e demandas) mais para o governo do que para as empresas; 4) ter o nacionalismo como ideologia; 5) aceitar, no geral, o modelo corporativo de relações de trabalho, ou seja, a unicidade sindical, a Justiça do Trabalho, as contribuições obrigatórias (como o antigo imposto sindical hoje denominado contribui-

ção sindical), a existência de uma ampla e complexa legislação trabalhista; 6) e, conseqüentemente, partilhar de uma concepção geral das relações entre Capital e Trabalho mais "legalista" do que "contratualista".

Nesse ponto, em termos da teoria sociológica e política, a análise dos primeiros anos da década de 1960 dá margem para algumas reflexões sobre o controvertido conceito de "corporativismo". O termo remete-nos para a Idade Média, para a época das corporações de ofício que controlavam e estipulavam os modos de fabricação e as condições de trabalho, as regras de entrada no mercado, o preço de venda dos produtos, o salário dos aprendizes, etc. Atualmente, entre nós, o termo "corporativismo", tal como aparece na grande imprensa, em muita semelhança com o significado vindo da Idade Média. O conceito refere-se à outorga legal de benefícios específicos a grupos profissionais ou econômicos que geralmente significam o controle do mercado profissional ou econômico e a eliminação ou a diminuição da concorrência, benefícios que são considerados prejudiciais ao conjunto da sociedade.

O uso, nesse sentido limitado, não é equivocado mas o conceito de corporativismo tem outro significado mais amplo, de natureza doutrinária, política e social. Nessa acepção, corporativismo significa um tipo de sistema político que elimina o modo liberal de representação eleitoral de “cada homem um voto”; que põe fim ao sistema de partidos; que intervém na economia; que controla as associações de representação de interesses, como as organizações de trabalhadores e empregadores. No fundo, está a idéia de um sistema político e produtivo controlado por várias corporações onde empregados e empregadores estariam representados. A busca do “interesse comum”, expresso pelo que seria o interesse da Nação, implicaria o fim do liberalismo, do individualismo, da competição na economia e na política.

Para alguns autores, o corporativismo seria essencialmente conservador. Na área sindical, seu objetivo seria o controle do Capital e do Trabalho, a busca da paz social a ser alcançada mediante a atuação arbitral de tribunais do trabalho. Porém, a história brasileira da redemocratização do pós-guerra (1945) permite uma percepção mais complexa e contraditória do corporativismo na área sindical. Depois do fim da ditadura do Estado Novo, no tocante à representação política, ainda que com muitas imperfeições, houve o retorno à pluralidade partidária, à competição

política nos quadros de uma ordem constitucional, ou seja, de um regime democrático pluripartidário.

Em países capitalistas que passaram também por regimes autoritários -- como a Espanha franquista e Portugal salazarista -- ou regimes totalitários -- como a Alemanha nazista e a Itália fascista -- o retorno à democracia representativa, à pluralidade partidária e à competição eleitoral acompanhou-se do desmantelamento das estruturas corporativas na área trabalhista. De modo mais específico: houve o retorno à liberdade de organização, o que significou a pluralidade sindical e a existência de sindicatos ideológicos, geralmente comunistas, socialistas e católicos, além de pequenas organizações neofascistas (Itália), ou anarquistas (Espanha)⁽¹⁾.

No caso brasileiro, o modelo corporativo do sindicato único --- do monopólio legal da representação profissional, dos tribunais de trabalho, da predominância da legislação sobre o contrato e sobre a negociação direta -- permaneceu intacto, como em certa medida continuou depois da Constituição de 1988. Mas o aspecto intrigante é a aceitação do corporativismo pela maior parte da classe trabalhadora e, mais do que isso, o fato de ter servido de canal de mobilização política de grandes segmentos das camadas assalariadas. O uso dos sindicatos oficiais para a mobilização dos trabalhadores começou especialmente na

década dos cinquenta e acentuou-se nos primeiros anos da década dos sessenta. Ainda do ponto de vista da teoria, esse ponto que salientamos tem uma implicação importante: as estruturas corporativas tanto podem servir de camisa de força para as camadas assalariadas como podem servir de canais de reivindicação relativamente independentes das classes trabalhadoras nas suas relações com as empresas, ou ainda, em certas circunstâncias, podem permitir a intervenção dos trabalhadores no sistema político nacional. Desse modo, uma primeira constatação pode ser extraída desde já: é possível distinguir “corporativismos mobilizadores” e “corporativismos desmobilizadores”, ou talvez de modo mais correto (considerando que as estruturas podem permanecer as mesmas), “funções mobilizadoras” e “funções desmobilizadoras”⁽²⁾. Em outras palavras: o corporativismo tanto pode facilitar a incorporação de setores das classes assalariadas à sociedade e ao sistema político, como pode limitá-la ou mesmo impedi-la quase inteiramente.

Entre essas duas vertentes cabem situações intermediárias. É possível formas de mobilização “controladas de cima”, por novas elites políticas de classe média (geralmente de ideologia nacionalista ou de “esquerda”) contra forças políticas e sociais tradicionais (de grandes proprietários, elites agrárias) ou modernas (empresas nacionais ou estrangeiras). Nesse

caso, temos um quadro mais complexo que advém da aliança policlassista entre lideranças sindicais com outros setores sociais ou institucionais, tais como militares, intelectuais, "burguesia nacional", tecnocracia estatal, etc. O peso e a autonomia do sindicalismo nesse quadro de aliança é variável e depende, em última instância, da capacidade organizatória e política dos trabalhadores.

E aqui cabe a indagação: o que determinaria as funções desmobilizadoras ou mobilizadoras do corporativismo? Nossa hipótese é de que as características do sistema político nacional desempenham papel essencial. Entendemos que, nos sistemas democráticos, em que estão em vigor os mecanismos eleitorais, são maiores as probabilidades de as estruturas corporativas transformarem-se em canais de intervenção política das classes trabalhadoras, mesmo quando elas se fazem em aliança com facções de outras classes sociais e elites políticas. Em sistemas autoritários conservadores, as estruturas corporativas na área trabalhista servem para o controle das camadas assalariadas, às vezes sucedendo a picos de mobilização operária e uma subsequente derrota. Um exemplo foi o corporativismo franquista, imposto após o fim da República espanhola na guerra civil (1937-39). Outro exemplo pode ser encontrado aqui mesmo: depois da grande mobilização sindical do período Goulart, as mesmas estruturas que serviram

de canal de atuação política das lideranças sindicais (ou parte delas) foram utilizadas pelos governos militares para o controle das classes trabalhadoras. Desse modo, a natureza da elite que controla o governo seria um dos principais fatores na determinação do tipo de função exercida pelas estruturas corporativas na área trabalhista e política.

Apesar das funções contraditórias do corporativismo, entendemos que as estruturas corporativas no campo sindical sempre contêm um elemento de controle sobre as classes de trabalhadores, um potencial autoritário que pode ser acionado pelos poderes públicos com maior ou menor vigor, dependendo das circunstâncias e da correlação de forças no sistema político. Esse potencial pode ser usado quando as mobilizações efetuadas pelos canais corporativos escapam do controle dos governantes, ou assumem um rumo não desejado. Mas as lideranças sindicais, como outros atores políticos, não atuam sempre nas condições que escolhem ou que consideram ideais. Muitas vezes, para a maioria dos trabalhadores, as escolhas são limitadas e as defesas ou a proteção corporativa parece melhor do que nada. Essa situação tende a existir quando a disparidade de força entre as empresas e os trabalhadores é amplamente favorável às primeiras e os empregados necessitam de algum tipo de proteção governamental, ainda que paternalista.

O CGT e as entidades de cúpula

O período sobre o qual incide a maior parte das entrevistas de antigos dirigentes sindicais -- que é o período que nos interessa -- é precisamente o do auge da mobilização de setores das classes trabalhadoras efetuada através do sindicalismo corporativo em aliança com o governo federal, ou mais exatamente, em aliança com a constelação de forças políticas e sociais que davam sustentação ao Governo Goulart, dentro e fora do Parlamento. Essa aliança só foi possível porque, ainda que muita divergência existisse, governo federal e sindicatos encontravam no nacionalismo um denominador comum que possibilitava a união entre sindicalistas comunistas e trabalhistas, entre o PCB e o PTB e tendências de esquerda de outros partidos, instituições e movimentos. Esse aspecto aparece de modo nítido na leitura das biografias. Quase todos os entrevistados, na maioria portuários, eram militantes sindicais ligados ao PCB (então o grande partido da esquerda brasileira).

Convém um retrospecto rápido do quadro sindical desses primeiros anos da década dos sessenta. O movimento sindical, liderado pelo chamado Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), estava controlado pelo PCB e pelo PTB, unidos no apoio à política das chamadas "reformas de base" do Governo Goulart. Nos agitados anos de 1961-64, do

ângulo da militância dos entrevistados, as seguintes organizações foram importantes: o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), o Fórum Sindical de Debates, o Sindicato dos Estivadores, o Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, o Sindicato dos Petroquímicos (do lado sindical) e o PCB e o PTB (do lado partidário).

Começamos pelo CGT, a organização que coordenava, em âmbito nacional, as principais entidades do sindicalismo brasileiro, tanto dos sindicatos de base, como de federações e confederações. A legislação trabalhista não permitia a existência de uma central sindical que agrupasse sindicatos de categorias profissionais de ramos econômicos diferentes, como seria uma central que filiasse, numa cidade ou num Estado, sindicatos de trabalhadores da indústria, do comércio, dos transportes, etc. A formação do CGT -- que seria uma central sindical nos moldes que hoje conhecemos -- foi uma maneira de contornar a proibição contida na Consolidação das Leis do Trabalho. Mas, apesar disso, do ponto de vista da legislação, o CGT era uma organização ilegal, o que não impedia de terem seus dirigentes recebidos pelo Presidente da República⁽⁴⁾.

É preciso notar que, antes do CGT, o movimento sindical já vinha tentando criar organizações mais amplas do que permitia a CLT. Os esforços nessa direção tornaram-se mais intensos na medida em que o sindicalismo buscava ampliar sua força política. A for-

mação de tais órgãos de cúpula frequentemente vinha da necessidade sentida pelas lideranças sindicais de unificar forças quando de movimentos grevistas desencadeados por várias categorias profissionais. Terminado o movimento reivindicatório, os líderes procuravam dar caráter permanente às organizações criadas para a coordenação da greve. Na década dos cinquenta, o PUI (Pacto de Unidade Intersindical) marcou um dos primeiros esforços nessa direção. Criado em 1953, em S. Paulo, o PUI sucedeu à Comissão Central de Greve, destinada a unificar a campanha salarial dos metalúrgicos, têxteis, gráficos e outras categorias. Posteriormente, a Comissão transformou-se no Pacto de Unidade Intersindical. Até 1958, o PUI serviu de organismo coordenador do movimento sindical. Mais tarde, lideranças comunistas e getulistas formaram o Conselho Sindical dos Trabalhadores do Estado de S. Paulo. No Rio, foi criada a Comissão Permanente de Organização Sindical (CPOS). Em 1960, veio o PUA (Pacto de Unidade e Ação) que agrupou os sindicatos de trabalhadores ferroviários, marítimos e portuários. Foi uma das primeiras organizações a reunir sindicatos de trabalhadores de vários Estados. Tal como no caso do PUI, o Pacto de Unidade e Ação deveria coordenar o movimento grevista que ficou conhecido como a "greve da paridade"⁽⁵⁾. No mesmo período, em S. Paulo, surgiu o Pacto

de Ação Conjunta (PAC) e, em Santos, o Fórum Sindical de Debates (FSD). Os termos "pacto" e "fórum" são sugestivos das intenções das lideranças sindicais de tentar contornar os empecilhos legais colocados pela legislação. Sua criação mostra a necessidade de organismos centrais, de coordenação geral, única maneira de ampliar o peso dos sindicatos no sistema político nacional e de influenciar o poder central. Mas faltava ainda uma entidade verdadeiramente nacional, que pudesse atuar como uma central sindical, nos moldes que hoje conhecemos. Essa organização apareceu com o Comando Geral dos Trabalhadores.

A formalização do CGT saiu do IV Encontro Sindical Nacional, realizado em agosto de 1962, na capital paulista. O Encontro reuniu um número expressivo de entidades, sindicatos e federações, representando associações de várias categorias. Três confederações foram particularmente relevantes no apoio à nova entidade: a CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria)⁽⁶⁾, a CNTTMFA (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos) e a CONTEC (Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito). Do prisma da continuidade organizatória, o CGT sucedia o anterior Comando da Greve Geral da "crise do gabinete", organização de características

nitidamente políticas destinada a pressionar a Câmara Federal a aprovar um gabinete de tendências nacionalistas para apoiar o Governo Goulart. Mais tarde, outras entidades importantes aderiram ao CGT como a Federação Nacional dos Jornalistas e, depois a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Outras entidades que reuniam sindicatos de vários tipos também colaboraram para a formação do CGT: o CPOS (Conselho Permanente das Organizações Sindicais), do então Estado da Guanabara; o Pacto de Unidade e Ação, que teve Osvaldo Pacheco como presidente; o Fórum Sindical de Debates, de Santos.

Do ponto de vista político, o CGT resultou de uma aliança entre os comunistas e os trabalhistas. Apesar da presidência estar ocupada por um petebista, Clodsmidt Riani, os comunistas predominavam em virtude da sua melhor organização partidária. Na história brasileira, as relações entre o PCB e Getúlio Vargas e o PTB (depois de sua formação em 1945) foram conturbadas e variadas. O PTB havia sido concebido por Vargas, na redemocratização do pós-guerra, como uma organização capaz de fazer frente ao avanço do PCB no meio operário e manter a base popular e sindical de apoio a Getúlio Vargas. Deve-se notar que, especialmente depois do levante de 1935 (a "Intentona Comunista"), Getúlio Vargas havia sido especialmente duro com os

comunistas. Também do lado do PCB, a avaliação do getulismo e a conduta do partido diante de Vargas havia passado por várias etapas. Depois do golpe de 1937, que instaurou um regime ditatorial com forte inspiração nas doutrinas corporativas, Getúlio Vargas e seu Estado Novo foram definidos pelo PCB como "fascistas"⁽⁷⁾.

Porém, quando o governo getulista, durante a II Guerra Mundial, colocou o Brasil ao lado dos Aliados (e da então URSS), o PCB passou a prestar "apoio incondicional" a Getúlio. O apoio continuou até o movimento militar de 1945 que pôs fim ao Estado Novo. Mais tarde, após o início da Guerra Fria entre os EUA e a ex-URSS (1947-48), o PCB adotou uma política bastante radical. A partir dos primeiros anos da década de 1950, em particular depois do famoso e ultra-esquerdista Manifesto de Agosto, assinado por Luiz Carlos Prestes, de 1952, o PCB tornou-se virulentamente antigetulista e antipetebista. Getúlio foi considerado, até seu suicídio em 1954, como o principal "agente do imperialismo norteamericano no Brasil". A meta principal dos comunistas seria a derrubada do "governo de traição nacional" de Vargas.

Mas, depois do suicídio de Getúlio, em agosto de 1954, as relações entre os dois principais concorrentes, pelo apoio das classes trabalhadoras e pelo controle do movimento sindical, sofreram radical e rápida metamor-

fose. Muitos fatos concorreram para isso mas dois foram especialmente importantes e vieram tanto do lado dos comunistas como dos trabalhistas. Do lado do PCB, depois do fracasso das táticas revolucionárias orientadas para a tomada do poder através da Frente Democrática de Libertação Nacional (1948-1952), os projetos socialistas foram deixados para um futuro remoto. Uma linha nacionalista foi adotada pelo PCB. Essa reviravolta significou uma atuação mais moderada dos comunistas⁽⁸⁾. Enquanto isso, o PTB caminhava mais para a "esquerda", tornando-se mais "nacionalista" e menos "trabalhista"⁽⁹⁾. Desde então, apesar das divergências quanto as táticas, e das disputas por posições no meio sindical, trabalhistas e comunistas foram se aproximando. A aliança tornou-se mais forte a partir de 1961, depois da renúncia de Jânio Quadros e da ascensão de João Goulart (então ocupando a vice-presidência) para a própria Presidência da República.

A orientação do Governo Goulart para posições reformistas, de cunho nacionalista e estatizante, facilitou a aproximação entre os dois partidos. A aliança, ainda que não isenta de suspeitas, rivalidades, disputas e fricções, apresentava vantagens para ambos ao lados. O PTB, além de controlar o Governo Federal, era eleitoralmente bastante mais forte do que o PCB, mesmo tendo-se em conta que alguns comunistas, na fase em que as relações entre

ambos os partidos eram boas, candidatavam-se a postos legislativos pela legenda do PTB⁽¹⁰⁾. Entretanto, na área sindical, o PCB, mais disciplinado, era mais forte do que o PTB, pelo menos entre os sindicatos filiados ao CGT. Na contabilidade final, o governo de Goulart ampliava sua capacidade de pressão contra os adversários, dentro e fora do Congresso, enquanto o PCB saía do seu gueto e, pela primeira vez na sua história, passava a influenciar diretamente o sistema decisório nacional.

Ideologicamente, o cimento que mantinha comunistas e petebistas unidos no CGT era o nacionalismo. Desse ângulo, o Comando era mais uma entidade política do que propriamente sindical ou, se quisermos, uma organização destinada a mudar radicalmente a sociedade e a economia do País. Para tanto, o CGT defendia uma reforma agrária radical, opunha-se ao Fundo Monetário Internacional, propunha o controle da remessa de lucros das empresas estrangeiras, a nacionalização dos depósitos bancários, o controle dos investimentos internacionais, a reforma universitária, uma “política externa independente”, medidas contra a carestia, direito de voto aos analfabetos, aos cabos e sargentos das Forças Armadas, a ampliação do direito de greve, o aumento do salário mínimo, etc. Os pontos acima (que consubstanciavam o programa das reformas de base) nem sempre apareciam todos num mesmo documento. Às vezes, cer-

tas demandas eram defendidas por segmentos mais radicais, mas não encontravam acolhida nas alas mais moderadas. Porém, na lógica de seu desenvolvimento, apontavam na direção de reformas que, se levadas a prática, deveriam acarretar mudanças radicais nos rumos da sociedade brasileira. No limite, era a economia de mercado e o capitalismo privado, nacional e estrangeiro, que se viam ameaçados pelo curso dos acontecimentos, especialmente na eventualidade de desdobramentos mais radicais, fora do controle do Governo Federal.

A intervenção direta do CGT na política brasileira se dava através da realização (ou tentativa) de “greves gerais”, sua principal arma de pressão. Em 1962, duas greves “gerais” foram efetuadas: a de julho de 1962, pela formação de um gabinete nacionalista, e a de 15 de setembro, para apoiar um plebiscito para decidir sobre a continuidade do parlamentarismo. Apesar de o objetivo principal ser de cunho político, os dois movimentos incluíam muitas demandas de caráter sócio-econômico que as lideranças sindicais acreditavam capazes de motivar mais fortemente amplas camadas de trabalhadores, especialmente os menos politizados e militantes. Tal é o caso da criação do 13º salário, incorporado entre as bandeiras da greve de julho de 1962 pelo “gabinete nacionalista”. No caso do plebiscito, o fim do parlamentarismo era algo que interessava especialmente ao Governo

Goulart e às forças que visavam ao retorno do regime presidencialista.

A renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, apenas seis meses depois de eleito, como já assinalamos, entregava a Presidência do País a João Goulart, cargo para o qual não fora eleito. Acontece que a legislação da época permitia a eleição, de acordo com contagem de votos separados, do presidente apresentado por um partido (ou coligação de partidos) com um vice-presidente de outro partido (ou de uma coligação partidária). Em outras palavras: seria possível a eleição do presidente de uma facção política juntamente com um vice de uma facção antagonica. Desse modo, as forças que elegeram Jânio Quadros viam a presidência da República passar para as mãos da facção adversária que havia sido eleitoralmente derrotada, facção na época representada por João Goulart (Jango), candidato das esquerdas nacionalistas, com fortes vínculos com os sindicatos. Diante da resistência a Goulart de facções da classe política, dos empresários do setor privado e dos militares, a solução de conciliação encontrada para evitar a possibilidade de uma guerra civil foi a ascensão de João Goulart à presidência, mas com a implantação de um regime parlamentarista, quer dizer, com poderes limitados e controlados pelo parlamento mais “conservador”. O poder executivo deveria caber a um Primeiro-Ministro indicado pelo Parlamento.

Tratou-se de um parlamentarismo de ocasião, feito expressamente para limitar os poderes do presidente, que a oposição considerava “não confiável”. Acontece que Goulart, assim que empossado, tratou de pôr fim ao regime parlamentarista e de reduzir a força do Congresso e do Primeiro-Ministro. A greve geral destinada a pressionar o Parlamento a aceitar um “gabinete nacionalista” enquadrou-se nesse propósito.

Nesse contexto, qual era realmente a força do CGT e da liderança sindical na “grande política” brasileira, quer dizer, fora do campo econômico propriamente dito? A avaliação dos dois movimentos grevistas de maior envergadura citados anteriormente (as duas “greves gerais”) pode dar algumas indicações. A greve de julho de 1962, destinada a pressionar o Congresso a aceitar um “gabinete nacionalista” a ser indicado pelo Presidente Goulart, esteve programada para durar apenas 24 horas. O curto prazo previsto para o início e o fim do movimento é indicativo do seu caráter simbólico. Instrumentalmente, sua eficácia era muito pequena. Contudo, politicamente, a greve era importante para o governo e para suas bases parlamentares porque sugeria que a “classe trabalhadora” estava com o Presidente e seu programa de reformas de base. Uma semana após o movimento, os dirigentes sindicais, em reunião com o Presidente, obtiveram a indicação de Hermes

Lima --- um político “progressista” favorável às “reformas”- como Primeiro-Ministro.

A segunda “greve geral”, de setembro, tinha como meta pressionar o parlamento a convocar um plebiscito nacional a fim de decidir sobre a continuidade (ou não) do parlamentarismo⁽¹¹⁾. Foi também prevista para começar e terminar rapidamente. O início da paralisação foi marcado para uma sexta-feira à noite (quer dizer, depois de que o trabalho tivesse cessado na maior parte das atividades econômicas) e terminada num domingo. Convocado o movimento para o dia 15, já nas primeiras horas desse dia, o Congresso aprovou a Lei Capanema-Valadares convocando o plebiscito para o dia 7 de janeiro de 1963. Em seguida, o Ministro do Trabalho, na época, João Pinheiro Neto, apelou para o CGT para que pusesse fim ao movimento, no que foi atendido. Tal como esperado, o resultado da consulta ao eleitorado no plebiscito foi a esmagadora vitória do presidencialismo, com o que João Goulart recuperava os poderes presidenciais que havia perdido para o Primeiro-Ministro sob o parlamentarismo.

Tal como o movimento de julho, a greve geral de setembro serviu para criar um “clima” político mais tenso, que aumentou o temor dos adversários do governo Goulart e do programa de reformas de base. Porém, a curta duração da greve e sua quase inteira limitação às empresas públicas, entre outros

aspectos, revelava a fraqueza do movimento sindical, sem condições de manter a paralisação por mais de 24h e, conseqüentemente, mostrar a força do movimento sindical como um ator autônomo (ou relativamente autônomo) no jogo político⁽¹²⁾.

Depreende-se da sumária descrição das duas “greves gerais”, a ligação do movimento sindical, liderado pelo CGT, com uma coligação de forças políticas mais amplas, como a Frente Parlamentar Nacionalista, a União Nacional dos Estudantes, facções nacionalistas das Forças Armadas, etc. No conjunto, apesar das divergências entre as várias tendências que, no frígido dos ovos, alinhavam-se ao lado de Goulart, percebe-se a relação de trocas políticas entre governo e movimento sindical (ou facção dele). Assim, como vimos, depois da greve pelo plebiscito, o Presidente assinou um decreto concedendo o 13º salário, pagando o apoio recebido.

Essa medida servia também para fortalecer as lideranças do CGT junto às suas bases. Contudo, a ligação dos sindicatos com o governo federal e com a frente nacionalista apresentava vários problemas. No complexo arco das muitas tendências ideológicas e atores políticos -- empresários, tecnocratas, facções parlamentares, partidos, Forças Armadas, Igreja Católica, intelectuais, sindicatos, etc --, a ampliação do espaço do CGT junto ao governo de Goulart, e especialmente as “grê-

ves gerais”, não eram bem vistas por muitos aliados do governo. O próprio presidente Goulart aceitava a atuação e a pressão do CGT... até certo ponto, quer dizer, até o ponto em que aumentavam seu poder. Conseqüentemente, as “greves gerais” deveriam valer como uma demonstração simbólica de apoio dos trabalhadores ao programa nacionalista mas não deveriam fortalecer excessivamente um movimento sindical no qual os comunistas exerciam uma forte influência.

As múltiplas faces do corporativismo

O exame do período fornece alguns elementos para que examinemos de modo mais concreto as funções do corporativismo, sobre as quais nos referimos páginas atrás. Entendemos que a reconstrução das lutas sindicais e políticas relacionadas ao movimento sindical fornecem elementos mais concretos para a compreensão das funções que podem ser cumpridas pelo modelo corporativo de relações de trabalho e de organização sindical. Tentaremos ser mais explícitos.

A participação das lideranças sindicais do PCB e do PTB no esquema nacionalista possibilitava forte intervenção de representantes das classes trabalhadoras na política nacional. Se considerarmos o que acontecia em outros países, e as tendências crescentes das sociedades urbanas e industrializadas no sentido da massificação do processo político, o que esta-

va ocorrendo entre nós não era exceção. Cada vez mais, no jogo político, as camadas populares -- pelas mobilizações diretas e/ou por seu peso eleitoral -- passavam a ser um ator relevante a ser cortejado pelos partidos. Em toda parte, a participação das classes trabalhadoras na “grande política” se fazia principalmente através: 1) do aumento do número e da proporção de trabalhadores sindicalizados, o que significa dizer, o aumento do poder sindical, indicando com isso a capacidade de intervenção das lideranças dos trabalhadores nos variados níveis do sistema decisório; 2) do aumento da votação dos partidos que se apoiavam nas classes assalariadas e populares, geralmente partidos social-democratas ou comunistas⁽¹³⁾. Havia também, especialmente nos países latinos, forte ligação entre as organizações sindicais e os partidos, aí incluindo a democracia-cristã, ligada a sindicatos católicos.

Desse modo, as relações de sindicalistas com partidos, no Brasil, não é fato “anormal” na história dos países. Do mesmo modo, em especial depois da Segunda Guerra, a participação dos sindicatos nas várias instâncias do poder -- através de representantes eleitos para o Parlamento ou indicados pelas suas organizações para participar em comitês governamentais -- constitui fenômeno comum na maioria das sociedades ocidentais. Em certo sentido, pode-se dizer que o aumento do poder sindical está na lógica do desenvolvi-

mento do capitalismo e da extensão da democracia⁽¹⁴⁾. O que, pois, poderia representar uma ameaça de tal modo perigosa para a ordem social que justificasse a mobilização militar e civil que resultou na queda do Governo Goulart e na ascensão dos militares ao poder?

Uma resposta imediata seria o conservadorismo das classes empresariais, das elites brasileiras e de segmentos das classes médias. Embora esse aspecto não deva ser descartado, ele está longe de esgotar o assunto. Nossa hipótese é de que o que esteve em jogo (ou pareceu estar) durante o governo Goulart não era simplesmente a questão da ampliação da participação dos trabalhadores na vida política. Essa ampliação afinal, já vinha ocorrendo desde os tempos de Getúlio Vargas e, como já salientamos, acontecia em quase todos os países do mundo ocidental. Mas, nos primeiros anos de 1960, havia a crença (fundada ou infundada) de parte de muitos segmentos da sociedade brasileira (especialmente militares, industriais, fazendeiros e grande parte da Igreja Católica) de que o próprio regime capitalista estava ameaçado. A oposição ao Governo Goulart não dizia respeito apenas ao temor da formação de uma “República Sindicalista”, como às vezes se dizia. No final do processo --- acreditava a oposição --- se vencessem as forças que apoiavam o governo Goulart, estaria aberta a via para um regime

de tipo comunista, tal como acontecera em muitos países do Terceiro Mundo. O conflito essencial estaria, assim, entre dois tipos de desenvolvimento: um, fundado na economia de mercado, que abria amplas possibilidades para os investimentos privados nacionais e estrangeiros; e outro dependente basicamente dos investimentos estatais, tipo de desenvolvimento que poderia ser alcançado através do conjunto das reformas de base, entre as quais a "reforma agrária radical" apavorava os grandes proprietários rurais. Conseqüentemente, a hipótese aqui é de que, em 1964, as forças em conflito acreditavam que os rumos futuros do País é que estavam em jogo, o que significa dizer: a continuidade de algum tipo de economia de mercado ou a vitória de algum tipo de socialismo, como esperavam alguns setores mais radicais de esquerda.

Esse aspecto diz respeito às opções ideológicas em conflito mas nada diz sobre as armas de que dispunham as distintas elites políticas. Esse ponto é essencial. Contudo, aqui podemos nos limitar apenas a considerar em que consistia a força dos sindicatos, especificamente a do Comando Geral dos Trabalhadores.

O poder do sindicalismo, como o de outras instituições que participam da vida política, não deve ser avaliado em termos de "tudo ou nada". Ele varia segundo o tipo de reivindicação, quer dizer, de objetivo. As

metas finais definem a natureza do combate a ser travado, a dimensão da resistência a ser encontrada e as modalidades de alianças que o sindicalismo irá encontrar. Para sermos mais específicos: reivindicações salariais moderadas num momento de crescimento econômico têm mais probabilidade de obter êxito (se todos os demais fatores forem iguais) do que reivindicações de controle dos lucros das empresas e abertura de seus livros. Queremos dizer com isso que as demandas estritamente econômicas do CGT e dos sindicatos, do tipo reajustamento de salário⁽¹⁾, melhora das condições de trabalho etc, provocariam menor reação de parte do setor empresarial. Vencedoras ou derrotadas (geralmente há algum tipo de conciliação) é bastante improvável que demandas dessa natureza, ou mesmo reivindicações políticas setoriais, levassem a crises governamentais ou a pronunciamentos militares. Contudo, a reivindicação de "reforma agrária radical", rompimento com o FMI, nacionalizações do capital estrangeiro, muito provavelmente tenderia a desencadear crises políticas mais fortes, se os grupos empresariais, setores das classes médias e de outras instituições importantes considerassem que haveria possibilidade de tais exigências serem alcançadas.

Acontece que as relações do CGT com outras forças reunidas em torno do governo federal faziam parecer que as reformas de base poderiam efetivamente ser levadas à prática e

que o modelo capitalista de desenvolvimento poderia ser profundamente reformado ou mesmo destruído. Ora, o CGT era uma peça da engrenagem política da heterogênea máquina de apoio a Goulart, uma das peças que parecia a mais perigosa, em virtude, entre outras coisas, da forte presença de comunistas entre os seus dirigentes⁽¹⁵⁾. O CGT deveria, no esquema de sustentação a Goulart, dar o apoio sindical, servir como o principal canal de mobilização dos trabalhadores. E aí cabe a indagação: para cumprir essas funções, qual realmente o poder de fogo do CGT?

Essa questão tem sido levantada pelos analistas do movimento militar de 1964, especialmente em razão da facilidade com que as Forças Armadas desmontaram o chamado "esquema sindical". Não caberia aqui retomar a questão. Mas algumas palavras devem ser ditas sobre o CGT e o movimento sindical da época, especialmente na medida em que a questão tem relação com o modelo corporativo e com as discussões que agora se travam sobre a sua continuidade nos tempos atuais. Entendemos que, na medida em que integrava um esquema de forças políticas mais amplas, o CGT (ou sindicalismo sob seu comando) tinha alguma capacidade de mobilização. Essa capacidade era, contudo, dependente do apoio do governo federal. As greves se faziam basicamente nas empresas estatais ou controladas pelo Estado (siderurgia, transportes, docas,

etc). Nesses setores de atividade econômica não havia punição de parte das direções das empresas aos grevistas. A capacidade de mobilização operária dos sindicatos aumentava também quando encontrava apoio (ou “neutralidade”) de parte do Exército. Sozinho, o CGT apenas teria força de mobilização para reivindicações econômicas⁽¹²⁾. Esse, acreditamos, o ponto principal que tem relação com o esquema nacional-populista. Uma de suas características é a presença, dentro dele, de grupos (ou classes) sociais e institucionais internamente diferenciadas. Daí o cunho policlassista dos blocos em confronto. Vem daí que, do lado opositor, do ponto de vista social e institucional, encontremos aproximadamente os mesmos grupos e instituições, com variações relativas apenas no que diz ao seu peso de um lado ou de outro. Desse modo, os adversários estavam separados por um corte vertical e não horizontal. O conflito não tinha a forma de “classe contra classe”, ou de “burguesia vs. proletariado”, de “pobres vs. ricos”, como aconteceu classicamente na Europa. O CGT representava apenas uma parte do movimento sindical; o setor empresarial também estava dividido entre o que o “Partidão” (o ex-PCB, atual PPS), costumava classificar de “burguesia nacional”, muito dependente do apoio e dos vínculos com o Estado, e um setor ligado ao “imperialismo” e ao mercado. O Exército também se repartia

em numerosas facções, desde as muito próximas do PCB, até as virulentamente anticomunistas. No interior da classe política, os alinhamentos partidários, contra ou a favor do governo, não eram consistentes, na medida em que no interior de partidos majoritariamente antijanguistas, existiam facções favoráveis ao governo. Dentro da esquerda, o aparecimento de tendências católicas progressistas (como a Ação Popular, em junho de 1962), dividia a Igreja, a própria esquerda e reduzia a influência exercida pelo PCB. Por fim, as hesitações e divisões existiam também dentro do próprio governo de João Goulart.

No interior desse quadro confuso e de forças divididas, o CGT pôde avançar enquanto encontrava apoio do governo federal e de uma parte das Forças Armadas. A intervenção do CGT na “grande política” só podia efetuar-se com maior amplitude quando se tratava de movimentos de apoio à política nacionalista do governo, a qual procurava levar mais à esquerda. Não queremos dizer que o CGT era “comandado” do Palácio do Planalto mas que, de modo geral, uma vez que havia convergência de objetivos programáticos e ideológicos entre governo e movimento sindical, o CGT encontrava apoio para avançar, ao mesmo tempo em que, através de mobilizações de apoio ao governo, procurava ampliar sua capacidade de atuação. Em outras palavras: enquanto o governo Goulart procurava “usar” o CGT,

este também procurava “usar” o governo.

Podemos, portanto, retomar a problemática do corporativismo e de suas funções na área trabalhista. O modelo corporativo, em razão do quadro político da época, possibilitou uma presença das forças sindicais na vida política brasileira com uma extensão e mesmo uma autonomia até então nunca alcançadas. O fator principal para o processo de mobilização via estruturas corporativas foi a constelação de forças políticas da conjuntura. Desse ângulo, as estruturas corporativas, do sindicato único e do monopólio da representação, tiveram indiscutivelmente um papel positivo para a ampliar a participação das classes assalariadas na grande política brasileira.

Mas, de outro lado, a estrutura sindical corporativa (de tipo estatal, como a brasileira) revelou pontos fracos que, no nosso entender, são inerentes a ele. O primeiro, vem da ausência da organização sindical dentro das empresas, quer dizer, a inexistência de comitês de empresa ou de local de trabalho, sejam eles representação dos próprios sindicatos ou de organismos eleitos diretamente pelos próprios empregados. Do ângulo da capacidade de atuação do sindicalismo, uma das consequências negativas desse fato foi distanciar os trabalhadores da organização sindical; a outra, em termos das motivações para a sindicalização e o apoio aos movimentos sindicais, foi reduzir o alcance das reivindicações conside-

radas “menores”, quer dizer, das reivindicações mais diretamente relacionadas com o meio do trabalho e o dia a dia do empregado.

O segundo ponto fraco, estreitamente relacionado ao primeiro, vem do baixo nível de sindicalização e conseqüente dificuldade de mobilização política dos trabalhadores, notadamente do setor privado. Desse modo, diante de outras elites, especialmente a militar, a força do CGT era pequena. Em outras palavras: o CGT só conseguiu êxito, e freqüentemente só se engajava em medidas mais radicais, quando podia contar com o apoio da parte nacionalistas das Forças Armadas. Um exemplo foi a greve de 1962 no porto de Santos, quando uma decisão da Justiça determinou ao Sindicato dos Estivadores que aceitasse novos membros na categoria (os chamados “bagrinhos”). O Ministro da Marinha, então o almirante Pedro Paulo Suzano, impediu que a ordem fosse cumprida enviando tropas da Marinha para evitar que as forças da polícia estadual do Governador de Estado (na ocasião, Adhemar de Barros, contrário ao governo Goulart) obrigassem o Sindicato a ceder. A questão foi enviada a um Tribunal de Apelação e ficou pendente até junho de 1963, quando nova ordem judiciária ordenou que o sindicato obedecesse à ordem anterior. Novamente, o almirante Suzano colaborou com o Sindicato, destacando para o porto de Santos quatro torpedeiros. Com isso, implici-

tamente colocou em cheque a autoridade do governo paulista.

Outro fato que tornou mais tensa as relações entre o CGT e os militares, novamente tendo a cidade de Santos como cenário, foi a greve das enfermeiras e funcionários de hospitais (setembro de 1963) que queriam um aumento de 100%. Tendo falhado as negociações entre o sindicato das enfermeiras e a Santa Casa, o Fórum Sindical de Debates convocou uma greve de solidariedade às enfermeiras que levou à paralisação do porto e praticamente de toda a cidade. A polícia do Governador Adhemar de Barros dissolveu uma reunião realizada no Sindicato dos Portuários. O Pacto de Unidade e Ação (PUA) prometeu uma greve geral, pretendendo estender o movimento para fora da cidade, caso o governo federal não interviesse a favor dos grevistas. Em S. Paulo, o então comandante do II Exército, General Peri Bevilacqua, assumiu posição contrária à greve, apoiando o governador Adhemar de Barros. Diante da reação militar, o governo federal acabou por ceder e a pressionar as lideranças sindicais para pôr fim ao movimento que durou cerca de 36 horas. A greve das enfermeiras assinalou o pico das paralisações ocorridas em 1963. Depois dela, o movimento grevista tendeu a diminuir⁽¹⁶⁾.

Citamos esses dois fatos mas outros poderiam ser mencionados para mostrar a

crescente oposição de uma parte cada vez maior das Forças Armadas ao CGT e a disposição das lideranças do movimento sindical a recuar quando encontravam uma firme oposição do Exército⁽¹⁷⁾. Nesse sentido, estudando detalhadamente as várias greves do período, o brasileiro Keneth Erickson chegou à conclusão de que o fator essencial no sucesso dos movimentos grevistas era a atitude das Forças Armadas e que “era impossível convocar uma greve geral por motivos políticos ante a oposição militar”⁽¹⁸⁾.

Com queda de Goulart e a instalação dos regimes militares, chegou ao fim um tipo de movimento sindical que baseou sua força e sua intervenção na política nacional em larga medida através de sua aliança com outras facções sociais e elites políticas que partilhavam aproximadamente das mesmas posições ideológicas. Os desdobramentos posteriores revelaram a fraqueza do esquema sindical e do tipo de sindicalismo desenvolvido no período, que foi incapaz de apresentar qualquer resistência ao movimento militar e de cumprir a ameaça de desencadear uma “greve geral” em apoio ao governo Goulart. Esse aspecto tem sido muito ressaltado nas críticas de esquerda que posteriormente se fizeram ao movimento sindical do período. Contudo, não partilhemos inteiramente dessa opinião. Os exemplos de muitos outros países, onde o sindicalismo era bem mais poderoso e solidamente implan-

tado nas classes trabalhadoras, mostram que, diante de uma ação vigorosa das Forças Armadas, o sindicalismo isoladamente tem pouca chance de êxito. Os casos mais recentes e próximos da Argentina, do Uruguai e do Chile são muito reveladores. Portanto, tendemos a acreditar que o CGT, ainda que tivesse tido uma orientação mais firme visando uma mais sólida implantação do sindicalismo nos locais de trabalho, tanto das empresas privadas como públicas, dificilmente poderia fazer frente ao Exército e às várias polícias estaduais. A derrota de abril de 1964 não foi apenas uma derrota do sindicalismo mas também de uma proposta de desenvolvimento defendida por uma ampla frente composta por outros segmentos e forças políticas da sociedade brasileira, entre os quais o CGT e outras organizações sindicais a ele filiadas se enquadravam. A aceitação e o uso das estruturas corporativas foi coerente com a ideologia dessa frente, quer dizer, do chamado “nacional-populismo” que predominou no Brasil e outros países da América Latina.

Esse tipo de sindicalismo, ao que tudo parece indicar, não deverá renascer. O movimento sindical não é algo estático mas em permanente mudança. Muito provavelmente, ainda que, no futuro, partidos de esquerda venham a ter o controle do governo federal, dificilmente haveria o retorno aos tempos do nacional-populismo. As mudanças estruturais na economia, no mundo globalizado, são pro-

fundas. Elas afetam a natureza do sindicalismo no que diz respeito às suas metas, às suas estratégias, aos setores das classes trabalhadoras que assumem as primeiras posições e formam a base principal da organização de trabalhadores. As transformações em curso nessa era de informatização, automação, abertura econômica, democracia, consumo de massas, valorização do lazer, etc, estão alterando o sindicalismo de modo semelhante à transformação que ocorreu, no passado, na passagem do sindicalismo de ofício de trabalhadores qualificados para o sindicalismo industrial de massas dos operários semiquilificados das grandes fábricas. Hoje, o sindicalismo dos trabalhadores manuais, das indústrias da produção em série, recua em toda parte diante da diminuição da classe operária da época das fábricas de chaminés. O movimento sindical que sobrevive e resiste ao processo de dessindicalização a que assistimos no mundo é o dos empregados do setor público. Estamos diante de um novo contexto sindical cujo futuro não está à vista. A única coisa que se pode vaticinar com alguma segurança é que os antigos segmentos das classes trabalhadoras que formaram os anos heróicos dos anos cinquenta e começos dos sessenta -- e dos quais Santos e os entrevistados tiveram um papel de relevo -- não deverão recuperar sua antiga importância no interior do sindicalismo e da política brasileira. Mas sempre farão parte da memória da cidade e do sindicalismo.

Notas

1 - Para um estudo detalhado da história dos estuadores santistas e de seu sindicato, cf. Ingrid Sarti, *O Porto Vermelho*, S. Paulo, Paz e Terra, 1981.

2 - O caso dos países ex-socialistas que vieram a adotar economias de mercado tem semelhança com o dos países citados acima na medida em que o sistema de relações de trabalho e de organização sindical imposto pelo Estado e pelo partido único foi afetado pelas mudanças políticas e econômicas. Em toda parte, tendeu a vigorar a liberdade de organização sindical, embora a prática da negociação coletiva esteja apenas começando em meio a muitas dificuldades.

3 - Os autores costumam distinguir vários tipos de corporativismo, tal como: revolucionário, estatal, societal, conservador, modernizador, neocorporativismo, etc. Citamos algumas classificações como ilustração mas esse ponto não será tratado aqui.

4 - Apesar de ter nascido de modo "ilegal", por contrariar uma portaria do Ministério do Trabalho de 1954, o CGT foi "legalizado" por uma portaria de abril de 1963 assinada pelo então Ministro do Trabalho, Almino Afonso, que anulou a de 1954. Contudo, o CGT manteve-se num status ambíguo em razão de antiga portaria, de 1947, que havia determinado o fechamento da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, uma central sindical não prevista pela legislação, criada em 1946 e fechada em 1947, durante o governo Dutra. A rigor, a legalidade do CGT, diante da Consolidação das Leis de Trabalho, sempre foi discutível.

5 - O nome veio do movimento que reivindicava a paridade dos salários dos trabalhadores de empresas estatais com os ordenados dos militares. Após o término do movimento (que durou apenas três dias), as lideranças sindicais resolveram dar caráter permanente ao PUA.

6 - A formação do CGT tornou-se possível com a derrota, nas eleições de 1961 para a escolha da direção da CNTI, da facção moderada ("ministerialista") chefiada por Diocleciano de Holanda Cavalcante, e a vitória da chapa nacionalista de oposição encabeçada por Clodsmidt Riani, que veio a ser o presidente do CGT.

7 - Do prisma da Ciência Política, a definição não é correta, apesar do caráter autoritário do Estado Novo e da indisfarçável simpatia pelo fascismo de Mussolini e pelo nacional-socialismo de Hitler. O verdadeiro movimento fascista no País era representado pela Ação Integralista Brasileira, de Plínio Salgado, que acabou também, junto com outros partidos, colocada fora da lei por Getúlio Vargas. Stricto sensu, o regime do Estado Novo era autoritário mas não totalitário, como o nacional-socialismo de Hitler e o stalinismo da URSS.

8 - Há muitos livros sobre o PCB. Considerando apenas os trabalhos de pesquisa sobre o partido propriamente dito, ver especialmente: Ronald H. Chilcote, *The Brazilian Communist Party. Conflict and Integration. 1922-1972*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1974 (traduzido para o português pela Graal, 1982); John Foster Dulles, *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*, Rio, Nova Fronteira, 1977 e *O Comunismo no Brasil (1935-1945)*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985; Arnado Spindel, *O Partido Comunista na Gênese do Populismo*, S. Paulo, Símbolo, 1980; Leôncio Martins Rodrigues, "O PCB: Os Dirigentes e a Organização" in: Bóris Fausto (org.), *O Brasil Republicano*, Tomo III da História Geral da Civilização Brasileira, vol. 10, São Paulo, Difel, 1981; Edgard Carone, *O P.C.B.*, S. Paulo, Difel, 1982; (2 vols.); Moisés Vinhas, *O Partidão. A Luta por um Partido de Massas*, S. Paulo, Hucitec, 1982; Nelson Werneck Sodré, *Contribuição*

à História do PCB

, S. Paulo, Global, 1984; Paulo Sérgio Pinheiro, *Estratégias da Ilusão. A Revolução Mundial e o Brasil*, S. Paulo, Companhia das Letras, 1991; Dulce Pandolfi, *Camaradas e Companheiros. História e Memória do PCB*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995; Gildo Marçal Brandão, *A Esquerda Positiva. As Duas Almas do Partido Comunista - 1920/1964*, S. Paulo, Hucitec, 1997.

9 - Ver especialmente: Lucília de Almeida Neves Delgado, *PTB: Do Getulismo ao Reformismo*, S. Paulo, Marco Zero, 1989; Maria Victoria de Mequista Benevides, *O PTB e o Trabalho*, S. Paulo, Cedec/Brasiliense, 1989; e Maria Celina Soares D'Araújo, *O Segundo Governo Vargas. 1951-1954*, S. Paulo, Ática, 1992 (2ª ed.).

10 - "(...) houve o problema das eleições [de 1962] e o Partido [comunista] resolveu lançar alguns candidatos comunistas através do PTB. Então, fui escolhido para ser um dos candidatos (...) para fazer uma dobradinha com o companheiro Geraldo Rodrigues dos Santos apoiado pelo movimento sindical de Santo André (...) A minha campanha foi feita basicamente em Santos e nas portas de fábrica do ABC (...) Quem fez a campanha, todo aquele processo, foi realmente a massa. Eu não tinha dinheiro" (Entrevista de Oswaldo Lourenço, portuário aposentado).

11 - O CGT, além do plebiscito, incluía outras reivindicações que julgava capaz de mobilizar mais fortemente os trabalhadores: aumento de 100% no salário mínimo, congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, de artigos de consumo popular, de medicamentos, etc.

12 - Um estudo de Régis de Castro Andrade (infelizmente nunca publicado) mostra o deslocamento do movimento sindical do setor privado para o setor público e a mudança do eixo do movimento de S. Paulo para o Rio de Janeiro, então Estado da

Guanabara. Cf. Alguns Resultados da Análise das Características do Movimento Trabalhista no Triênio 1961-1963, S. Paulo (mimeo.). Sobre o assunto, cf. também Leôncio Martins Rodrigues, "Sindicalismo e Classe Operária (1930-1964)", in: Bóris Fausto (org.), O Brasil Republicano, Tomo III da História Geral da Civilização Brasileira, vol. 10, 1981.

13 - Problema mais complicado é o dos partidos de tipo fascista que foram também movimentos de mobilização, com ampla base popular. A ligação do fascismo com o sindicalismo foi consideravelmente menor da que a que existiu entre os partidos social-democratas e os sindicatos. Mas deve-se lembrar que o nacional-socialismo alemão tinha suas organizações na área sindical, como os Comitês de Empresa Nacional-Socialistas (NSBO). No caso do fascismo italiano, muitos dos seus principais dirigentes eram antigos líderes do sindicalismo revolucionário da UIL (Unione Italiana del Lavoro), convertidos do internacionalismo ao nacionalismo.

14 - Essa afirmação vale até os anos da década dos setenta. A partir daí, as diferentes mudanças que poderiam ser colocadas genericamente sob a rubrica da "globalização" tenderam a acarretar a queda dos efetivos sindicais e ao enfraquecimento geral do sindicalismo, notadamente nos EUA, França, Holanda, Grã-Bretanha e Japão.

15 - Entre eles estavam muitos dos entrevistados, entre os quais: Geraldo Silvino dos Santos, do Sindipetro, que havia passado por um curso de dois anos na antiga União Soviética; Afonso Neves Guerra, do Sindicato dos Operários Portuários; Manoel Dias Veloso, da Estiva; Antônio Rodrigues ("Antoninho"), portuário; Oswaldo Pacheco da Silva, do Sindicato dos Estivadores de Santos (o mais importante deles), que havia chegado a ser do Comitê Central do PCB; Victor Galatti, que foi secretário político do PCB em Santos,

além de muitos outros.

16 - Embora com ligeiro declínio com relação ao ano anterior, muitas outras greves, no transcorrer dos anos 63, haviam eclodido na Baixa Santista. Os maiores índices foram registrados no porto onde, sem contar as paralisações parciais, houve 19 greves. (Sérgio Amad Costa, op. cit., p. 113; Kenneth Erickson, Sindicalismo no Processo no Político no Brasil, S. Paulo, Brasiliense, 1979).

17 - Outro exemplo na mesma direção pode ser encontrado na greve dos 700 mil, ocorrida em outubro de 1963 em S. Paulo. Em princípio, tratava-se de um movimento de natureza econômica, de renovação dos contratos de trabalho de empregados das indústrias paulistas. Os dirigentes de 78 sindicatos e federações (têxteis, metalúrgicos, químicos, marceneiros, calçadistas, num total de aproximadamente 700 mil trabalhadores) haviam decidido outorgar à CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria) a negociação unificada das reivindicações. A FIESP recusou a proposta de negociação conjunta. O PAC, com apoio do CGI, decidiu por uma greve geral paulista que, além da Capital, atingiu vários municípios. Mas não durou mais de dois dias. Com apoio do comando do II Exército, a polícia estadual iniciou a repressão à paralisação, prendendo as principais lideranças e dissolvendo os piquetes de greve.

18 - K. Erickson, op. cit., p. 158.

INTRODUÇÃO

O movimento operário de Santos pode ser compreendido através de uma reflexão histórica a partir do último quartel do século XIX, em que têm início transformações significativas em diversos setores da cidade. Datam desse período a construção do porto por Gaffreé e Guinle, o Centro Socialista de Silvério Fontes, Sóter de Araújo e Carlos Escobar, as migrações de trabalhadores para o porto, as primeiras greves, as sociedades e federações operárias, o escoamento do café do interior paulista para o porto através da São Paulo Railway, o saneamento da cidade, o aumento significativo da população. É nesse processo de transformações que os trabalhadores santistas começam a se organizar. De início, devido à nova fase por que passa o porto, a categoria mais organizada é da construção civil, acompanhada mais tarde pelos chamados trabalhadores portuários.

Já na década de 20 surge o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que terá papel relevante na organização sindical do país.

Os sindicatos só surgem na década de 30, substituindo as associações de classe. Contudo, o sindicalismo só adquire maior

dinâmica após a ditadura Vargas.

A Greve contra Franco, realizada pela Estiva de Santos em 1946, evidencia a euforia da chamada "redemocratização" do pós-guerra.

Durante a década de 50, o movimento sindical tem maior atuação. No porto, destacam-se os trabalhadores ligados aos sindicatos dos Operários, da Administração e da Estiva.

Em 1956 é criado o Fórum Sindical de Debates, intersindical, que terá grande atuação sob a presidência de Geraldo Silvino de Oliveira, comunista, e de Vitelbino Ferreira de Souza, entre 1961 e 1964. Ao lado dos sindicatos mencionados, surgem o dos Petroleiros, com a construção da Refinaria Presidente Bernardes e o dos Petroquímicos, com o surgimento da indústria petroquímica na cidade de Cubatão. Além disso, com a construção da Cosipa o Sindicato dos Metalúrgicos se revigora.

Nesse período, o trabalhador, de modo geral, tem bom poder aquisitivo. Quanto aos partidos políticos, dois são muito atuantes: de um lado, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, do outro, o Partido Trabalhista

Brasileiro (PTB).

No início da década de 60, o Fórum Sindical de Debates passa a ter atuação significativa com a eleição de Geraldo Silvino de Oliveira. A maioria dos sindicatos da Baixada Santista é filiada a essa entidade, onde são tomadas as principais decisões do movimento sindical.

A imprensa da época registra inúmeras greves e freqüentes paralisações do porto.

No Rio de Janeiro, é criado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), central única em nível nacional, presidida pelo estivador santista Oswaldo Pacheco da Silva, uma liderança significativa. Na presidência da República está João B. Goulart, Jango, tido como amigo dos trabalhadores.

As greves políticas e de solidariedade a pequenas categorias sem poder de barganha são comuns em Santos.

É nesse contexto que, em 1963, acontece a Greve dos Enfermeiros que, pela primeira vez no país, paralisa os hospitais de toda a Baixada Santista. A greve é considerada ilegal e sua repercussão é negativa, sendo alvo de severas críticas da imprensa em geral.

O golpe militar de 1964 veio pôr fim a um processo evolutivo do sindicalismo santista.

Ao estudar o período de 1930 a 1964, decidimos privilegiar as “falas” dos chamados líderes sindicais e dos trabalhadores com militância mais ativa nessa fase. Nem sempre conseguimos, pois alguns deles já haviam falecido (é o caso de Waldemar Neves Guerra, Leonardo Roitman, Remo Petrarchi, Manuel de Almeida), enquanto outros não mais residiam em Santos: Oswaldo Pacheco da Silva, Oswaldo Lourenço, Vitelbino Ferreira de Souza, José Félix da Silva “Chuvisco”, Antônio Rodrigues “Antoninho”, José Elias da Silva. Além disso, sindicatos como o dos Operários Portuários e o dos Estivadores tiveram boa parte da documentação destruída ou perdida em 1964.

Superadas essas dificuldades, partimos para a etapa seguinte da pesquisa: a gravação dos depoimentos, a maioria em vídeo. Essas “falas” não são apenas interessantes. São a base para a compreensão dessa fase do sindicalismo.

Além dos depoimentos, tivemos acesso à documentação referente ao período. Sob a orientação do prof. Reinaldo Lopes Martins, autor deste projeto, organizou-se um acervo que se encontra à disposição dos interessados, na Fundação Arquivo e Memória de Santos.

AFONSO NEVES GUERRA

PORTUÁRIO APOSENTADO

Bom, eu iniciei minhas atividades profissionais e sindicais em 1940, quando fui admitido nos serviços da Companhia City, categoria pertencente ao Sindicato dos Carris Urbanos. E nesse tempo não tive muita atuação sindical porque era época de guerra na Europa, e o movimento sindical estava mais voltado pra esforço de guerra. (...) Em 44, eu fui admitido nos serviços da Companhia Docas de Santos, categoria pertencente ao Sindicato dos Operários Portuários.

Nós tivemos, em 45, alguns movimentos pela anistia dos presos políticos e o movimento sindical passou a ter mais atuação em defesa dos trabalhadores, que durante esse tempo de guerra estava sem qualquer benefício (aumento) salarial. Então, foi se desenvolvendo mais o movimento sindical (...). Tivemos uma greve que se tornou conhecida internacionalmente: foi a greve pelo boicote dos navios espanhóis. Essa greve foi em decorrência de uma assembléia do Sindicato da Estiva. Eles decretaram o boicote dos navios espanhóis no porto de Santos. (...) Nós tinha nos na cidade a União Geral dos Trabalhadores, que era presidida pelo João Taibo Cadórniga. O Cadórniga convocou os sindicatos e aprovaram a greve: o boicote aos navios. Eles foram à

Prefeitura comunicar ao prefeito a decisão do movimento sindical, eles foram presos. O Sindicato dos Portuários estava sob intervenção federal (...). Os trabalhadores, contra a vontade dos interventores, decretaram uma greve no porto, paralisaram o porto até que o pessoal fosse libertado. Nesse ínterim, (...) o presidente da República enviou a Santos o Ministro do Trabalho. Ele veio tentar dissuadir os portuários a terminar com o boicote; (...) ele alegava que a carga era de gêneros alimentícios, o navio espanhol transportava para Santos era fardos de rolhas de cortiça, (...) e de forma nenhuma não fizeram a descarga do navio. O Ministro do Trabalho foi embora proferindo ameaçam.

(...) passados mais uns dias, entra no porto de Santos o navio "Mar Caribe", de bandeira espanhola. (...) Ele veio acompanhado com navios de guerra da Marinha brasileira (...). Os trabalhadores sabiam, havia comentários que estava sendo deslocada a tropa do Exército para o cais. Mesmo assim, ninguém intimidou ninguém; eles não descarregaram o navio (...). Foram todos presos (...) pra casa de Detenção em São Paulo. Acontece que o movimento sindical decidiu que descarregaria os navios desde que soltasse o pessoal. Um acordo formal: o pessoal foi

solto, e os navios descarregados. Nessa ocasião, nós tivemos a eleição (...) e, em homenagem, aquele pessoal elegeu o João Taibo Cadórniga pra deputado estadual e a maior parte de nossa Câmara eleita por pessoal do movimento sindical.

Jorge Pacheco dos Santos, presidente do Sindicato dos Empregados na Administração dos Serviços Portuários de Santos e Região e João Goulart inaugurando foto de João Goulart como Ministro do Trabalho - 1953
Origem Sindicato dos Empregados na Administração dos Serviços Portuários de Santos e Região/Acervo FAMS



(...) Nós saímos daquela época de guerra em que o movimento sindical ficou praticamente parado. (...) Em 50, nós fomos modificando as diretorias sindicais. (...) Geralmente quem luta, luta em favor da classe operária, é comunista. Você não vê ninguém que é a favor da classe operária que não tenha ideologia marxista ou socialista. Nessa ocasião, predominava em Santos dois movimentos: um movimento comunista e um movimento getulista. Quer dizer, até 60, mais ou menos. (...) Havia o Partido Comunista em Santos, ele tinha grande predominância no movimento sindical. (...) Em 60, então surgiu um movimento, que era o movimento janista, que se sobrepôs ao movimento getulista, mas o movimento comunista continuou. Então, foi até 64. (...) Nós tínhamos alguns elementos comunistas nas diretorias, mas a totalidade das chapas não eram comunistas, eram simpatizantes, não eram militantes do Partido. (...) A Usoms e o Fórum Sindical de Debates, eles não tinham atuação separada, porque a Usoms (...) só congregava os sindicatos do porto. O Fórum Sindical, ele congregava todos os sindicatos da Baixada Santista. (...) Depois criamos o PUA, que era o Pacto da Unidade e Ação, que era a nível nacional. Ele congregava portuários, ferroviários, aeroaviários, a nível nacional. E criamos a CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) que ela também partiu de Santos, tanto que o presidente era o Oswaldo Pacheco da Silva. (...) Acontece que o visado era o movimento sindical.

Tivemos categorias que não perderam nada. (...) Perdeu o portuário. Nós tivemos anulados o

acordo de 62 e 63, que eram as cláusulas mais importantes do portuário. Porque tenho a impressão que não houve uma consciência política dos dirigentes da época. (...) E não conseguimos manter aquilo que nós conseguimos pra categoria até 64. (...) Em 64, 31 de março, houve o movimento revolucionário, essa quartelada. Nós fomos destituídos, todas as diretorias foram destituídas, salvo algumas. (...) Durante todo mês de abril, o pessoal foi caçado aí que nem fera; teve alguns, inclusive, eles tinham a intenção de matar. Fomos presos mais ou menos no mês de abril, todo o movimento sindical; alguns foram presos depois de abril, início de maio. E fomos colocados na cadeia da rua São Francisco. Ficamos na carceragem, mais ou menos devia ter uns 200. E metade dormia, metade ficava de pé. (...) No dia 12, fomos transferidos para o navio. (...) Foi todos os dirigentes da Baixada. Foram mais ou menos uns 300 sargentos do Exército que se recusaram a participar do golpe. Foram presos também fiscais da Receita, foram professores da USP. Todos nós fomos acusados de subversivos, agitadores, corruptos e comunistas. Era essa a acusação. (...) Fomos recebidos com ameaças de espancamento e morte que o navio era policiado pela Polícia Marítima e Aérea de S. Paulo. (...) E nós sofremos interrogatório por parte da Marinha de Guerra, que eles queriam saber onde estava o dinheiro que era para implantar a "república sindicalista" (...). Um troço absurdo! Eles não conseguiram, não havia aquilo, era tudo invenção da reação. Eles, pra obrigar o pessoal a confessar, então começa-

ram a torturar; (...) tinha pessoal que eles fechavam no frigorífico, que estava desativado, mas não tinha respiração. (...) Era na parte baixa do navio; ele tinha água, dava água mais ou menos pelo tornozelo. O pessoal, pra dormir, tinha que ficar na escada de acesso, sentado. (...) Alguns, eles colocaram na estufa do navio, que era do lado da caldeira; ali dava 48, 50 graus durante o dia. Outros, eles fecharam nas privadas. Um companheiro nosso ficou fechado seis meses dentro de uma privada, que eles alegaram que o rapaz era tesoureiro do Partido Comunista; ele não tinha nada que ver com o Partido Comunista. (...) Eu fiquei dentro de um camarote, fiquei os seis meses no camarote. (...) Fiquei dois dias no frigorífico. O Golegã ficou quatro meses dentro de uma privada fechada. O Zé Barbosa Leite esteve na estufa; o Waldemar Neves Guerra ficou 48 dias na estufa, fechado. Nós tivemos um japonês que era professor, era médico da USP, ele ficou no frigorífico quase uns dois meses (...). Não se sabia o que ia acontecer, quer dizer, aquelas ameaças todo dia. (...) Ficamos incomunicáveis, sem assistência jurídica, sem visita da família. Só dois meses depois que eles começaram a permitir que fosse a esposa fazer visitas aos domingos. Ficamos até 22 de outubro, e fomos soltos por decisão do Supremo Tribunal Federal, que concedeu habeas corpus que foi impetrado por diversos advogados da Baixada Santista.



Prisão dos líderes sindicais Afonso Neves Guerra e Artur Tinoco durante a “Greve dos Enfermeiros” em 1963.

Origem: Arthur José Tinoco e Silva/Acervo FAMS

Prisão dos líderes sindicais Afonso Neves Guerra, Isac de Oliveira, Artur Tinoco e Oscar Magrini, no Sindicato dos Empregados na Administração dos Serviços Portuários de Santos e Região, durante a “Greve dos Enfermeiros” em 1963.

Origem: Arthur José Tinoco e Silva/Acervo FAMS



ALBERTO PIRES BARBOSA

“BARBOSINHA”

PORTUÁRIO APOSENTADO

Eu iniciei minhas atividades profissionais no mês de setembro de 1943, na Companhia Docas de Santos. Eu fui inicialmente contratado como escriturário. (...) Bem, na Companhia de Docas de Santos, eu tive oportunidade de conhecer vários companheiros que professavam essa ideologia. (1) Além do que eu comecei a ler muito; muitos escritos sobre a história do Partido Comunista, que se identificava com a luta (...) das classes trabalhadoras.

(...) Comecei a tomar conhecimento do movimento sindicato, que na época estava (...) sob um regime ditatorial de Getúlio Vargas. (...) Com o término da Segunda Grande Guerra, aí as liberdades vieram com uma certa intensidade, e logicamente o movimento sindical também estava inserido nesse contexto. (...) 1945, 46, aí já integrado no meu Sindicato (2), com mais liberdade sob a presidência do companheiro falecido Leonardo Roitman, então a gente viveu momentos históricos da luta da classe trabalhadora. (...) Bem, eu sempre digo que o movimento sindical avança na medida em que ele desperta de liberdades democráticas. (...) Ele cresce, cresce pela própria natureza de expressão de pensamento.

(1) Marxismo

(2) Sindicato dos Empregados na Administração dos Serviços Portuários de Santos



Diretoria do Sindicato dos Empregados na Administração dos Serviços Portuários de Santos e Região em 1946. Leonardo Roitman ao centro, sentado.

Origem Sindicato dos Empregados na Administração dos Serviços Portuários de Santos e Região/Acervo FAMS

Nós tivemos também, e temos, um elo importante que contribuiu para essa formação histórica e cultural, que é o porto. O porto é a porta aberta para o mundo. (...) Por esses conceitos, essas conotações, (...) fez nascer e fez crescer entidades voltadas para esse sentimento de solidariedade, de fraternidade. O Fórum foi uma manifestação concreta do movimento sindical santista. (...) Então, essas greves que o Fórum (3) comandou realmente nada mais foi que essa concretização de idéias de solidariedade e fraternidade. (...) Daí essas greves que aconteceram e que por certo foram marcos históricos na história do movimento sindical brasileiro. (...) À medida que os trabalhadores vão tendo as suas organizações fortalecidas, elas crescem.

(...) Os sindicatos vêm tentando melhorar essa situação. Eu diria que, nesse período que foi de 1955 a 64, foi onde se manifestaram essas conquistas (...), dada a unidade dos trabalhadores, ainda que divididos em sindicatos, mas assim mesmo, unidos pelas reivindicações, pelo que tinham de mais comum, fez com que muitas conquistas acontecessem. Nós tivemos acordos coletivos de 62, até com a reintegração de companheiros que tinham sido demitidos em 48, na Greve contra Franco. Mas outras e outras reivindicações de caráter econômico: férias em dobro, horas extraordinárias com percentual acrescido em decorrência do trabalho, (...) enfim, um rol enorme de reivindicações. Agora por que é que elas não foram mantidas? (...) Quando o movimento operário começa a crescer, ele começa a incomodar as classes dirigentes. (...) A gente não

pode deixar de reconhecer que, em 64, o movimento sindical brasileiro caminhava a passos largos, sabe, com um desenvolvimento extraordinário.

Bem, então, em 64, eu, além de estar no Fórum Sindical, mesmo já estando me afastando, permaneci na Federação Nacional dos Portuários do Rio de Janeiro. (...) No dia 31 de março, eu estava no Rio de Janeiro. As informações começaram a cruzar, e que eu estava sendo procurado intensamente, como outros companheiros, pela Polícia política, Forças Armadas, essa coisa toda. No Rio de Janeiro, eu me escondi. Clandestino, vim a Santos. Cheguei num dia e voltei no outro. (...) No Rio de Janeiro, vi centenas de companheiros sendo presos; (...) alguns dedicados companheiros lá no Rio me levaram para a embaixada do México. No dia seguinte, ninguém mais entrava na embaixada; (...) nem aí, nem em embaixada nenhuma, porque eles

cercaram as embaixadas todas.(...) Aí, a embaixada me concedeu a condição de asilado, comunicou ao governo brasileiro, e eu esperei a minha viagem (...) lá pro México; eu fui 60 dias depois. (...) No México, como tantos outros brasileiros que lá estiveram, (...) nós vivemos, nos primeiros momentos, lá às expensas do governo mexicano, porque o tratado

Alberto Pires Barbosa e Vitelbino Ferreira de Souza no exílio México - 1964

Origem: Alberto Pires Barbosa/Acervo EAMS



internacional assim o determinava. (...) Ocorre que lá se tornou difícil trabalhar; (...) como nós éramos dirigentes sindicais, nós resolvemos então manter contato com a Federação Sindical Mundial, explicando a nossa situação. (...) Depois de intensas negociações, (...) nós conseguimos que a Federação Sindical Mundial nos mandasse as passagens, e nós fomos pra Praga, (...) onde é a sede da Federação Sindical Mundial. (...) Em Praga, nós ficamos mais algum tempo esperando a decisão da Federação, (...) que acabou acontecendo num curso. Eles optaram por nos dar um curso de sindicalismo que durou 6, 7 meses. Aí, às expensas da Federação Sindical

Mundial, (...) ficamos com nossa permanência garantida. Nós tínhamos casa, comida e uma pequena ajuda de custo para transporte, cigarros, coisa pequena. (...) Exatamente assim, no término do curso, em janeiro de 65, então eu vim, claro sob a proteção da Federação Sindical Mundial; (...) o meu passaporte foi apreendido. (...) Eu tive que sair de Praga e viajar com um documento que eles chamam de apátrida, por eu não ter passaporte, então a ONU dá um documento especial para aquele cidadão que o governo dele se recusa a reconhecê-lo como natural desse país, e eu fui recusado a ser reconhecido como brasileiro; (...) fui desembarcar em Buenos

Aires. E, de Buenos Aires, a Central Sindical Argentina que me trouxe para o Uruguai, também clandestino, e aí no Uruguai foi mais fácil atravessar a fronteira como clandestino, mas, quando eu cheguei em São Paulo, eu descobri que já não estava sendo procurado para ser preso. Eu já estava com liberdade condicional decretada pela Justiça Militar.



Alberto Pires Barbosa "Barbosinha", Eraldo Franceze (advogado), Antonio Victor dos Santos e outros, no Presídio de Santos, durante a "Greve dos Enfermeiros" em 1963.
Origem: Arthur José Tinoco e Silva/Acervo: Iums

México, 1 de julho de 1964

Querida Maria

Chego do trabalho a notícia do nascimento de nossa filha, e com o extremo momento feliz, sabendo que tudo correu bem. Sabes? 1 de julho de 1964!

Estou passando de imensa felicidade, de, depressa, e aguardando ver essa com a idade de esse dia, mais um dia feliz da minha vida que tu me proporcione.

Aqui do Conquistador de Xico, com o passar dos dias, não te esqueço em nenhum momento, e essa distância longa, não faz mais do que aumentar cada vez mais esse amor que tem uma indelével e eternamente.

Te desejo de tudo, caríssima, felicidade, a ti e a nossa filhinha que acaba de nascer.

Há 12 telefones sobre o endereço saio da Botânica. Aqui começamos no apartamento de Herson, com alguns companheiros, da maneira mais alegre possível.

Compramos 2 frangos assados e 2 garrafas de vinho, comemos e cantamos até do madrugada.

Credeito que por todo este ano teremos a nossa situação definida.

Carta enviada por Alberto Pires Barbosa a sua esposa durante o exílio no México - 1964.

Acervo: Fams

ANGELO OSWALDO MASTELINI

PORTUÁRIO APOSENTADO

(...) O início da minha vida profissional foi como lavrador. Eu estava no interior de São Paulo, onde meu pai veio imigrante da Itália, e ficaram lá no interior até mais ou menos quando nós adquirimos a idade de 19 anos. Aí vim para São Paulo, tentei emprego, não consegui. Naquela época, tava difícil, e ingressei no Exército como voluntário; participei da Segunda Guerra e dei baixa. Aí, eu ingressei na Companhia Docas, como trabalhador de carga e descarga; posteriormente, eu fui transferido para trabalhador de armazéns.

(...) O Sindicato da Administração praticamente era o patrão na época, e nós, como éramos trabalhadores, nós éramos subordinados a fiéis de armazéns, chefes de seção e outros, e havia essa desigualdade de trabalho. E, outra coisa, nosso Sindicato era o Sindicato mais forte da Baixada Santista. Congregava os marítimos, os portuários, os pintores, os motoreiros de guindastes. Então, era um Sindicato mais forte; agora não havia interesse de se passar a unir-se com outro sindicato, a não ser o nosso (...); não houve entendimento de unificação dos sindicatos.

(...) Na época do Getúlio, nós tivemos tam-

bém um grande avanço. Inclusive, o nosso presidente que mais se destacou naquela época era o José Gonçalves. Eu me lembro que nós fomos conseguir aquela garantia dos 25 dias que nós não tivemos naquela época. E com Juscelino Kubitschek também tivemos algumas vantagens, mas as maiores vantagens mesmo nós obtivemos no governo do João Goulart.

(...) A que mais eu recordo, que mais me emocionou, foi uma greve que nós fizemos em ajuda daqueles 35 companheiros do Moinho Paulista, que tinham sido transferidos para outro Estado; eles estavam radicados na cidade, onde eles tinham sua família já, filhos estudando. Eu acho que aquela foi uma das greves mais bonitas que houve na Baixada Santista porque nós conseguimos paralisar tudo, inclusive os táxis. E outra, que também eu me recordo muito bem, foi aquela (...) dos enfermeiros, dos hospitais. Que nós fizemos uma paralisação, também total, e aonde eu, nessa época, eu fui preso, porque nós távamos ajudando a paralisação nas Docas, não deixando o nosso pessoal trabalhar, e ajudando os companheiros enfermeiros. (...) O nosso Sindicato teve uma intervenção durante a noite.

Nós, encurralados lá, a noite toda jogando bombas de gás lacrimogêneo e outras coisas mais. Brucutu também em volta e nós permanecemos, não só nós, como as enfermeiras e outros companheiros que tavam junto conosco até de manhã. De manhã, quando o deputado Esmeraldo Tarquínio e o Martins...?, esqueço o primeiro

nome dele, nos conduziu até a Polícia, e de lá já ficamos presos.

(...) Ela tava louca pra pôr a mão em cima de nós, que nós fizemos diversas paralisações contra ela, inclusive um companheiro nosso, que foi preso no armazém 20, que teve desaparecido. Nós fizemos um movimento danado, até que esse companheiro apareceu e, no dia 1º de abril, eles conseguiram nos pegar.

(...) Em 63, nós fizemos um acordo coletivo, que eu acho o mais importante da Baixada Santista. (...) Nós conseguimos 17 itens, todos de vantagens, onde foi férias em dobro, licença-prêmio e outras vantagens aí, que nós tivemos na época. (...) A melhor de todas elas foi a complementação dos aposentados (...), que trabalhavam tanto no cais e saíam e ficavam com uma aposentadoria de miséria. (...) E aí não, passou a receber igual se tivesse trabalhando.

A evolução era tão grande, o movimento tava tão, tão bem organizado, que a gente tava tão entusiasmado (...) quando nós pegamos, já fomos pegos de surpresa; (...) nós, dirigentes, (...) fomos presos logo de começo, e não deu pra movimentar. Talvez, se tivesse tido um pouquinho mais de força, nós teríamos conseguido alguma coisa. Não passando o que nós passamos. (...) Tava chegando do Hospital Anchieta, de internar um companheiro que teve um problema de saúde, e, aí, quando cheguei no Sindicato, já estava o movimento de paralisação. Aí, a Polícia invadiu o Sindicato; (...) fui preso (...) uns três meses e pouco.

(...) Ah, aquilo lá era terrível, inclusive não só pra nós, como pra família também, que ia visitar e encontrava a gente naquela depressão danada. (...) Física mesmo pouco, alguns empurrões, alguma coisa, mas psicológica bastante, quase a toda hora. (...) Chamava a gente, levava lá pro comando lá, deixava a gente lá. Vinha um e fazia uma pergunta; vinha outro e trazia a gente aqui pro escritório da Companhia Docas. Aquela tortura danada! Aquelas ameaças! Dizendo que iam afundar o navio, que nós íamos pra Fernando de Noronha, que nós íamos desaparecer, e aquelas torturas eram quase que constantes.

(...) No começo, enquanto a gente tava preso, a gente recebia auxílio-reclusão; (...) depois, a coisa apertou. (...) Depois, aí fui, eu fiquei afastado esses anos todos; quando ganhei o processo, em 68, eu retornei ao trabalho.



Getúlio Vargas em frente ao Sindicato dos Operários Portuários de Santos - 1952

Origem: José Gonçalves/Acervo: FAMS

ANTÔNIO GUARNIERI

BANCÁRIO APOSENTADO

Eu iniciei minhas atividades profissionais em 1940, no Banco de São Paulo, em São Paulo. Bom, minha vinda para Santos eu atribuo a uma participação no movimento grevista de reivindicações por melhores salários.

(...) era um movimento muito tímido, devido à ditadura Vargas e à subsequente através de mascaradas democracias, marechal Dutra. Um sindicalismo muito medroso, muito apático; (...) em São Paulo, já nós tivemos que enfrentar uma intervenção do Sindicato dos Bancários, em que eu apareci, comecei a ser prestigiado pelos colegas de outros bancos e, com a minha transferência para Santos, a mesma situação de São Paulo foi aqui encontrada: o Sindicato daqui também sob intervenção.

Alguns elementos se interessavam em fazer essas situações de base, mas eles tinham receio inclusive da direção sindical na época, que indicavam seus nomes à Polícia Marítima, seus nomes à Delegacia de Ordem Política e Social, comprometendo assim a sua integridade física, o seu bem-estar familiar. Muitos se afastavam do Sindicato e tinham pavor.

Depois que eu participei da primeira eleição do Sindicato (1953) e fui eleito, encontrei o Sindicato com apenas 200 associados. Para uma categoria com mais de 1.000, 1.800 bancários, esse número era bastante inexpressivo e indicava justamente o terror que a categoria tinha em relação ao Sindicato. Então, foi um trabalho insano, cansativo, trabalho de catequese que nós tivemos de desenvolver à frente do Sindicato e nos locais de trabalho, em duplo sentido, porque ganhamos a categoria para os movimentos de reivindicação. Isso foi conquistado. Pouco a pouco, nós fomos ganhando a confiança da classe. (...)

Eu considero a maior conquista nossa o horário de 6 horas para a categoria. Depois, (...) eu incluo a aposentadoria por tempo de serviço que ela foi uma luta que terminou no Congresso Nacional, como a lei específica para os bancários introduzindo a aposentadoria por tempo de serviço.

(...) Então, os bancários na época eram a única categoria em condições de alcançar os obje-



Governador Jânio Quadros ladeado por líderes sindicais de Santos no velório de João Gonçalves Neto e de Francisco Pedro dos Reis, líderes sindicais acidentados na represa Guarapiranga. Velório da Santa Casa de Santos - 1955.

Origem.: Antônio Guarnieri/Acervo:FAMS

tivos através da demonstração da capacidade financeira do Instituto dos Bancários de poder arcar com esse novo tipo de benefício.

Eu, dentro da minha formação sindicalista, sempre entendi a greve de solidariedade como uma necessidade vital em favor das categorias de pequena expressão. Porque somente as categorias com poder de expressão numerosas, batalhadoras e bem conscientizadas é que conseguiam conquistar van-

tagens para seus membros. (...) Então, em favor dessas categorias é que a gente entendia necessário fazer uma greve de apoio, de solidariedade, dentro da justiça da reivindicação.

(...) O Fórum foi criado assim como uma sociedade que reunia os presidentes dos sindicatos. Porque, na época, toda a tentativa de criar uma central sindical, uma CGT, como era chamada na época a Confederação Geral dos Trabalhadores, sempre era impregnada por aqueles que viam, nessa reunião, a unidade perigosa dos trabalhadores. (...) O Fórum Sindical de Debates, na época, ele fez um trabalho muito bonito, inclusive ganhando a confiança de autoridades municipais, autoridades governamentais, servindo de elemento de composição para os diálogos, para os atritos entre trabalhadores e empresários.

(...) Nós tínhamos o receio ou sentíamos ou pressentíamos que algo estava para acontecer. Mas nem por isso nós abdicávamos do direito de reivindicar. E quando os dirigentes supunham a oportunidade do momento político, às vezes não era. Às vezes, atrás dos bastidores, as coisas tavam bem diferentes. (...) E justamente contra as lideranças do João Goulart que se insurgiam os militares desde a queda de Jânio Quadros.

Minha prisão em 64 foi rocambolesca, porque eu, (...) que voltava de uma viagem de férias, (...) fui surpreendido com a Revolução, com o golpe militar, e tive que ficar homiziado na casa de parentes mais ou menos uma semana. E depois me retirei de Santos para evitar minha prisão imediata.

Eu já sabia que estavam à minha procura. O Sindicato ⁽¹⁾ estava vigiado, mas eu consegui sair de Santos com a minha patroa, e fomos para São Paulo, onde ficamos em casa de parentes. De lá, fui para Campinas, onde também fiquei em casa de parentes. E acabei aproveitando a situação para me internar no Instituto P. Boulier (?), onde me submeti a uma operação e também serviu para uma justificativa para que eu não perdesse o emprego. (...) E depois retornei a Santos e deixei minha esposa no apartamento, e ela foi a primeira a ser presa como refém, e eu fui trabalhar novamente no banco, onde permaneci até a hora da minha prisão, mais ou menos, umas quatro horas e meia ou cinco horas. E minha esposa informava que eu estava no banco, mas o delegado não acreditava, achava que eu tava na China, na Rússia, qualquer lugar assim, menos em Santos.

(...) Eu fui preso, aí eu cheguei na cadeia pública ali na rua São Francisco (...) e fiquei dois meses no presídio. E de lá fui removido para o navio Raul Soares, onde fiquei mais quatro meses. (...) Eu fui um dos últimos a sair porque o comandante do navio achava que eu era muito perigoso. Apesar de eu ter três

habeas corpus, ele não me soltava. Nem a mim, nem a Waldemar Neves Guerra, nem ao Garcia ⁽²⁾. Inclusive isso determinou a ida da minha esposa ao Rio de Janeiro, levando um recurso impetrado pelo advogado (...) junto ao Tribunal Militar. E ela foi recebida no Rio, e conversou com o presidente Mourão Filho, (...) detalhou a situação em Santos. (...) E o Mourão Filho diz que ela voltasse e que, ao chegar aqui, eu estaria em liberdade, inclusive os demais presos políticos. O que aconteceu.

Diretoria do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Santos - 1938.

Presidente: Ennio Emmerich de Souza, ao centro, sentado

Origem: Antônio Guarneri/Acervo: FAMS



(1) Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Santos

(2) Domingos Garcia, Sindicato dos Trabalhadores de Santos



VI Congresso Nacional dos Bancários em Porto Alegre - 1960.
Origem: Antônio Guarnieri/Acervo: FAMS

VII Congresso Nacional dos Bancários em Minas Gerais - Belo Horizonte
 Delegação paulista ao congresso - 1957
Origem: Antônio Guarnieri/Acervo: FAMS



ANTÔNIO RODRIGUES "ANTONINHO"

PORTUÁRIO APOSENTADO

Eu comecei a trabalhar nas Docas aos 16 anos de idade, (...) como ascensorista de elevador no antigo prédio que havia na Praça da República, 15, que era justamente um mini-hospital mantido pela Companhia Docas. (...) Dali, eu completei 18 anos, e a Companhia não permitia que os meninos dos elevadores continuassem trabalhando acima dos 18 anos e transferia, (...) e eu fui transferido para as oficinas da Companhia Docas, (...) pra parte de consertos de vagões, lá na Bacia do Macuco. (...) Comecei no conserto de vagões ferroviários, e dos vagões ferroviários eu passei a ser plainador mecânico. (...) E, das plainas, passei para uma retífica, (...) passei para fresador, onde só nas fresas eu tive 10 anos.

(...) eu pertenci muito tempo ao Partido Comunista. Eu ingressei no Partido Comunista em 45, 1945, quando a classe trabalhadora lutava muito por legislações, inclusive nós participamos de uma campanha para tomar conta da Associação (Docas). O Partido Comunista conseguiu fazer uma chapa que foi eleita; o nosso presidente foi Arlindo Alves Lucena, inclusive se elegeu quando estava na prisão. (...) O Partido Comunista era

bem organizado, disciplinado, e nós tínhamos em cada seção uma cédula do Partido (...). Então, se a direção determinava que se apoiasse determinada reivindicação, essa reivindicação seria apoiada pelos trabalhadores. (...) Como o Partido Comunista foi posto fora da legalidade, isso já em 47, então o Partido foi destruído pela polícia, as fichas foram rasgadas. Enfim, mais ninguém podia dizer que era comunista, porque ia preso. Então, aqueles que ainda puderam, assim como eu, se infiltraram em outros partidos, e eu fui pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), e fiquei colocado em primeiro suplente (vereador) na época.

Comecei como diretor beneficente em 58, numa diretoria que tinha como presidente Domingos Garcia. (...) Depois desta diretoria, houve nova eleição, e já formamos uma outra chapa, eu com o Manoel de Almeida, eu como secretário. (...) Enfim, ficamos dois anos, e houve nova reeleição. Continuei ainda como secretário do Sindicato dos Operários Portuários de

Santos e região, na segunda reeleição, e fomos novamente reeleitos, modificando alguns cargos, porém eu continuei como secretário (...), foi quando houve o golpe militar de 64, (...) e, como todos sabem, a diretoria, portanto, foi

João Goulart recebe presente de trabalhador no Sindicato dos Operários Portuários de Santos - 1953

Origem: José Gonçalves/Acervo: FAMS



esfacelada, a maioria, a maioria foi presa quase no primeiro dia.

Havia até um tempo uma divisão de sindicatos, e nós lutamos, (...) chegamos a um acordo, e criou-se o Fórum Sindical de Debates e aí também foi possível a união de todos os sindicatos. (...) Era um movimento unido, aliás foi uma vitória muito grande que nós conseguimos na Baixada. Tanto que eles consideravam Santos a "Cidade Vermelha", berço do sindicalismo etc. (...) Então, quando nós entramos, (...) começou-se a discutir insalubridade, salário extraordinário, turnos de homens em trabalho, noitada garantida, emprego, e definimos direitos dentro da orla portuária. (...) Isto reconhecido em convenção de trabalho registrada pelo Ministério do Trabalho. (...) Todo o trabalho era dos portuários, nós acabamos com aquela infiltração de empreiteiras que geralmente gerava corrupção, já naquela época.

(...) O que havia em 64, me parece que antes de 64, é que a classe trabalhadora, apesar da gente não ter certeza de sua organização, ela era mais organizada, ela era mais... como se diz, ela era solidária, mais solidária. Então, o que aconteceu? Naquela época, nós conseguimos, é todas as categorias profissionais apoiavam o movimento de doqueiro, de estivador, ou de consertadores, ou das donas de casa, ou das enfermeiras, e eu quase notava assim uma disposição maior de luta dos trabalhadores da época.

(...) Eu saí de casa e quando vinha chegando na General Câmara, já um companheiro me cha-

mou e disse: "Antoninho, você vai pro Sindicato? Não vai, porque foi todo mundo preso lá. O Sindicato foi lacrado", (...) Conversei com os doqueiros pelas esquinas, por tudo quanto foi lugar, sem ir em casa, porque aí eu já tomei conhecimento que a minha casa tinha sido invadida. (...) Como eu não acreditava que esse golpe se concretizava, eu fiquei na esperança de uma viravolta. (...) Eu fiquei quatro dias na rua, depois consegui uma pessoa amiga que me deu uma cobertura, um esconderijo por quinze dias. Depois desses quinze dias, eu achei outra pessoa amiga lá pro lado da Praia Grande, que me deu mais quinze dias; (...) teve um amigo meu que me transportou para Peruíbe. Em Peruíbe, tive um certo tempo; (...) outra pessoa amiga me levou pra São Bernardo do Campo; eu fui pra Maringá, (...) depois, voltei novamente, fui ficar com um amigo, sempre fora de casa; (...) fui para um bar de

um amigo meu, (...) eu fui preso e já estava condenado. Aí, eu fui recolhido ao 5º andar no presídio daqui, e aí fiquei um ano e tanto, quase dois anos; foi quando o advogado Raul Lins e Silva me defendeu em Brasília, porque eles tinham me condenado a dez anos, e o Raul Lins e Silva me defendeu de graça e derrubou a pena pra dois anos. (...) Então, eu saí já tendo o indulto de Natal, se não me falha a memória.



Churrascada no campo do Portuários - 1954
José Gonçalves, Lucas Nogueira Garcez, governador,
Antônio Feliciano, prefeito de Santos.

Origem: José Gonçalves/Acervo: FAMS

BERNARDO DE ABREU MADEIRA

COMERCIÁRIO APOSENTADO

Comecei a trabalhar logo cedo, aos 15 anos. (...) Meu pai faleceu. Fiquei com a responsabilidade da minha família. Era constituída da minha mãe, mais duas irmãs e dois irmãos. Aí ficamos trabalhando, inclusive eu arranji um emprego na importação da SPR. (...) Depois fui trabalhar no Souza Dantas e Cia., (...) uma firma que hoje não existe mais, atacadista de gêneros alimentícios. (...) É, desde que comecei a trabalhar como comerciário, eu comecei as minhas lutas, inclusive eu era meio, como se diz, que era subversivo, mas eu não tinha nada de subversivo, (...) inclusive fazia comícios em praça pública e tinha diversos organizadores, inclusive empresas, e eu fazia comícios na Praça da República, e muitas vezes eu até auxiliava. (...)

(...) Diziam que eu era do Partido Comunista, mas não, nunca nem do PTB.

(...) Trabalhávamos e inclusive nem respeitavam horários. Na época ⁽¹⁾, os empregadores tinham liberdade pra determinar os horários dos empregados. Então, eu lutei muito (...) quando colocamos na Câmara o projeto de lei que conseguisse unir o sábado, o meio dia. Quer dizer, fechar meio dia, e assim temos hoje em dia a "semana inglesa".

(...) Eu acho que fui em 57 (2) e fui reeleito várias vezes, não sei se duas ou três vezes. (...) Houve aquela oportunidade de ser convidado para ir a Brasília; (...) conseguimos então aquele dinheiro com que foi construída a sede ⁽³⁾ no terreno que nós possuíamos na rua Itororó, em que está construído, hoje em dia, o edifício de vários andares em que metade pertence aos comerciá-

rios e a outra metade pertence ao INPS.

(...) Não cheguei a ser preso graças a esse delegado Bolivar Barbanti ⁽⁴⁾.

(1) 1940

(2) Eleito presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Santos

(3) Sede do Sindicato

(4) Referência ao Golpe de 1964



Presidente do sindicato Bernardo de Abreu Madeira, à direita
Origem: Sindicato dos Empregados no Comércio de Santos/Acervo: FAMS



Missã na Candelãria pelas vÃtimas da II Guerra Mundial

Origem: Sindicato dos Empregados na Administraçãõ dos Serviçõs Portuãrios de Santos e
Regiãõ/Acervo: FAMS



Comerciários de Santos em excursão à sede da colônia de férias em Ribeirão Pires - 1948.

*Origem: Sindicato dos Empregados no Comércio de Santos.
Acervo: FAMS*



Solenidade na sede do Sindicato dos Empregados no Comércio de Santos - 1950.

*Origem: Sindicato dos Empregados no Comércio de Santos.
Acervo: FAMS*

Prova esportiva realizada na colônia de férias em Ribeirão Pires em 16/05/48.

Corrida do Ovo.

Origem: *Sindicato dos Empregados no Comércio de Santos/Acervo: FAMS*



CLÁUDIO JOSÉ RIBEIRO

PETROQUÍMICO APOSENTADO

Comecei no Departamento de Estradas de Rodagem. Minha função era trabalhar em galerias, fazer galerias.

Eu havia chegado do Estado de Mato Grosso, (...) comecei a trabalhar em Cubatão, na via Anchieta, e aí na via Anchieta existia os trabalhadores do DER (...), e não existia sindicato; (...) eu organizei uma comissão de reivindicação composta de uns seis elementos. Isso aí era o sindicato legal pra gente aqui em Santos, na Tribuna, com essa comissão, anunciando a existência dela, (...) mas tinha que anunciar o risco de ser punido severamente. Naquele tempo era difícil.

(...) Em Cubatão mesmo, eu era novo. Eu conhecia muito pouca gente. Eu não tinha assim muito conhecimento, mas os trabalhadores me conheciam.

Então, quando eu anunciei que ia me candidatar⁽¹⁾, eles disseram que eu podia me candidatar, que eles iam votar comigo. (...) E, como o PCB era ilegal, (...) então o PTB é que tirava legenda, legenda para nós. Agora, para a gente identificar quem não era petebista, a gente fazia propaganda como candidato de Prestes.

(...) Naquele tempo, o governador era Adhemar de Barros, e ele era um homem que perseguia muito os trabalhadores.

Então, eu criticava muito ele, e lá na Câmara existia um jovem que era vereador também como eu, que era do PSP. Então, ele não gostava que eu fizesse críticas ao governador (...) e fez um requerimento, ele pediu a cassação. Fui cassado.

(...) A Associação dos Petroquímicos surgiu com a ajuda do presidente da Federação que já existia no Estado de São Paulo. (...) Eu fiz parte da primeira diretoria do Sindicato; o presidente, que era da Associação, (...) ele foi mandado embora da Estireno e nós tínhamos condições de mantê-lo. Então, a diretoria se reuniu e escolheu eu para ficar no lugar dele, do Toledo (...). Eu senti uma responsabilidade muito grande nas costas. (...) Eu pedi licença à Estireno para trabalhar só para o Sindicato; (...) aí eu comecei, a primeira coisa que eu fiz, eu reuni os trabalhadores por empresa, para saber qual era as reivindicações. (...) Aí, eu fiz um apanhado de todos os dados e fiz um memorial. (...) Então, aprovaram as reivindicações em assembléia geral e deram a ordem que eu poderia agir; (...) por exemplo, eles queriam trabalhar 6 horas ganhando 8 horas, queria 30% de periculosidade, 20% de turno sobre o salário (...) e aumento de salário de 6 em 6 meses, (...) e nós anotamos tudo isso e fomos lutar por essas reivindicações.

(...) As empresas (...) aceitaram reunir conosco, mas não concordaram com as reivindicações. (...) Fui na porta das fábricas, conversei

com todos os trabalhadores. (...) Então, que tínhamos de nos preparar para uma greve (...) porque nós sabíamos que podia conseguir isso. (...) Nós ficamos cerca de 15 dias parados. (...) Então, a greve foi considerada ilegal.

(...) Todos os presidentes de sindicato aqui de Santos tomou conhecimento da greve. Nos reunimos pra discutir esses problemas no Fórum Sindical; (...) a categoria era pequena, não agüentava a pressão da polícia. Era preciso uma solidariedade. Então, eu conversei com o Silvíno, conversei com o Almeida, do Sindicato de Docas, conversei com o Domingos Garcia, presidente da Estiva, conversei com o Pan Fidalgo, presidente do Carris Urbano, (...) mandei ofício para cada sindicato e fui na assembléia explicar para os trabalhadores por que nós estávamos em greve. Eu dizia que as companhias tinha muito lucro e que nós trabalhávamos em condições de perigo. (...) Então, eles concordaram em me dar solidariedade e, de fato, deram. Houve a greve geral em toda a Baixada, mas nós nos concentrava muito em Cubatão, (...) nós estávamos determinados de não deixar ninguém entrar nas fábricas.

(...) O fim da greve, depois que o porto parou, que parou o transporte aqui em Santos, (...) a greve geral foi uns seis dias por aí.

(...) Então, chegou um telefonema de São Paulo, do presidente do Tribunal⁽²⁾, (...) me chamando lá, que eu fosse que o pessoal das empresas (...) estavam lá me esperando; (...) nós marcamos hora e fomos para São Paulo; (...) quando

(1) Candidatou-se em 1949, elegeu-se vereador em Cubatão.

(2) Tribunal Regional do Trabalho.

chegamos no Tribunal, então o Dr. Décio disse assim: "Oh, Cláudio, a greve, vocês estão fazendo greve, mas o pessoal das empresas, os patrões, estão querendo dar aumento, atender as reivindicações suas". (...) Eu fiquei preocupado com isso, por que será? É claro que a greve geral teve sucesso muito grande em Santos. (...) Mas fiquei assim pensando: "Puxa! Se eles atenderam tudo isso...". Aí, eles me chamaram para assinar, eu assinei. Eles vieram. Cada um assinou representando sua companhia e disse que estavam atendidas as reivindicações. Então, eu tive muita preocupação com isso, é, deles atenderem tudo. Quando nós chegamos em Cubatão, estava cheio, superlotada a sede do Sindicato, (...) uma alegria terrível!

(...) Nós fomos numa reunião sindical em São Paulo, e lá eu fui escolhido para ir numa comissão, ao Rio de Janeiro. Daqui de Santos, fui eu e o Lourenço⁽¹⁾, eu e ele na comissão, falar com o Jango. Então, o Jango nos atendeu, (...) e a gente falou com ele o que tinha que falar; depois ele falou assim pra mim: "Você é o presidente do Sindicato do Petroquímicos?" Eu digo: "Sou". Ele disse: "É que aquele pessoal, ele não queria atender vocês. Eu mandei uma ordem para a Petrobrás que, se eles não atendessem vocês, para não fornecer o gás para as companhias"⁽²⁾ produzir estireno, pó preto, o metanol, o formol. Esses produtos que elas fabricavam precisavam do pó, da matéria-prima da Petrobrás.

(...) Depois que nós tivemos essa entrevista

com o Jango, eu fiquei crendo que o fator fundamental foi o Jango ter apertado eles, ameaçado eles, para atender as nossas reivindicações.

(...) Entrevista de generais falando em golpe, então a gente estava esperando o golpe de 64. É, um dia eu estava no Sindicato, chegou um caminhão cheio de policiais, parou na porta do Sindicato e tomou, cercou o Sindicato, não deixou ninguém atravessar na frente do Sindicato; (...) eles disseram: "Vocês estão presos, porque vocês é e são agitadores, são agitadores, e a ordem é prender vocês". (...) Nós viemos todos num carro aqui para a rua São Francisco⁽³⁾. (...) Aí nós estamos lá presos, e diz: "Olha, vocês vão ser transferidos daqui para o navio". (...) Saiu uma turma, depois saiu outra. Eu, eu fui na primeira turma pro navio, pro Raul Soares. (...) Os fuzileiros navais é que tomavam conta do navio, e a polícia, a Polícia Marítima. Os fuzileiros patrulhavam o navio por fora, e a Polícia Marítima não desgrudava da gente. (...) Nós ficamos oito meses no navio, só eu no caso, saí na última turma.

(1) Cláudio Lourenço, jornalista e dirigente sindical.

(2) Empresas Petroquímicas de Cubatão.

(3) Cadeia Pública de Santos.



Praça Ruy Barbosa, Santos durante a Greve dos Enfermeiros, 1963.

origem: Arthur José Tinoco e Silva/Acervo: FAMS

DOMINGOS GARCIA

ESTIVADOR APOSENTADO

Eu trabalho desde garoto. Fui engraxate, fui entregador de cerealista, depois entrei na Estrada de Ferro Sorocabana. Dali fui para o Exército. Passei 2 anos e meio no Exército, continuei trabalhando na Estrada, mas por pouco tempo, e logo em seguida entrei para a Estiva, em 1947.

(...) O estivador é aquele operário que trabalha nos porões dos navios, no embarque de carga, na carga que vai ser exportada, ele faz a arrumação da carga; (...) e na descarga funciona o inverso: descarga a mercadoria que vem do exterior para o porto.

(...) O Sindicato estava com 10 anos de atraso nas conquistas sociais, apesar do reclamo da classe. Então, várias foram as conquistas, entre as quais: o rodízio de contramestre, o rodízio de contramestre auxiliar e os pontos. A Estiva era um aglomerado de pessoas que não tinham um destino certo pra trabalho, trabalhavam em qualquer ponto. (...) Então, quando entrou o Antônio "Alcãmão"⁽¹⁾ já trabalhando com a classe, se estabeleceu uma norma, que foi o rodízio dos trabalhadores também. Então, se dividiu a Estiva pelos pontos, (...) e o estivador passou a auferir muito melhor.

(...) O trabalho no porto era dividido por

navios, por números de navios, e ficou tudo uma beleza, além de outras conquistas como: férias, 13^o, isso já foi uma luta já desde lá, daquela época.

(...) de 1957 a 59 fui do Conselho Fiscal; de 59 a 61 fui primeiro secretário. (...) em 1963, então me candidatei a presidente e venci as eleições.

(...) Como dirigente da Estiva na época, eu fui designado secretário da Usoms (União dos Sindicatos da Orla Marítima). Foi um organismo que se criou no porto, porque, além do Fórum Sindical de Debates, não tinha outro organismo. (...) Então, nós criamos aquele organismo que discutia o problema dos avulsos e posteriormente levava para o Fórum Sindical de Debates, porque o Fórum Sindical congregava todo o sindicalismo, era composto por trabalhadores com vínculo empregatício. E os estivadores, conferentes, esses que eu citei⁽²⁾, não tinham vínculo empregatício. (...)

Foi uma época em que estava faltando carne nos açougues⁽³⁾. E, então, tava faltando carne, não tinha carne, nem pra pagar muito caro.



Domingos Garcia toma posse como Presidente do Sindicato dos Estivadores de Santos - 1963.
Origem: Domingos Garcia/Acervo: FAMS

(1) Antônio Miguel Martins

(2) Conferentes, conferentes, amarradores e carregadores de carga

(3) 1959 - refere-se à greve dos Estivadores

(...) E sem que ninguém tivesse tomado nenhuma providência, digo, ninguém do Governo. Então, nós entendemos, nós da Estiva, entendemos que era errado. Nós estávamos trabalhando, embarcando carne para o exterior, e o nosso povo querendo o produto. E aí, nós resolvemos não embarcar mais carne para o exterior. (...) Depois de alguns dias do movimento, nós resolvemos não embarcar carne enlatada e outras carnes, até que se tomou uma solução. Até que o Governo tomou uma solução.

(...) Todos nós sabemos que a Revolução foi deflagrada no dia 31 de março. (...) Então, nós recebemos um comunicado no dia 31 de março, dizendo que no dia seguinte a Polícia ia invadir os sindicatos, que a gente tomasse cuidado. (...) Eu fui pro Sindicato cedo, (...) reuni todos os com-

panheiros, às 7 horas da manhã, expliquei a situação. (...) Tínhamos 400 homens lá do nosso Sindicato, de manhã cedo, sem saber o que tava havendo, (...) pedimos que o pessoal fosse para suas casas. (...) Eu reuni a diretoria e expliquei a situação rapidamente. (...) Comigo ficaram os companheiros de diretoria. (...) Aí chegou a polícia, Polícia Marítima, num ônibus desse da Viação São Vicente, dois ônibus cheinhos de policiais marítimos, armados de metralhadora. Nós tínhamos deixado as portas do Sindicato abertas para evitar quebra-quebra (...), mas eles chegaram quebrando tudo. Quebraram vidros, quebraram tudo. Aí, eu apareci na porta e digo: "O que é que tá havendo? (...) Avisa aí o teu pessoal aí, avisa teu comandante pra não quebrar nada aqui. Isso aqui

não é da diretoria, isso pertence a uma coletividade. Nós estamos aqui, o que é que está havendo?" Aí prenderam a gente. Prenderam e me levaram junto com outros companheiros, (...) me levaram pra central, ficamos dois meses ali. (...) Depois de dois meses, ficamos dois meses sem ser ouvidos, (...) depois desses dois meses, me soltaram. (...) Eu fui trabalhar na Estiva. (...) Vinte dias depois que eu tava trabalhando, me prenderam novamente. Aí me mandaram pro Raul Soares, que já tinha lá uma meia dúzia de doqueiros que estiveram comigo na Central. Aí no Raul Soares ficamos; eu, pelo menos, fiquei quatro meses. Depois desses quatro meses, eu fui libertado, voltei ao meu trabalho, e só em 1966 fui julgado. Aí fui condenado a um ano.



Inauguração do Colégio Moderno - 1964.
Mantido pelo Sindicato dos Estivadores de Santos
Origem: Domingos Garcia/Acervo: FAMS

FERNANDO DE CARVALHO

RODOVIÁRIO APOSENTADO

Primeiro eu comecei trabalhando como ajudante de carroceiro. (...) Trabalhei, em padaria, depois fui trabalhar na Companhia City em 1944. Entrei como condutor de bonde. (...) O serviço de condutor de bonde era estafante, (...) dava muita fadiga, era penoso, devido à cobrança, à chuva, sol. Perigoso para caminhões, o corpo ficava encostado; (...) muitos de nossos companheiros acabaram morrendo em desastres por ai batendo com as costas em caminhões. (...) Nós tivemos uniforme, cáqui, de cor assim bege, de brim; era calça, colete e paletó e o resto: camisa e gravata. Nós pagávamos tudo, inclusive o uniforme com bonê, e tudo foi pago até 1946, quando nós entramos numa questão com a empresa e ganhamos a questão. (...) No tempo da Prefeitura inclusive os aumentos eram aumentos anuais. (...) O trabalhador naquela época, ele ganhava as horas extras, eram bem pagas, (...) a jornada de oito horas existia, só que a empresa, como era um serviço de utilidade pública, (...) ela podia estender, de acordo com as linhas, os minutos de cada viagem. Ela podia estender para acima de 8 horas, ela pagava um serviço extra. (...) De 8 a 9 horas,

por exemplo, ganhava uma porcentagem de 25%; depois de 10 horas em diante, 75%; independente de outras vantagens que tinha, que, se fosse hora noturna, já era outro preço de hora. (...) Quando os ingleses colocaram aqui o serviço de bonde, (...) o condutor era um tipo de chefe de trem. Então, ele é que dava saída ao carro, ele é que, no caso de acidente qualquer, ele é que alertava o motorneiro com apito breve, porque chamava isso aí de uma parada de emergência rápida, mas o motorneiro não podia sair do ponto sem a saída do condutor.

(...) Em 1946, nós tivemos uma greve aqui que começou no dia 26 de dezembro, terminou no dia 2 de janeiro de 1947. Essa greve foi para nós conseguirmos o abono de Natal. As empresas naquela época, (...) principalmente as estrangeiras, elas tinham umas libras esterlinas retidas no Banco do Brasil. Então, o governo assinou aquilo, e, se ela concedesse um abono de Natal, ela teria a vantagem de tirar aquele dinheiro todo e poder mandar para os acionistas na Inglaterra. (...) Naquela época, foram presos vários companheiros daqui da Companhia City, (...) não voltaram mais ao serviço, nunca mais se soube deles; outros fugiram, não voltaram mais, não quiseram voltar com medo de perseguições. Da Companhia Docas de Santos, (...) foram 30 e poucos; (...) alguns não voltaram mais. Da Santos-Jundiá e da Companhia Telefônica Brasileira, e da Light, (...) foram presos, não voltaram mais ao convívio das suas famílias.

A partir de 52, geralmente cada pedido de

aumento de salário, (...) o Sindicato e a Prefeitura relutavam em conceder. A partir desse momento, tudo era movimentado à base de greves.

(...) O Getúlio, para mim, ele foi uma pessoa que fez alguma coisa pelos trabalhadores, (...) mas muitas das coisas que podia ter feito deixou de fazer. Uma delas foi, eu achei até interessante, foi a criação dos Institutos de Previdência em 1938.



Carteira do Sr. Henrique Alonso Fernandes - 1935

Origem: Sindicato dos Trabalhadores nos Transportes Rodoviários de Santos/Aerovi: FAMS

(...) O Juscelino, ele deu um grande impulso à nação com a industrialização do país, mas também ele sofreu umas perseguições por parte dos poderes e não conseguiu dar aquilo que ele pretendia dar aos trabalhadores.

(...) João Goulart, ele foi, no governo dele se conseguiu praticamente todas essas conquistas (...).

(...) Para nenhum empregado da Companhia City se exigia fiança e coisa nenhuma; era tudo na confiança e na palavra.

Trabalhar na Companhia City ou na Companhia Docas de Santos era outra coisa; (...) o comércio abria as portas pra tudo o que nós precisássemos.

(...) No passado, guardei alguma coisa quando trabalhava, porque eu cheguei muitas vezes a largar o serviço de bondes e trabalhar na estiva como bagrinho. Então, consegui, graças a Deus, construir uma casa, depois comprei uma outra casa. Então, com isso aí eu vivo.



Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nos Transportes Rodoviários de Santos, José Rodrigues Colmenero, José Manoel de Abreu, Lourenço Gasparini, Vitorio Massarente, Joaquim Alvares Carriço, Álvaro Gomes Lourenço e Manoel Luiz Ferrete Jr. - 1942

Origem: Sindicato dos Trabalhadores nos Transportes Rodoviários de Santos/Aervo: FAMS



FRANCISCO RODRIGUES GARCEZ

ESTIVADOR APOSENTADO

Eu comecei a trabalhar desde menino, com 11 anos de idade. Eu, a gente pretendia estudar mais, mas houve problemas na família, meu pai adoeceu. (...) Eu comecei a trabalhar justamente numa época de crise geral, em 1927 mais ou menos. (...)

(...) Fui trabalhar no Moinho Santista, com 15 anos de idade. Trabalhei seis anos e meio no Moinho. (...) Adquiri alguma experiência de luta sindical aí. (...) Na Estiva, eu só ingressei em 36. (...) Pra ser estivador, tinha primeiro que passar na Capitania⁽¹⁾ e tirar a matrícula.

(...) Na Estiva, tinha companheiros que foram ligados ao Partido Comunista muito antes de Prestes, mais ou menos em 1930, por aí. (...) Eu cito, por exemplo, dois: tinha Manoel Veloso, que era o “Flor da Praia”, tinha o Pergentino. Ambos foram presos, parece que foi em 1930, por aí. (...) O Partido Comunista, ele só surgiu pra mim em 1944. (...) Eu só comecei a me interessar por isso justamente quando surgiu o final da guerra. (...) Nessa ocasião, também o Luís Carlos Prestes que era muito conhecido. No final da guerra em 45, (...) com a vitória dos aliados, (...) houve grande impulso nas lutas e nas manifesta-

ções populares. (...) Inclusive, o Partido Comunista cresceu também enormemente. (...) Lá na Estiva, tinha um grupozinho que me “paquerava” assim pra luta. E isso aí logo se ligou com as lutas do Partido Comunista. (...) O essencial era o Partido se ligar às massas, ser trabalho partidário. (...) O trabalho era feito no sentido da gente oferecer ao sindicato possibilidade de crescer através das lutas dos próprios companheiros que a gente orientava. A gente era orientado no Partido, nos cursos, nas reuniões, e levava isso que nós aprendíamos, levávamos para as assembleias, levávamos para os locais de trabalho. E o número de estivadores que aderiu ao Partido Comunista cresceu também assustadoramente. (...) Em 50, nós já tínhamos, na organização de base na Estiva, que a gente chamava de “célula”, nós tínhamos inscrito 700 estivadores. (...) Com a atuação do Partido, inclusive com a influência que o Partido mantinha no movimento sindical. O Partido foi muito usado pelas forças reacionárias aí da classe dominante que fez (...) jogar o Partido Comunista na ilegalidade. (...) Em 47-48, se não me engano, o Partido Comunista (...) conseguiu eleger uma base de 14 ou 15 vereadores. Fez a maioria da Câmara. (...) Então, como o Partido tinha muita força ainda mesmo ilegal, ele conseguiu uma legenda de um partido que era legal, o PST, que emprestou a legenda pra todos os comunistas. (...) A posse, que é bom, não houve. Aí o governo cassou o mandato também do PST e os comunistas ficaram fora novamente.

(...) Então, teve comício na Praça da República, ali bem em frente, encostado à Alfândega, mas o Dops, a delegacia já anunciava que aquele comício estava proibido, mas os comunistas não quiseram saber, foram pro comício. Eu até me lembro que eu estava ajudando a fazer o palanque. Isso era de manhã, a Polícia chegou e carregou todo aquele pessoal que tava construindo o palanque. (...) Aí nós chegamos na delegacia, (...) o delegado conversou com a gente e tal, ameaçou, aquela coisa toda, e soltou a gente!

(...) O Partido continuou a realização do comício. (...) À noite, a praça encheu, (...) mas encheu também de polícia, cavalaria, o diabo! E foi aquela tremenda confusão, os cavalarianos, correndo pra cima do povo, (...) entraram pra dentro daqueles bares que estavam abertos. (...) Muitos foram presos de novo, enchiam e iam levando. (...) Nesse dia fui preso duas vezes.

(...) Bem, a “Campanha do Petróleo”⁽²⁾, ela foi aceita no país inteiro. Ela foi muito bem apoiada aqui pelo movimento sindical, pelos comunistas, (...) a gente fazia muita concentração de reuniões, de palestras, de comícios. (...)

(...) Naqueles anos, o Partido, sempre clandestino, viu e tinha Fórum Sindical, tinha Usoms, tinha o CGT e tinha o PUA. Tudo isso organização de luta que o Partido, sempre quem dava as primeiras orientações pra formar, pra se organizar, (...) desde 45 até 64, aí eles conseguiram para o Partido.

(1) Capitania dos Portos de Santos

(2) Referência à Campanha “O Petróleo é nosso”

(...) Eu cheguei a me candidatar a diretor do Sindicato da Estiva, mas foi no início; (...) nós perdemos. (...) Agora, eu nunca fiz conta porque eu era militante do Partido e muito, muito combativo. O Partido tem as bases, é uma espécie de uma retaguarda, que é o que garante a força do Partido. (...) Nós tínhamos aquela "célula" da Estiva que, de tanto crescer, o Partido mudou o sistema de organização e criou um setor de Estiva como de outras bases grandes. Passou a se chamar comitê. (...) Devido ao número de comunistas ser muito grande, (...) e eu me preocupava tanto, por isso que eu não queria saber de ser candidato a nada porque eu praticamente era dirigente. Era de um órgão possante como a Estiva. (...) Hoje nós nos transformamos em PPS e eu ainda continuo.

(...) Bagrinhos, que eram trabalhadores como nós, só que eles não eram sindicalizados. Eles não queriam saber, pra eles quem desse apoio pra eles, quem desse força era o que eles queriam. Eles queriam entrar na Estiva. Eles chegaram a criar uns três ou quatro elementos, que era a liderança deles. E esses aí eram bem dominados pelas lideranças políticas da direita, a UDN inclusive. Todas aquelas intervenções de juizes, promotores, desses órgãos da Justiça, todas as intervenções deles foi para favorecer os bagrinhos. Porque eles viam um desastre, uma coisa que só podia acontecer no sentido de quebrar a força do Sindicato⁽¹⁾.

Eles tinham bem noção disso. (...) Nenhum juiz, nenhum chefe político, ninguém do Governo podia chegar e dizer: "O Sindicato tem que sindicatizar tantos elementos". Não podiam fazer isso porque tinha uma lei que regulava isso e só havia vagas no Sindicato quando o número de estivadores no cais não era suficiente, viu! (...) Esse cálculo era feito por horas trabalhadas no cais todo, deu tantas horas nos navios, são tantos estivadores, quantas horas os estivadores trabalhavam em um ano? Era o cálculo pra ser feito anual, (...) mas o que os golpistas e os políticos da direita, inclusive os da Justiça, queriam não era cumprir lei nenhuma da Estiva. Depois disso, nós perdemos aquela parada. (...) Eu considerei aquilo uma página negra na história da Estiva porque nós ficamos numa situação de ter de combater companheiros de trabalho.

Visita de Luís Carlos Prestes à sede do Partido
Comunista em Santos - 1945.

Origem: José Félix da Silva/Arquivo IAMS



(1) Sindicato dos Estivadores de Santos

FRANCISCO SOARES DA SILVA

"CHICO DO APITO"

OPERAÁRIO PORTUÁRIO

(...) Não achei que no real pra continuar como bagrinho e não procurei o meio pela Capitania¹⁾ para ser um estivador. Eu achei conveniente procurar a Companhia das Docas, porque era um emprego, era fixo, era uma coisa mais concreta, e o trabalho da Estiva (...) é eventual.

(...) Quando eu entrei na Companhia Docas, eu trabalhei quatro anos na turma e depois eu passei para seção de manobra. (...) Surgiu um grande problema em questão que eles estavam trabalhando 10 horas por dia, na época, e eles conclamaram o horário de rodízio para 6 horas e 4 turmas. (...) Já vinham rolando anos, desde os anos 40 e pouco, não conseguiam, (...) aí, nós pleiteamos sete vezes no Rio de Janeiro, 12 vezes perante a Inspeção Geral em Santos, e nada conseguimos. (...) Só podíamos arrancar esta reivindicação através de uma greve. (...) Temos uma assembleia específica só pra categoria no dia 17 de dezembro de 1959, e aí a categoria resolveu parar.

(...) A categoria amanheceu parada, as máquinas não saíram da oficina, e, quando foi nove horas da manhã, automaticamente todo cais

parado em consequência da nossa greve; (...) quando foi lá pelas duas horas da tarde, o inspetor geral nos telefonou para o Sindicato²⁾, convocando a direção do Sindicato; (...) conseguimos as 6 horas, a complementação das equipes; (...) a categoria aceitou e aí foi suspensa a greve.

(...) As minhas atuações junto às bases sempre foram atuações coerentes; eu gostava de levar pelo caminho correto. (...) Nós sempre lutamos em prol da defesa do direito do trabalhador; muitas vezes nós fomos tachados de agitadores. (...) A palavra agitadores sem sentido, (...) porque as nossas brigas, como atuação, era em prol de melhor condições de salários, de vida. (...) Fomos tachados, até na época que fomos preso, disseram que fui comunista. Na minha vida não sei o que é isso. Eu brigava em prol do melhor pedaço de pão para o trabalhador.

(...) A Polícia Marítima só fazia o que fazia na época quando recebia determinadas ordens do falecido (...) Adhemar de Barros: (...) bate em trabalhador, qualquer bobagem desse tipo, mas isso foi quase uma coisa

assim, por determinado tempo, na época em que seu Adhemar de Barros (...) era governador do Estado de São Paulo.

(...) Teve uma fase maravilhosa, o nosso Sindicato, mas maravilhoso mesmo! Época marcante nas conquistas das reivindicações: 13º salário, férias em dobro, tudo que corresponde ao acordo de 63 e 64, licença-prêmio. Enfim, uma infinidade de reivindicações, todas.

(...) Muita gente culpa até os militares, mas, antes de tudo, tem que se considerar o



Visita de Getúlio Vargas - 1952
Getúlio Vargas, Jorge Pacheco dos Santos,
José Gonçalves, Benedito Nunes Goes
Origem: José Gonçalves/Acervo: FAMS

1) Capitania do Porto de Santos.

2) Sindicato dos Operários Portuários de Santos.

capital negro que funcionava no Brasil⁽¹⁾. Os militares tomaram muito depois, quem fez a revolução de 64, quem provocou ela, foi o capital negro reacionário, junto com a Associação Cívica Feminina do Brasil que, aonde estiverem, ainda estão marcadas. Eu digo com sinceridade, me perdoe a franqueza, porque talvez hoje elas estejam arrependidas do que fizeram. Saíam com Deus pela liberdade carregando a bandeira de Deus, usando o nome de Deus para desgraçar a vida do trabalhador. (...) Quem provocou a revolução de 64, na realidade, foi o capital negro do Brasil, as multinacionais apoiadas pelos seus agentes aqui no Brasil como: Carlos Lacerda, Adhemar de Barros, Ivo Meneghetti e seu Magalhães Pinto. (...) Acontece que os primeiros movimentos do dia 31 de março de 64, existia um grande susto para todo mundo; (...) nós, os dirigentes sindicais, seríamos os assustados do programa porque justamente as áreas mais afetadas justamente eram os trabalhadores e os sindicatos. Nós sabíamos, de imediato, (...) que nosso Sindicato seria fechado e nós ia ser preso; (...) eu fui preso pelo Dops primeira vez, (...) eles foram à minha casa, nove investigadores, eu não estava em casa. Eles viraram pelo avesso a casa; (...) eu estava em uma seita religiosa e lá me avisaram e eu vim, consultei meu advogado; (...) na manhã seguinte, eu ia justamente me apresentar, aí fiquei e não saí mais do Dops. (...) Fiquei 26 dias preso, (...) me soltaram, eu requei a volta à Companhia⁽²⁾. (...) Eu trabalhei 5 dias, com 5 dias o capitão disse que iria arrumar uma prisão preventiva contra mim. Aí foi quando eu fui, eu fiquei mais 12 dias no Dops, aí

depois eu fui completar o resto dos 5 meses e pouco no Raul Soares⁽³⁾. (...) Enfim, tudo em referência ao conceito familiar que pesa para a sobrevivência foi um duelo de guerreiro num ringue com dois lutadores de boxe. (...) Um procurou o cais, o capitão dos Portos impediu, não se podia entrar no cais; pessoal, que era colegas conhecidos, conhecido que era correr a lista no cais era proibido, o que eles queriam era nos matar de fome. (...) Nós só podia ficar na rua até 10 horas da noite. Mas, graças a Deus, um juiz (...) eu cheguei pra ele e pedi: "Eu trabalho na praça,

trabalho fazendo bico na praça, eu sou motorista de táxi, (...) o senhor me conhece, para isso nós viemos aqui todos os sábados na sua presença. (...) Eu precisava de um favor que o senhor desse autorização pra mim trabalhar pra sustentar os meus três filhos e a mulher". (...) Ai ele deu autorização. (...) Logo depois, as coisas foram melhorando. (...) Nasceu a lei 6.683, Lei de Anistia de 1979, que eu pude respirar, aliás como todos nós. Nossos colegas que estão espalhados por este Brasil a fora, (...) este pessoal todo passou, tem gente que passou fome.



Velório simbólico de Getúlio Vargas - 1954/Sindicato dos Operários Portuários de Santos
Origem: José Gonçalves/Aceró; FAMS

(1) União Cívica Feminina de Santos

(2) Cia. Docas de Santos

(3) Navio-presídio

GERALDO RODRIGUES DOS SANTOS

EX-PORTUÁRIO

Tive que começar a trabalhar cedo para ajudar minha mãe, minha família, (...) com cerca de 10 a 12 anos. (...) O primeiro emprego mais importante que tive seria a Prefeitura de Santos. (...) Trabalhei também alguns meses na ferrovia, e depois entrei para a Companhia Docas de Santos. Nas Docas, eu fui só marinheiro. Já nessa época seria uma grande efervescência política, nós estávamos marchando para o término da guerra, foi de 1944 para o início de 45. (...) E os grandes debates se davam no país. Eram os debates em relação à existência da União Soviética, já que era um dos integrantes dos quatro grandes países que estavam derrubando o nazi-fascismo, e essa repercussão do Brasil se dava de maneira intensa, e principalmente no porto de Santos, cuja cidade sempre foi politizada, a repercussão era muito maior.

(...) Através de um amigo que eu fiz aqui, na Prefeitura, no Orquidário, que se chamava Cabral, (...) então, ele acabou me convidando pra entrar para o Partido Comunista, que, já nessa fase, já estava em vias de se legalizar. Eu entrei para o Partido Comunista e já comecei uma militância no porto de Santos. Integrava comissões de salá-

rio dos trabalhadores no porto de Santos e atuava no Sindicato, o Sindicato dos Portuários. Mas nós militávamos no Sindicato em função da luta pelas reivindicações, o que culminou com uma grande greve em maio. Foi uma das primeiras greves depois da guerra. (...) Pela primeira vez, eu tive oportunidade de participar de uma comissão que dirigia a greve no porto de Santos. Foi por melhores salários. (...) É vitoriosa em todo o porto de Santos, foi espetáculo muito grande que parou todo o porto.

(...) Entre os trabalhadores, nunca senti isso, eu pelo menos nunca senti no porto de Santos nenhuma discriminação⁽¹⁾; ao contrário, eu sempre fui muito querido entre os trabalhadores. (...)

No Sindicato, eu só fui da comissão de salários; (...) eu tive uma atividade maior foi na Associação Beneficente dos Empregados Portuários. Aí é que eu tive uma atuação maior enquanto diretor na época do Leonardo Roitman, na época do Arlindo Lucena, (...) numa época que quem estava na presidência da República era o Dutra. (...) Logo que entrou, que assumiu a presidência da República, o Dutra decretou intervenção na maioria dos sindicatos, (...) em 47, por aí, que coincidiu também com a cassação do registro do Partido Comunista. (...) A intervenção era que, como a maioria dos sindicatos era de combatividade muito grande, eles chegaram à conclusão que era tudo comunista, porque antes era assim no Brasil: qualquer discordância que existia do Governo era logo tachado de comunista. (...) O único lugar que tinha comunista em entidade

nesse período era nós aqui, que tínhamos Associação Docas de Santos. Os sindicatos estavam todos sob intervenção.

(...) Como os sindicatos não funcionavam, nós praticamente dirigíamos como se fosse um sindicato. Então, levantávamos todas as reivindicações dos trabalhadores: salários, abono de Natal etc. (...) A Associação realmente passou a ser a pedra no sapato da repressão. Aqui em Santos havia uma polícia chamada Polícia Marítima, que era o terror da cidade. (...) Eles andavam com metralhadoras, enfim, eles inauguraram o terror na cidade de Santos.

(...) Houve um conluio entre os pelegos que estavam no Sindicato dos Operários, com o governo do Estado e a direção da empresa, das Docas. Houve um conluio no sentido de nos retirar da Associação Beneficente dos Empregados na Companhia Docas de Santos.

Então, a pretexto, solicitaram lá uma assembleia, nós tivemos que dar. (...) Eles colocaram na ordem do dia delapidação da Associação, um negócio comunista, e por aí fora. (...) Fizemos a assembleia na escola que existe aí na Batista Pereira.

(...) Nós dormimos antes no prédio, nós já estávamos preparados, (...) eles estavam todos preparados pra fazer uma baderna caso não conseguissem ganhar a assembleia. (...) Nós fizemos a chamada, tinha cerca de dois mil operários; (...) portanto, não conseguiram a maioria exigida pelos estatutos, quem tinha que dirigir a assembleia seríamos nós; quando nós fomos indicar o

(1) Refere-se ao fato de ser negro.



Greve dos Marítimos - 1959. Passeata na Rua General Câmara Santos
Origem: José Gonçalves/Acervo: FAMS

presidente da mesa, começou o tiroteio. (...) Depois nós viemos a saber que esse tiroteio já estava articulado com a Polícia Marítima (...), quase que imediatamente ela chegou. (...) Foi em 1949, novembro de 1949.

(...) Nós éramos muito queridos, (...) porque o Partido aqui em Santos tinha muito prestígio, (...) a ponto de que as eleições quase sempre nós elegíamos bancadas grandes, só que não tomavam posse.

(...) Santos sempre teve uma tendência de esquerda. Era até chamada de "Moscouzinho".

(...) E aí então houve a intervenção nas Docas, nós fomos destituídos, tivemos preso 15 dias na Polícia Marítima. (...) Alegavam que nós tínhamos roubado dinheiro da Associação (...), eles não conseguiam apurar nada, (...) nós fomos libertados depois de 15 dias, e quase que em seguida fomos exonerados da Companhia Docas de Santos. Aí já entrando em 1950.

(...) Eu fiquei fazendo biscates e ao mesmo tempo militando no Partido.

(...) O Carlos Marighela que ele era dirigente do Partido, (...) então, ele veio aqui e disse: "Olhe, nós precisamos de você em São Paulo pra você ocupar a tarefa de secretário sindical do Partido no Estado". E eu sempre fui muito disciplinado, (...) me mudei pra São Paulo, levei a família. (...) O Partido era clandestino na época, (...) tratava de organizar o Partido dentro das empresas em todo o Estado, que era a minha função, ganhar os sindicatos (...) pra ver

se nós conseguíamos mudar aquele aspecto da pelegada nos sindicatos. (...) E conseguíamos com uma política correta de alianças no movimento sindical, procurando não discriminar. O Partido tinha que trabalhar com todas as pessoas, independente de sua ideologia, de sua política etc. À medida que isso foi compreendido pelo Partido, nós conseguimos então fazer um trabalho que o Partido começou a participar do movimento sindical de uma maneira nova e nos principais sindicatos. (...) Nós participamos da vida política muito intensamente no Brasil, através do movimento sindical. (...) Eu tive a oportunidade de ser um dos fundadores do Dieese, porque nós chegamos à conclusão que era necessário que os trabalhadores tivessem um instrumento de fornecimento de dados estatísticos capaz de debater, de argumentar com os dados oficiais. (...) Fui designado pelo Partido para ajudar a organizar um congresso em Viena, um congresso da Previdência Social que a Federação Sindical Mundial tava programando. (...) Quando terminou a tarefa, eu vim para o Brasil. (...) O companheiro que foi nos apanhar no aeroporto, na conversa ele disse pra mim: "Olha, Geraldo, o Partido aprovou a sua candidatura pra deputado federal". Olha, eu levei um baque, (...) perdi todo aquele entusiasmo que já tinha da chegada. Aí tentei recorrer pra direção do Partido; (...) recorri até pra figura do Prestes. Ninguém aceitou o recurso. Então, como eu sempre fui educado na questão de assumir, aceitar o disciplina-

mento, (...) aí aceitei as decisões e fomos fazer a campanha. Por incrível que pareça, era a legenda do PTB. (...) Nós ajudamos a restaurar o movimento sindical e democrático naquele época, em função de derrotar a pelegada dos sindicatos; eu fiquei conhecido de quase todos os dirigentes sindicais de São Paulo, (...) e eles então se incorporaram na campanha (...), acho que a única campanha que o Partido não desembolsou nenhum tostão foi a minha. Nós fizemos uma campanha muito bonita! E quando apareceu nas urnas foi uma surpresa geral, (...) e de repente eu apareço com 40 mil votos.

(...) E fomos vitoriosos. Isso foi motivo de grandes manifestações em São Paulo, aqui em Santos mesmo. (...) em 64, nós, comunistas, pensávamos que tínhamos força para contrapor o golpe; nós não tínhamos essa força. O Jango saiu correndo pro Uruguai, o Brizola fez a mesma coisa, e uma grande parte da militância também teve que sair, outros foram presos, outros se exilaram.

GERALDO SILVINO DE OLIVEIRA

PETROLEIRO APOSENTADO

Eu iniciei minha atividade de trabalho começando a ajudar meus pais na roça, no campo. (...) Posteriormente, vindo para a grande cidade, São Paulo, ingressei na indústria gráfica, como entregador de pacotes e, posteriormente, margeador e meio-oficial de impressor e até profissional de impressão. (...) Assim, comecei e depois vim para Santos trabalhar no ramo de gráfica e, depois de um longo período, (...) ingresso na indústria petrolífera, mais precisamente na Petrobrás, para um novo ciclo, não só profissional, mas também político e sindical.

(...) Primeiro eu posso dizer que li Máximo Gorki, A Mãe, e que esse livro me captou para essas idéias e eu me senti como um dos personagens do livro. Aquelas greves, aqueles movimentos, aquelas atitudes heróicas da própria mãe de um dos personagens. Aí, aí, ideologicamente, comecei a me identificar. Posteriormente, foram as greves de ferroviários de São Paulo que eu me envolvi (...) através da campanha "O Petróleo é Nosso", que era fundamentalmente dirigida e sustentada pelo Partido Comunista; encontrei pessoas com os meus ideais, com os quais me identifiquei.



Esmeraldo Tarquínio, José Gomes, Alberto Pires Barbosa,
Arthur Tinoco e Silva, Vitelbino Ferreira de Souza, Geraldo S. de Oliveira,
Osny N. dos Santos e José Vieira, 1963.
Origem: Arthur José Tinoco e Silva /Arquivo: FAMS

(...) O meu ingresso na Petrobrás, etc ocorreu logo após o meu retorno da União Soviética (...), pois eu fizera um curso de dois anos na União Soviética, de marxismo, incluindo filosofia, economia, política, história do movimento operário, língua russa, geografia e alguns ensinamentos de técnicas de guerrilhas.

(...) Vim para Santos (...) e, daí, lá fui eu fazer um teste na Petrobrás e dedicado mesmo e lá fui eu entrando. (...) O Sindipetro¹¹ surgiu a partir de uma associação de trabalhadores da construção da Refinaria Presidente Bernardes, oriundos da área metalúrgica e da construção civil. (...) E ali iniciei também, ajudei a manter a associação, ajudei a fundar esta entidade em 1958. Legalizá-la e em seguida transformá-la em Sindicato.

(...) As pessoas fundam o sindicato e já vão direto. Eu... existia uma limitação na lei que obrigava a ter, no mínimo, dois anos na profissão, e aí eu não pude participar da diretoria, fiquei ali por trás, assessoria cultural. (...) Só três anos após é que eu pude concorrer (...) para mim foi uma satisfação ser eleito. (...) Eu acho que, a partir da minha gestão, nós avançamos na lei e no tempo. (...) É inegável que tudo isso se deu nesta região, na Baixada Santista, pela influência também do sindicalismo da nossa cidade, particularmente o sindicalismo do porto.

O Fórum (...) foi fundado por um janista notório: João de Moraes Chaves. (...) Era inicialmente um Fórum tipo acadêmico pra debater idéias.

(...) E aí quando o Jânio renuncia é que a gente joga pra dentro do Fórum a necessidade da luta pela legalidade, (...) e nós não tivemos outra saída senão eleger uma nova direção do Fórum de acordo com os novos tempos: a legalidade democrática. E aí tive a honra de ser o escolhido. Até me considero um dos mais jovens a ser escolhido presidente do Fórum.

(...) Naquele tempo, tivemos greves históricas que é a greve de solidariedade às enfermarias da Santa Casa. Foi uma greve que envolveu toda a cidade; é uma das greves aqui que chegou às raízes do tal. (...) Uma greve de solidariedade e uma greve na qual, pela primeira vez no sindicalismo, a mulher, porque característica de Santos é o sindicalismo masculino. (...) Então, é pela primeira vez naquele período em Santos uma greve nitidamente feminina; (...) é muito gostoso participar de uma greve com mulheres porque elas são mais alegres, elas são mais aguerridas, xingavam os policiais. O homem é mais fechado. É... traziam os filhos, a família. Tem um caráter profundamente humano. O calor, o entusiasmo, o que prova a importância da mulher nos movimentos sociais.

(...) Logo após o ato público na Central, no Rio de Janeiro, nós fomos chamados ao Palácio das Laranjeiras, porque um dos problemas era a encampação das refinarias particulares. Então, nós fomos chamados lá para conversar com o Jango Goulart. Ele diz: "Olha, as coisas estão muito sérias, nós vamos encampar as refinarias, mas um golpe está sendo tramado aí. Agora eu na

hora 'h', eu me mando. Agora, vocês abram os olhos". E nós saímos de lá, resolvemos até não dizer muito isso para os demais companheiros pra não assustar, pra não amedrontar. E no fundo, no fundo, esse Jango, desculpe o termo, mas é verdade, esse Jango é um cagão que tá aí, medroso danado. Então, nós acabamos, dias depois, deparando com o golpe. Nós tínhamos muita ilusão de classes. (...) Me recorde e acho que até o Dominguinhos¹² estava no apartamento do Waldemar Neves Guerra, ali na Floriano Peixoto, quando eclode o golpe. E que a gente, ilusoriamente, ligando para o Rio Grande do Sul à espera das tropas que viriam. (...) E que viria o 3^o Exército do Sul comandado por Brizola e companhia salvar o Estado de São Paulo do, do tal que era aqui do nosso Exército, aqui em São Paulo.

(...) E o resultado três dias depois, nunca veio, e nós soubemos pela televisão quando o Brizola já estava do outro lado da fronteira com o Jango. E até hoje o Exército nunca veio e, por incrível que pareça, pessoas do Exército que nós confiávamos passavam a ser, depois da revolução, nossos próprios algozes.

GONÇALO PAULO DE CASTRO

ENSACADOR DE CAFÉ APOSENTADO

(...) Eu comecei o meu ofício em café em 1936, na cidade de São José do Rio Preto, sou natural de lá. (...) Eu trabalho vários anos lá, estive em São Paulo, depois eu vim pra cá, pra Santos. Eu tive aqui em 39, mas só três meses. (...) Depois voltei em 43, iniciei a vida de ensacador aqui em Santos. Não sei mais, estou até hoje.

(...) A maioria do trabalho naquele tempo, casa de máquinas, (...) só tinha umas quatro empresas que tinha casa de máquinas. Agora era tudo despejado no chão e ensacado a gamela. Despejavam aquele café no chão, (...) batia com os pés, depois a gente ensacava e era pesado, a média de 60 quilos e meio, que é o peso atual do café. E era um serviço penoso, porque a gente era efetivo nas casas, registrado, mas se tivesse trabalho a gente ganhava e se não tivesse, a gente era obrigado a dar ponto nas firmas, mas não ganhava nada.

(...) Enquanto não tinha a empilhadeira, a gente empilhava até 20, 25, 30, 35 diária.

(...) A gente carregava nos armazéns, quando a gente terminava o serviço assim de ensaque, tinha determinado lugar pra se empilhar.



Passada dos Arrumadores na rua João Pessoa, em Santos - 1959

Origem: Sindicato dos Ensacadores de Café de Santos/Acervo: FAMS



Expedito Guedes Rodrigues discursa no Sindicato dos Ensacadores de Café de Santos, 1955.

Origem: Sindicato dos Ensacadores de Café de Santos/Acervo: FAMS

(...) Até quando tivesse exportação a gente ia empilhando o café dentro do armazém e acumulando, enchendo os armazéns. (...) Tinha muito café em Santos, tinha muitos armazéns de café. Nós tínhamos café lá pra rua General Câmara, São Leopoldo, rua do Comércio, (...) tinha uns 25 armazéns aqui do cais que era tudo cheio de café. Aqui chegou a ter quase 300 armazéns de café e tinha catações com senhoras, (...) as catadeiras de café. Muitas delas criaram

os filhos, estudaram aí, catando café.

(...) No tempo do mil réis, a gente ganhava uma média aí de 20, 25 mil réis por dia, e esse dinheiro dava pra gente sustentar a família, escola, aluguel de casa.

(...) Sempre o Sindicato nosso foi um dos maiores a ter direitos e um Sindicato de luta aqui como o dos Estivadores, Portuários, Metalúrgicos. Nós sempre fomos iguais na luta reivindicatória. Só que os dirigentes daquela

época, eles reivindicavam mais à base de trabalho, de organização.

(...) Com aquele golpe de 64, houve intervenção em todos os Sindicatos. E no nosso Sindicato houve intervenção e felizmente o Mário⁽¹⁾ teve fugido. Nós tivemos aí outro companheiro também que teve preso aí no Raul Soares. (...) E o diretor do nosso Sindicato que foi perseguido mesmo foi só uns dois ou três, mas que foi preso foi só o tesoureiro.

(1) Mário da Silva, presidente do Sindicato em 1968

HERÁCLITO VALENÇA DE MOURA

VIGIA PORTUÁRIO APOSENTADO

(...) No início foi antes de fundar o Sindicato, eu já trabalhava com um amigo, (...) foi tripulante de um barco americano. Veio da América, desembarcou em Santos, meu pai tinha um barco (...) ele me levou pra trabalhar como vigia. Falava bem inglês (...) ele me levou a bordo (...) eu não sabia nada, era menor. Comecei a trabalhar com ele (...) E daí é que veio a fundação do Sindicato (1). Que era uma turma grande desembarcada, fundamos o Sindicato em 38.

(...) antes da existência do Sindicato é o seguinte; iam falar com o comandante, se queria o vigia. (...) aí o comandante comunicava a gente ou ele mesmo resolvia colocar os vigias pra dar descanso aos marinheiros (...) E assim foi, nós fomos a continuação.

(...) depois que nós fomos se reunir em bares pra saber como é que se ia fazer. E tinha um líder nosso que era o Sr. Albert Loubech, nosso presidente, primeiro presidente. (...) Ele já tinha experiência, foi quando ele veio trabalhar como vigia antes do ano de 38. (...) em toda a parte do mundo existia vigilância e sindicato. (...) aí a fundação foi na Praça da República, nº 4, aí fomos

para o Sindicato dos Conferentes que cedeu a primeira assembléia nossa.

(...) Geralmente era assim: 19h entrava no serviço, já pegava um lampião, ficava na escada (...) Aí que nós íamos ver, como é que se diz, proa, popa, ver o que é que estava se passando. Aí vinha o oficial e nos comunicava: "tô no camarote, qualquer coisa se precisar". Só coisa grave é que a gente chamava.

(...) E vinha a parte da cozinha que a cozinha era mantida no fogo e no fogão com carvão (...) 5h da manhã nós chamávamos o cozinheiro pra vir fazer o café.

(...) Cheguei a trabalhar muito. Cheguei a trabalhar 72h, 48h (...) depois passou pra 24, trabalhava 24, descansava 24, depois passou para 12, 12 por 12, depois passou pra 8 e hoje nós estamos com 6h. Era a luta pra conseguir isso.

(...) Tinha sacaria que tinha vigia só pra sondar os sacos (...) às vezes punha vigia em terra só pra olhar os cabos, que alguém cortasse os cabos e o navio ia para o largo.

(...) Ao largo, eles requisitavam, nós íamos de lancha, tinha mais a porcentagem de ir lá trabalhar. Era mais perigoso (...) mais atento porque a gente chega na embarcação encostada (...) No tempo de guerra era perigoso, eles punham mais vigias.

(...) Eu casei em 50. (...) um casal de filhos: Vinícius e Elaine. Foram estudando até que fizeram a faculdade. (...) Já tava aposentado (...) aposentei em 68, mas trabalhei mais 20 anos. Pra completar os estudos dos garotos.

(...) Getúlio começou como pai do trabalhador, como se fala, mas ajudou muito (...) tenho a impressão que ele dava com uma mão e tirava com a outra. (...) Agora o João Goulart foi bom, ele governou pouco mas fez. Foi o que fez mais pelo trabalhador.

(...) Fui diretor duas vezes. (...) quando teve a revolução (...) eles cassaram a diretoria (...) Não cheguei a ser preso. Recebi um chamado pra ir aqui nas Docas, (...) que eles estavam me intimando, a mim e a todos os diretores.

Tive diretor do Sindicato preso, eu graças a Deus, não apanhei e não tive preso, mas aborreci muito com o depoimento, que eu ia lá, me chamava às 9h da manhã (...) e aí ficava, eles ficavam enrolando e diziam: "volta amanhã". Deixava a gente nervoso. Voltava no dia seguinte (...) diziam: "sobe", subíamos lá numa sala, eu ficava sentado com um oficial da Marinha na minha frente e outro nas minhas costas. Ele fazia pergunta, o outro já me fazia outra pergunta pra me confundir. "Como é isso? É isso, é aquilo, você é assim, você é comunista?"

(...) Eles achavam que todo sindicato era comunista. Pra mim não existia comunismo, pra mim existia querer melhorar de vida.

(...) Um líder que eu gostei muito: Leonardo Roitman. Lutador, foi vereador, esse foi um dos líderes. Pacheco, outro líder pra parte da Estiva.

(...) Era um dirigente com amor, lutava por aquela classe, não tinha horário pra trabalhar (...) Hoje se encontra menos dirigentes com aquele amor (...) muitos vão só pra galgar posição.

(1) Sindicato dos Vigias Portuários de Santos.

Primeiras páginas do regulamento da profissão de vigia
*Origem: Heráclito Valença de Mouni
Acervo: FAMS*



Primeira diretoria do Sindicato dos Vigias Portuários de Santos - 1938
Origem: Sindicato dos Vigias Portuários de Santos/Acervo: FAMS

JOÃO MAGNO

PEDREIRO APOSENTADO

O início, aos 9 anos, eu fui ser servente de pedreiro e continuei como servente muitos anos. Eu saí do colégio, o Azevedo Jr.¹¹, que era ali no Campo Grande. Meu pai tava doente, e eu fui trabalhar. Naquela época, a maior parte era o pessoal de Santos mesmo, italianos eram os encarregados, espanhóis tinha bastante e portugueses. (...) Depois, quando nós fundamos a nossa associação, ou seja, a Associação da Construção Civil, em 33. (...) Em julho foi feita uma greve que demorou 87 dias. (...) Nessa greve, nós conseguimos um aumento. (...) Passamos com esse aumento a 1 mil réis para os pedreiros, para os oficiais; para os servente, 500 réis. Terminada essa greve, a dificuldade toda nossa em formar o Sindicato era a perseguição dos patrões e da própria Polícia, bastava a gente pedir serviço numa obra. (...)

(...) Quando nós formamos o Sindicato, isso em agosto de 38, nós tivemos a nossa primeira assembléia, foi no Sindicato dos Gráficos, porque a nossa sede era no Café Marreiros, em cima, uma salinha.

Meu pai, por exemplo, na formação do Sindicato, ele estava na diretoria provisória e ele

aceitou o cargo de presidente e ficou. (...) Depois veio um companheiro nosso, João Soares do Nascimento. Esse moço andou fazendo umas atrapalhadas, (...) e ele foi afastado; aí criou-se uma junta governativa. (...) Depois de algum tempo, essa junta foi expulsa também. O Ministério do Trabalho tomou conta do Sindicato. (...) A seguir, Aquilino Camino, que veio como

presidente, (...) é o Pim-Pim. O famoso Pim-Pim, muito bom colega, ele foi preso por questão política-ideológica, que naquele tempo o Partido Comunista estava marginalizado. E era adepto, participante ativo do Partido Comunista. (...) Ele ficou doente, após muito tempo de cadeia, maus-tratos, veio a intervenção novamente. (...) Isso já foi em 1947; (...) quando foi em 50, que teve a



Busto oferecido pelos diversos sindicatos de Santos a Getúlio Vargas, presidente da República no dia 1º de maio - 1941

Origem: Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Santos/Acervo: FAMS

¹¹ Em 1927

primeira eleição da categoria, nessa eleição houve uma chapa, porque não podia elementos do Partido Comunista. (...) Eu assumi o Sindicato em novembro de 50, fui até 53. Encontrei o Sindicato completamente arrasado, conseguimos pagar todas as dívidas no primeiro ano, depois deixamos o Sindicato organizado. Depois, em 53, aí eu saí do Sindicato, não quis continuar mais.

Aposentei aqui pelo Sindicato, era secretário do Sindicato, mas era um pedreiro, minha profissão pedreiro. Tava exercendo o cargo há 16 anos contínuos aqui no Sindicato.

A lei era o seguinte: a gente trabalhava numa obra aqui em Santos, geralmente não tinha questão de hora extra assim de 20%, de 50%. Não tinha nada disso. O que tinha, muitas vezes, era aos domingos eles formavam o serviço, o encarregado chamava a gente: "Olha, amanhã trabalha". Então trabalhava até às duas horas da tarde, pra ganhar o domingo. Resultado: quem não viesse, era advertido e, às vezes, até mandado embora, para não falar em suspensão. Naquele tempo, ou mandava embora ou então dava uma chamada.

O descanso era o seguinte: pegava-se às sete horas da manhã, ia até as dez, almoçava-se, tinha uma hora de almoço e depois trabalhava o resto até as oito. E remunerado, essas coisas, ninguém falava. (...) 13º, essas coisas, veio muito mais tarde. (...) Só depois de 43, da CLT, aí é que começou a tomar corpo, essas coisas, esses movimentos de pleitear esses direitos. (...) Salário, condições de trabalho, essas negociações

com o patrão, isso foi depois de 43.

(...) O 1º de Maio nosso era comemorado. De manhã, a gente, a gente ia ao cemitério visitar o túmulo de um senhor que faleceu, aliás morto de tanta pancada, o nome dele era Ventura, e depois ia à missa. (...) De tarde, tinha uma reunião dos sindicatos, (...) trabalhador nenhum trabalhava. Se alguém tentasse furar aquele dia e trabalhar... (...) Uma vez nós fomos obrigados a jogar o pão na rua e tirar os burros e botar o português lá no varal e fazer ele puxar a carroça. Serviu de exemplo. (...) O pedreiro, pra ser pedreiro, ele tinha (...) como servente ele trabalhava de 6 a 8 anos carregando caçamba, depois passava a ser aprendiz. (...) Pra ser um bom pedreiro, ele tinha que trabalhar em molduras, azulejos, acabamentos finos, que naquele tempo tinha acabamentos difíceis que hoje em dia não tem mais. (...) Pedreiro ele fazia tudo, desde o alicerce, que era feito com pedras, até entregar a casa com o passeio.

Eu, sinceramente, eu nunca comuniquei com nenhum partido político. (...)

Eu acho que o partido político ele vê a questão regimental do partido, não vê a questão do país.

(...) O trabalhador está desiludido também com o sindicato, com os nossos governantes, porque é só conversa (...) e nós estamos vendo a situação cada vez pior e os trabalhadores estão sendo ludibriados, faz-se acordos salariais e a classe operária está sempre prejudicada e com isso o trabalhador vai ficando revoltado, parece que está um marasmo, pelo menos na nossa categoria.



Assistência presente à 1ª assembléia de fundação do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Santos - 1938
Origem: Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Santos/Acervo: FAMS



Diretoria do Sindicato 1950-1951 - João Magno - ao centro sentado

Origem: Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Santos/Acervo: FAMS



Grupo de diretores do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Santos - 1942

Origem: Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Santos Acervo: FAMS



Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Santos, João Soares do Nascimento discursa - 1938

Origem: Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Santos/Acervo: FAMS

Ida de sindicalistas ao Rio de Janeiro - 1942

Origem: Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Santos/Acervo: FAMS



JOSÉ FÉLIX DA SILVA “CHUVISCO”

ESTIVADOR APOSENTADO

O início da minha vida profissional começou já com um certa idade (...), eu vim de lá do interior de Pernambuco (...). Saí da cidade de Águas Belas (...), vim para Atalaia⁽¹⁾, uma usina assim de açúcar (...), fui ajudante de caldeireiro (...). Já sabendo regular a caldeira grande onde eu trabalhava, houve uma explosão, (...) o meu chefe (...) saiu, foi namorar (...) e não sei se por imperícia, ou como a caldeira explodiu (...), e fui jogado à distância pelo vapor (...). Dias depois, quando vim a despertar daquele estado de coma e todo coberto de gazes pelas queimaduras (...), fui levado à presença dos representantes da usina para dizer onde estava o meu chefe na hora da explosão (...). Dizia que estava presente ao trabalho, não convenci aos representantes da firma e fui preso (...). A prisão da usina era uma turbina, (...) um grande tonel de por mel (...); depois me libertaram, fugi e vim para Maceió, (...) onde tive a minha segunda profissão, essa sim já documentada, fui pescador. Me juntei com os pescadores e tirei meu primeiro documento, embora fosse menor de idade. (...) No começo de 35, apareceu um navio que vinha para o Sul e fui informado que

São Paulo ficava no Sul e dava pra se trabalhar melhor e ganhar mais dinheiro. (...) No Rio, embarquei pra Santos (...). Eu queria ir pra o interior, pra conhecer a vida nas fazendas de café, demorei muito pouco na vida do campo (...). Vim para a capital, comecei a lembrar que tinha a carteirinha de pescador, (...) vim para Santos (...). Eu cheguei em Santos em 1935, me juntando com revolucionários que estavam na casa onde fui morar, tornaram-se meus amigos, eram companheiros da Aliança Nacional Libertadora, (...) me levaram para os navios trabalhar na Estiva ainda não como matriculado, substituto dos estivadores.

(...) O Partido Comunista, que é nascido em 1922, tornou-se uma organização que provocava a curiosidade de muita gente e eu me juntando com alguns companheiros. (...) Oswaldo Pacheco da Silva, velho companheiro meu, foi trazido por nós (...); senti no Pacheco um elemento de luta, um rapaz honesto e bastante modesto, e se juntou conosco na luta (...). Da luta sindical lá do Partido Comunista, em 43, o Pacheco já foi comigo diretor do Sindicato da Estiva. (...) Naquela altura, estava a Câmara Constituinte (...) a informação que dois jovens dirigentes sindicais, em Santos, vinham se destacando, a direção do comitê central do Partido Comunista por fim pediu (...) para que convidasse um desses dois companheiros para ser candidato a deputado federal: (...) era o Félix ou Oswaldo Pacheco da Silva; (...) eu era secretário de organização e chegou em minhas mãos essa solicitação do Partido, e eu imediatamente optei

pelo nome do companheiro Oswaldo. (...) Foi, como é sabido, um dos deputados mais votados na Baixada Santista, senão o mais votado. (...) Fui um homem que ajudei a organizar a cédula comunista na Estiva e que era numericamente uma cédula muito grande.

(...) Depois da Segunda Guerra Mundial, com a vitória das forças de paz no mundo, continuou um restolho, (...) o governo de Franco na Espanha. (...) Em janeiro de 46, já existia um governo espanhol no exílio, no mundo, existia também no Brasil (...). Participei de uma reunião (...), convocada pela Abape, Associação Brasileira de Apoio ao Povo Espanhol. Nessa reunião, os representantes do governo no exílio pediam que os estivadores, testemunhos da miséria do povo espanhol, pois trabalhavam em navios que vinham com a bandeira espanhola, carregados de mulheres, crianças, pobres, velhos (...), à procura de um país onde pudessem subsistir. Nos revoltou bastante. (...) Dois dias depois dessa reunião, aconteceu uma grande assembléia no Sindicato da Estiva. (...) Aproveitei essa assembléia para dar conhecimento aos companheiros dos últimos acontecimentos da Espanha (...), foi tomado então uma decisão por unanimidade, (...) aprovaram as propostas de não carregar e nem descarregar mais navios que viessem com a bandeira de Franco. (...) A solidariedade do nosso povo em Santos foi quase unânime, não me lembro de ninguém que tenha criticado os estivadores por esta greve (...). Só vimos as conseqüências por esses

(1) Em Alagoas

- 10 -

Matricula do pessoal feito em 29 de Setembro
do Decreto n.º 220 de 3 de Julho

Nome José Félix da Silva

D.F.M. 93 FILIAÇÃO Silva José da Silva

Filho de Flaviana Pereira da Silva

Nacionalidade Portuguesa

Naturalidade Est. de Alagoas

Idade 19 anos (7-8-917)

Côr parda

Rosto redondo

Naris chatos

Assignatura do matriculado José Félix da Silva

Secretaria da Capitania do Porto de José Carlos
O Capitão do Porto Elvário

- 11 -

E. S. Valente

de 1936 no fórma do Art. 219
de 1935 N.º 00103
2819

Silva Livro 7 de 16

Portas 5

Registro 16.764

Polícia SANTOS

SIGNAES

Cabellos cast. escuros

Olhos castanhos

Barba falta

Estatura 1,57

Estado soltice

Residencia Santos

Profissão Estivador

Signaes particulares sem terno

Paulo Santos 29 de Set. de 1936




Carteira de estivador de José Félix da Silva - "Chuvisco" - 1936.
Origem: José Félix da Silva/Acervo: FAMS

acontecimentos: foram presos muitos companheiros, eu tive a sorte de não ser preso, é verdade, eu fui o homem que inclusive respondi ao ministro do governo que veio ao nosso Sindicato⁽²⁾ (...) e muitos que não eram estivadores foram presos nesse processo que se criou na greve dos navios espanhóis. (...) De 45 para cá, até 48, o prestígio do Partido Comunista tornou-se um fato muito amplo e conseqüente (...). Em 47, no governo do general Dutra, estávamos certos de que nós íamos perder a nossa legenda, então vêm as eleições estaduais e municipais em 47, (...) aí é que conseguimos uma legenda nova: PST, Partido Social Trabalhista, e nessa legenda pusemos uma chapa de companheiros comunistas (...). Dos 31 vereadores, elegemos 14 na nossa legenda (...), eu seria portanto, já que os companheiros tinham me eleito como o líder da nossa bancada (...). Já tínhamos em mente que seria eu o elemento que iria para presidente da Câmara⁽³⁾, (...) mas nessa hora já estão se unificando as forças (...), as elites mais reacionárias do Brasil contra as forças de esquerda. (...) Assim, a polícia compreendeu que era um perigo para eles, para a burguesia, que os comunistas fossem para o poder, (...) e nós tomamos posse, (...) embora diplomados como fomos no Teatro Coliseu, quando se fez uma grande festa popular, (...) em vez de tomarmos posse, fomos pra clandestinidade.

(...) Campanha do Petróleo⁽⁴⁾ já vinha de há muito tempo (...), muitos acompanharam o trabalho de Monteiro Lobato, na luta da defesa do

petróleo, (...) e que no Brasil não tinha petróleo, campanha encampada pela ditadura Vargas. (...) Nessa hora, o Partido⁽⁵⁾ se mobilizou na defesa do petróleo, desmascarando a campanha antinacional e reacionária de que não existia petróleo no Brasil. (...) O governo brasileiro na campanha da Standard Oil. (...) E assim foi que, na praça pública, perdemos alguns companheiros, mas que levantamos essa campanha.

(...) Desde que me filiei ao Partido, eu dividi minha vida com as atividades partidárias e as atividades sindicais, teve fases que eu fiquei mais à disposição do Partido, principalmente nas fases que eu tive na vida clandestina, porque em 48 eu fui obrigado a sair de Santos porque eu seria preso e nunca parei, fiquei sempre em função do Partido. Então, vem em 50, (...) , é quando nós fizemos a campanha do Juscelino Kubitschek, (...) eu andei por muitos lugares, sempre trabalhando, (...) clandestinamente, não podia aparecer, mesmo assim fui preso algumas vezes. Além das prisões que houveram em Santos nas campanhas, eu estive preso no Dops, aqui em São Paulo, fui mandado aí pro Tremembé, e me meteram lá num buraco cheio de teias de aranha e tive alguns dias lá, (...) demorei pouco nessa prisão, foi em 49; em janeiro de 50, eu vim fazer campanha de reivindicações dos funcionários públicos que há em todo o Estado e fui para Jacareí, (...) e fui preso (...); aí fui condenado e tirei alguns meses de prisão (...), isso em 50; saindo daí, tive que me submeter novamente à vida clandestina, e de lá

pra cá não fui mais preso.

(...) Não, não fui preso porque, como eu disse, eu não parei, houve uma procura muito grande minha (...). Como eu estava dirigindo o Partido nessa ocasião, tive a tarefa de evitar a prisão de vários companheiros.

(...) Em 64, nós já estávamos numa certa (...) decadência orgânica (...), quando Stálin foi denunciado por seus erros e essa coisa toda, (...) todos os partidos políticos sofreram as conseqüências (...) e os anos foram andando e o Partido (6) se perdeu um pouco em grandes debates teóricos, mas na verdade, na vida prática, o Partido deixou muito a desejar, razão por que as massas nos atendiam só em parte.

(...) Eu, no golpe de 64, estava inclusive operado de uma úlcera, mas depois que passou aquela fase mais difícil em 64, eu voltei, voltei a trabalhar.

(2) Ministro do Trabalho

(3) Câmara Municipal de Santos

(4) Referência à campanha "O petróleo é nosso"

(5) Partido Comunista Brasileiro

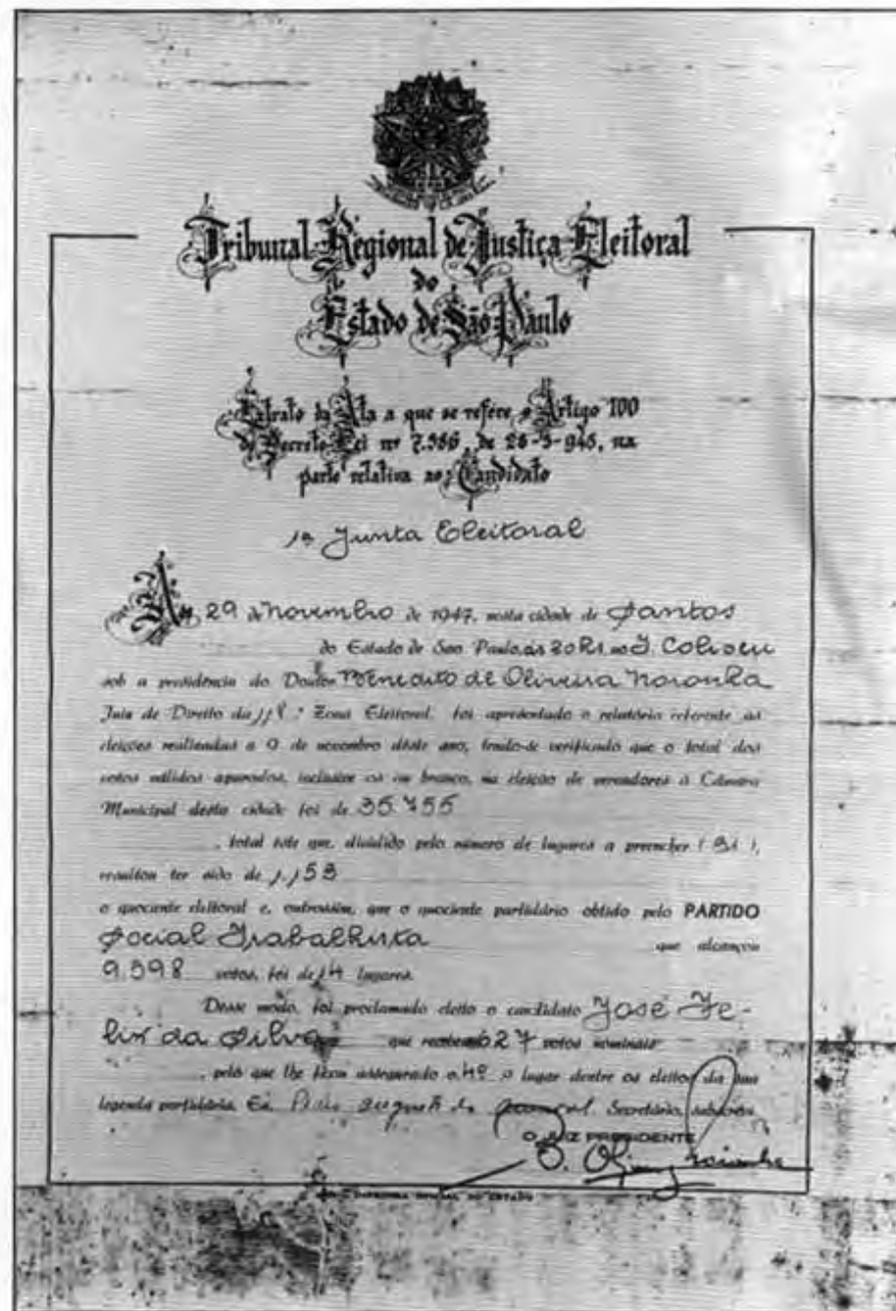
(6) Referência ao PCB

Diploma de vereador de José Félix da Silva - 1947

Origem: José Félix da Silva/Acervo: FAMS

José Félix da Silva - Congresso Nacional dos Estivadores, Santos - 1960

Origem: José Félix da Silva/Acervo: FAMS



JOSÉ GONÇALVES

PORTUÁRIO APOSENTADO

(...) Em 21 de novembro de 1935, na Companhia da Docas⁽¹⁾.

(...) Naquela época de forma que me entusiasmou, como eu fazia parte do Sindicato, essas coisas, eu achei por entrar no Partido Trabalhista Brasileiro.

(...) De 51 a 57, em três legislaturas, naquela época de dois anos⁽²⁾.

(...) Foi muita coisa, fizeram muita greve, muito barulho. Bom, as exigências principais mesmo, que nós achamos que deve prevalecer, foi a garantia de 25 dias de trabalho, que quando nós trabalhamos, a Companhia tinha serviço, nos mandava embora a hora que fosse. (...) Nós conseguimos então uma garantia de 25 dias. Aí conciliamos o mês todo. (...) Essa foi uma grande reivindicação. Outra grande reivindicação que nós tivemos foi a carga na cabeça. Tirar a carga da cabeça também que há 30 anos que o porto já estava atrasado. O porto do Rio, até para conduzir um tambor, uma barrica, era em carrinhos. (...) E aqui no porto de Santos ainda se carregava saco de café do meio da rua pra bordo. Era um absurdo aquilo! Atravessar os armazéns internos, trazer açúcar, coco na cabeça. (...) E outras: salários e



Solenidade no Sindicato dos Operários Portuários de Santos - 1958
Carvalho Pinto, governador; Franco Montoro, João Goulart,
José Gonçalves e Manoel de Almeida

Origem: José Gonçalves/Acervo: FAMS

(1) Refere-se ao seu início como operário

(2) Foi presidente do Sindicato dos Operários Portuários de Santos

convenções coletivas de trabalho. Aqueles acordos de horas extraordinárias. Tudo isso, apesar que em 64 foi tirado muita coisa.

Naquela época, existia grande atividade: PTB, de um lado; PCB, do outro. Que as finalidades dos dois partidos era, era quase a mesma: defendia o trabalhador; (...) a gente partia para um lado e o PC partia para o outro. Agora quando foi na 2004⁽¹⁾, também nos juntamos (...) também trabalhamos na 2004, "Petróleo é Nosso". Foi uma luta tremenda! Muita pressão, muita gente apanhou, polícia em cima (...) Havia corre-corre de madrugada, durante a noite pichando ruas, pichando muros, faixas, tudo isso. Uma grande campanha a 2004!

É verdade como todos os sindicalistas chegaram ao Rio, no princípio, depois em Brasília, a gente abria as portas. (...) Eram recebidos, Getúlio, Juscelino, João Goulart, eram recebidos, abertamente, não tinha esse problema. (...) Vamos disputar os nossos interesses, não é isso?, eles também nos ajudavam.

Eu comprei o sindicato. (...) Foi terreno ao lado que eu comprei do Matarazzo. Foi num dos últimos despachos de Lucas Garcez. Eu já tinha falado com o Garcez umas 4, 5 vezes, que ele concordou pra não pagar Cisas. Aí estava o processo em andamento e o Garcez ia lá sair no sábado. Era o último dele no governo (...) Jânio; (...) viramos com ele aí, na beira do cais. Nunca tinha votado nele. Votei aquela vez, trabalhei feito louco, nessa beira de cais, debaixo de chuva e tal. (...) Aí eu

conversei com ele (...) para publicar um despacho do Garcez. Ele protelou, protelou. Eu fui lá mais duas, três vezes com ele. Pode deixar, vai publicar. Uns seis meses depois, eu vejo o despacho, por falta de amparo legal, ele difere. Aí, eu peguei a Ivete⁽²⁾, fomos lá, (...) fomos recebidos por ele, (...) Aí ele se desculpou por falta de amparo legal. (...) "Como que faltou? O senhor me garantiu que ia publicar isso." Oh! Puxa vida! Eu não sei onde estou que não dou um tapa nesse filho da p... (...) Aí ele veio, (...) sentou e disse assim: "O caso com o senhor está encerrado". (...) Aí veio o chefe militar lá, da casa militar: (...) "O senhor esta exaltado. Não, põe pra fora, tira pra fora". Falei outro palavrão pra ele. (...) Estava louco. Se tem uma coisa que eu me arrependo até hoje é não ter dado um tapa nele.

(...) Não voltou atrás, não adiantou a Ivete, não adiantou, manteve aquilo. Aí voltei a São Paulo, falei com o Ermelindo Matarazzo, que era o que tinha me vendido: "(...) Eu fiquei sem dinheiro (...), mas agora eu estou sem condições de pagar, de fazer a escritura. (...) O homem me deferiu o despacho do Lucas Garcez". "Tem nada não, vai pra Santos e fala com o Ferrinho; fala pra ele que ele dá a metade." (...) No dia seguinte, fui às nove horas lá com o Ferrinho. Tinha até a ordem. (...) "Matarazzo paga a metade e vocês pagam a outra metade."

(...) Eles vinham, vinham, eles vinham procurando de toda maneira. (...) Eles vinham, e os sindicalistas não podiam, (...) não podiam cruzar

o braço, não. De fato, eles preparavam. (...) Eles descarregavam em cima das greves, aquele negócio, mas não foi não. (...) Que eles queriam é tomar conta do poder, tanto foi que eles podiam ter matado o Jango, eles podiam ter prendido o Jango. E deram liberdade pra ele, porque ele não interessava. Interessava o poder. (...) Eles pegaram o poder, acabou. Ora, fizeram uma revolução, não deram um tiro. (...) Que revolução, que coisa nenhuma. Agora eles vinham pleiteando isso há muito tempo. A pressão todas deles era para isso,

(1) Lei que criou o Petróleo

(2) Deputada Ivetta Vargas



José Gonçalves e Getúlio Vargas no Sindicato dos Operários
Portuários de Santos - 1952

Origem: José Gonçalves/Acervo: FAMS

JOSÉ MENDES DE CARVALHO

CONSERVADOR APOSENTADO

Eu estava com 14 pra 15 anos e eu disse: "Papai, eu vou embora, eu não vou ficar aqui, eu vou morrer trabalhando aqui de enxada".

(...) Foi pesado, viu! Acredite, foi naquele período que tinha tido a Revolução (32) e emprego era muito difícil.

(...) Eu fiz um pedido, passei três meses, (...) todo dia ia na Sorocabana. "Você é candidato, venha amanhã." E aí entrava outro na minha frente, e eu não entrava. Eles tinham um ódio danado de nordestino! (...) Cheguei aqui, passei quatro meses, quatro meses desempregado. (...) A gente pegava a sacaria, botava na vala, caía dentro da galera pra ser arrumada pra viajar e ir pro interior de São Paulo, Mato Grosso e Goiás. Fiquei cinco anos⁽¹⁾, e depois fui pras Docas. Tive oito anos nas Docas, um conferente aposentado me arranhou, pra eu entrar de conservador. (...) O manuseio era o mesmo, sendo que era muito mais sacrificado, porque não tinha o pessoal que tem hoje e os encarregados dos navios (...) eram maus. (...) Num serviço que precisava de 10 homens, eles botavam quatro. A gente tinha que atender fora e dentro do navio, (...) a mesma pessoa pra ganhar um só salário. Quer dizer, era dobrado o trabalho, e o salário insignificante; (...) às vezes, a caixaria vinha quebrada, mercadoria vinha jogada fora, no

porão; aí tinha que formar uma caixa e colocar a mercadoria tudo em ordem. (...) Esse trabalho sempre foi assim, continua sendo. Hoje menos, porque a maioria vem em contêiner.

(...) O nosso Sindicato era separado da vida política, quer dizer, nós não tínhamos, vamos dizer assim, um trabalho feito com atividade de partido nenhum.

(...) Pacheco⁽²⁾ foi um candidato, era um trabalhador, mas um trabalhador muitíssimo inteligente e eu votei nele. Quando eu escolhia uma pessoa assim, que eu achava que ele merecia, que eu via que ele tinha uma conduta que correspondia ao interesse maior, que era dos trabalhadores, eu apoiava ele.

(...) Apesar que o Sindicato era um só com duas categorias, mas havia um ressentimento dos conferentes com respeito aos conservadores. (...) O novo Sindicato, eu saí fora, que eu fiquei sem trabalhar; o outro colega meu, junto com a comissão, tirou o Sindicato, separou o Sindicato. O Sindicato era reconhecido já por lei, mas eles depois mudaram como se fosse que o Sindicato é de 28 de março de 1938.

(...) Foi reconhecido e, quando foi pra separar, eles fizeram um novo modelo, pedindo novamente a estruturação do Sindicato, e o Sindicato separado dos Conferentes foi em 1950.

(...) Nunca ninguém fazia greve. Nós acompanhávamos as greves porque a nossa mão-de-obra era portuária, vamos dizer Docas e Estiva. Docas deixava de jogar mercadoria no cais, a gente não podia fazer mais nada, a gente tinha que ficar em casa. (...) Não podia entrar ninguém no

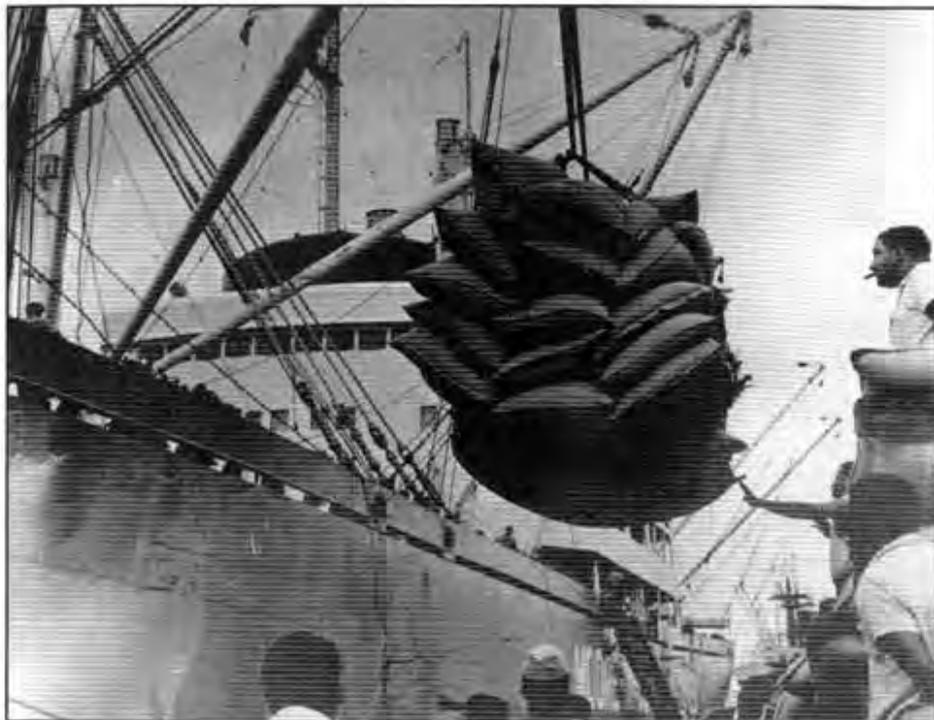
cais, não tinha serviço pra fazer, o que é que nós vamos fazer no cais?

(...) A minha luta era justamente uma luta de reivindicações, e justamente eu dirigi as assembleias, naquele período, e todo mundo me obedecia e eu obedecia as orientações dadas pelo presidente.

(...) Sempre atuei assim, tanto que, na nossa assembleia, tudo o que era colocado era aprovado, porque a gente já trazia tudo mastigado. As comissões já trazia as reivindicações que já iam todas em condições de serem aprovadas. Eu, como presidente das assembleias, dava a minha aprovação. (...) O Sindicato sempre se conduziu bem, tanto que o pessoal aí de outros sindicatos iam tirar orientação, através do nosso presidente.

(1) Como funcionário do Mocho Paulista.

(2) Refere-se a Osvaldo Pacheco da Silva.



Café sendo embarcado no Porto de Santos - 1960.
 Origem: Sindicato dos Empregados na Administração dos
 Serviços Portuários de Santos e Região/Acervo: FAMS

Sílvio L. Lopes, Juscelino Kubistchek, Remo
 Petrarchi, J. Afalalo Filho, S. Fortunato
 Reunião de lideranças sindicais por volta de 1945
 Origem: J. A. de Oliveira/Acervo: FAMS



MANOEL DIAS VELOSO

“FLOR DA PRAIA”

ESTIVADOR APOSENTADO

Em 1932, foi quando entrei para a Estiva. Ela tinha 6, 5 meses de fundada, só, lá no porto; na nossa categoria, geralmente eles arranjam um apelido numa pessoa, (...) “Espanador da Lua”, “Flor da Praia”. O meu irmão era “Macaca Fidélis”.

O Brasil, de 30 anos pra trás, era um verdadeiro país de escravos. (...) Em 1935, fazia 3, 2 anos que eu tinha entrado para o Partido Comunista. Surgiu era um apêndice; a Aliança Nacional Libertadora era legal.

(...) O único pretexto que tinha era que a polícia sabia. (...) Eu, por exemplo, eu tive no cinema Guarany, uma reunião, uma conferência da Aliança Nacional Libertadora, e eu fui como representante da Estiva. Quando fui preso e neguei, eles me mostraram a fotografia: “Olha aqui, crioulo”. (...) Fui preso e tirei 4 anos.

(...) Eu preso 4 anos, em 1935; (...) nós tínhamos um filho, ela não tinha condições de sobreviver, foi trabalhar e, quando eu cheguei, ela foi embora. Eu não tinha nada contra ela; pelo contrário. O que pude dar a ela eu dei.

(...) 11 filhos, morreu 3 e eu tenho 8. Eu me

sinto um homem feliz, porque, quando chega um domingo, todos vêm almoçar comigo, netos, bisnetos e tataranetos.

O trabalho do Partido⁽¹⁾ é uma coisa, e o trabalho sindical era outra, porque o Partido era ilegal e o movimento sindical era legal. Nós divulgava as idéias, indo de acordo com aquilo que nós aprendemos de Marx e Lênin. Então, nós esclarecia a classe operária, os trabalhadores, sem citar o nome do Partido.

O nosso Partido, naquela época⁽²⁾, não tinha legenda legal registrada. Então, nós tínhamos um partido, (...) PST (Partido Social Trabalhista). Então, o nosso Partido entrou em contato com eles para candidatar os nossos candidatos a vereador. Então, o PST (...) só concorreu pra Prefeito, a vereança era do PCB. (...) Eram 14 candidatos, e eu fui o quarto. Todos nós, os comunistas, quem bancou a campanha, quem financiou, foi o Partido, através de listas, de rifas de campanha, de finanças e tal. Fizemos a campanha.

(...) Eu sou um homem semi-analfabeto, não conseguí passar da 3ª série. (...) Aí, não tinha pai, não tinha mãe, eu tinha que trabalhar para sobreviver. (...) Quando eu fui eleito, eu fui convidado pelo Partido Comunista para assumir. Então, eu disse ao Partido que eu não tinha condições intelectuais para ser um vereador. O vereador não é qualquer um; o vereador precisa,



Congresso Brasileiro dos Estivadores, Santos - 1960.
Destacam-se Oswaldo Pacheco e Sílvio Fernandes Lopes.
origem: Domingues Garcia/Acervo: FAMS

(1) Partido Comunista Brasileiro

(2) Após 1947

precisa de intelectualidade, é um legislador. (...) Pensei, pensei, aí eu me candidato, (...) se eu ganhar as eleições, eu renuncio pra meu suplente. O Partido aceitou e eu renunciei.

Tanto quando foi no dia da posse que nós chegamos na Prefeitura, (...) era metralhadora! Estava toda rua rodeada de metralhadora contra nós. Então, nós chegamos a entrar; (...) já sabíamos que aquilo era para nós, aquelas balas. Mas a nossa luta continuou.

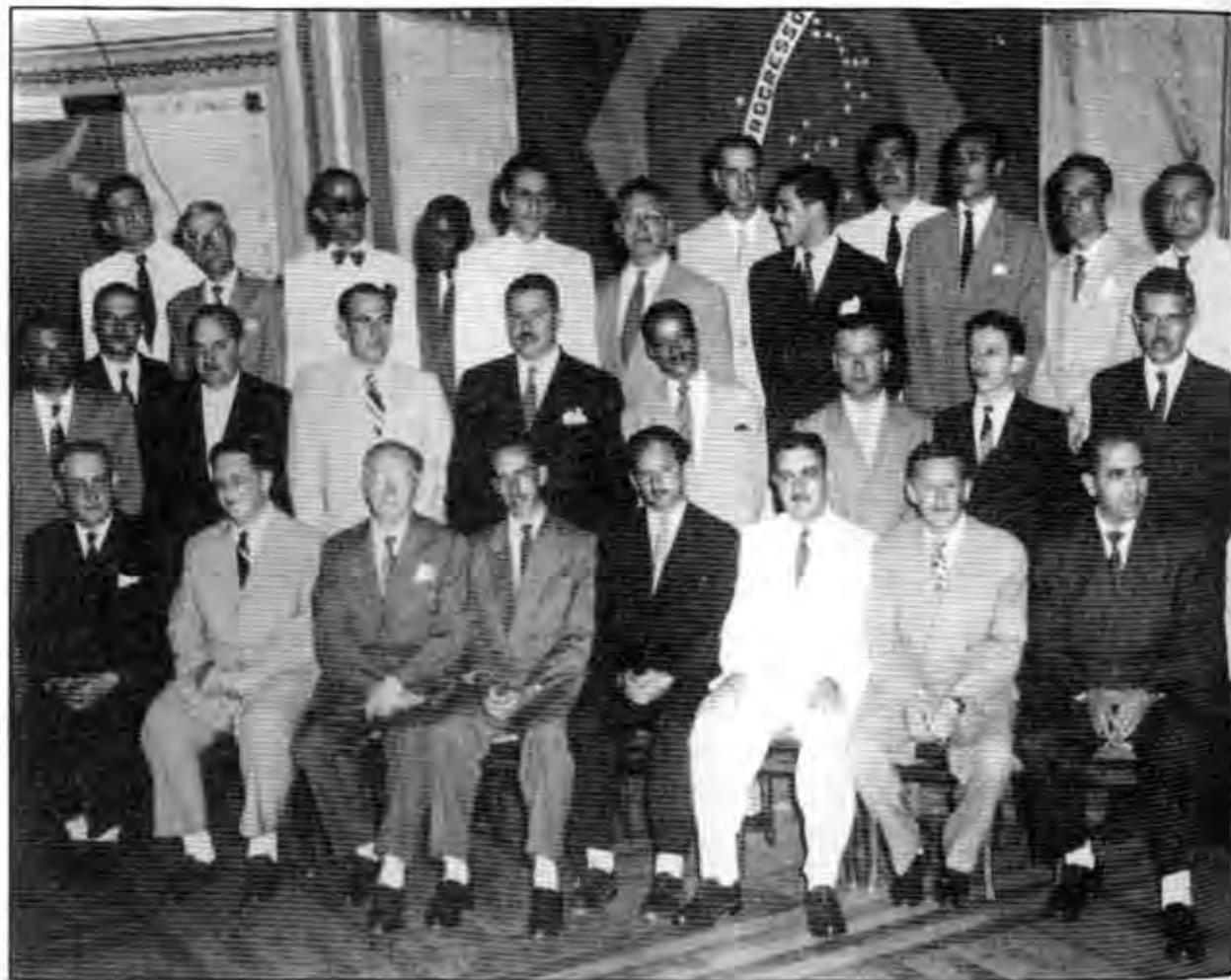
(...) Todos os comunistas participaram, inclusive a nossa categoria; mandei muitos companheiros que não pertenciam ao Partido, era a massa trabalhadora da Estiva, votarem maciçamente em Oswaldo Pacheco. Mesmo aqueles que não tinham nenhum pensamento ideológico, eles votaram porque o Oswaldo Pacheco é um homem de luta. Então, ele conseguiu desempenhar o seu papel na Câmara Federal.

(...) Todas as campanhas, desde que eu ingressei no Partido Comunista em 1933, (...) todas as campanhas pela independência política e econômica de nosso país, eu participei.

(...) Era o comício pelo "Petróleo é Nosso". (...) Então, o nosso Partido e as outras classes sociais avançadas iniciaram a campanha do "Petróleo é Nosso". Aqui em Santos, tinha um delegado, um tal de Secco, da Polícia Marítima, que era o terror dos portuários! (...) Então, o Partido anunciou o comício, mas a classe operária foi em massa. (...) Foi onde esse companheiro, nosso Dionísio Santana⁽³⁾, estava lá e a Polícia matou ele.

Eu, em 64, não cheguei a ser preso. Eu tinha um irmão, também estivador, que era adepto do Partido. Meu irmão foi para um navio chamado Raul Soares⁽⁴⁾; ficou lá não sei quantos dias ou meses. Eu simplesmente fui chamado no escritório da Companhia Docas para prestar declaração. (...) Prestei declaração e ele me mandou embora.

Vereadores eleitos à Câmara de Santos - 1947
Diversos trabalhadores foram eleitos
Origem: José Félix da Silva/Arquivo: FAMS



(3) Dionísio Santana, craxador de café.

MILTON SACOMAN

PORTUÁRIO APOSENTADO

Bom, eu vendia pão na rua; vendia as coisas que meu avô pegava no mangue, que era caranguejo. Depois eu cresci; fui servir o Exército, depois fui trabalhar. (...) No ofício de gráfico, mas não ganhava quase nada. Eu procurei um serviço que ganhasse um pouco mais. Então eu fui. Eu entrei na Companhia Docas de Santos, com 18 anos de idade. Eu comencei na oficina mecânica; depois, como eu pretendia casar, (...) eu fui pro cais, porque ganhava mais dinheiro, fazia extra de tudo, e eu fui pro cais trabalhar nos antigos, já não existem mais, nos guindastes hidráulicos. Depois passei pra divisão de eletricidade.

(...) Como portuário na parte de colégio dos filhos, nós tínhamos vantagem de terem colégio dentro do Sindicato; curso primário, como se chamava naquela época. Agora, não eram todos os trabalhadores que podiam ter sua casa porque o que poderia fazer com que eles tivessem casas era esse programa de casas populares e que era muito reduzido; (...) a maioria morava de aluguel mesmo.

(...) Em 57, (...) eu já era diretor dos Operários Portuários; (...) mesmo antes de ser diretor, eu participava de todas as assembleias, o que me levou a aceitar o cargo quando me convidaram para ser diretor.

(...) Na gestão que esteve comigo, faziam parte dessa diretoria: Manoel de Almeida, Antonio Rodrigues, Domingos Garcia, Antonio Bispo dos Santos, quase todos já falecidos, e mais alguns companheiros do Conselho Fiscal.

(...) Fiz todas as greves que foram programadas dentro do Sindicato.

(...) Naquele tempo também tinha o excesso, eles faziam excessos⁽¹⁾, como até hoje alguns policiais fazem. (...) Eles andavam no cais e, por qualquer motivo, eram pessoas escolhidas com porte fisico grande, além de tudo armados, e tinha, eles tinham o livre-arbítrio de fazer o que quisessem no cais e ninguém era contra eles, e qualquer um que se manifestasse contra eles sofria represálias; (...) eles maltratavam mesmo as pessoas, lá na Polícia Marítima.

(...) Eu acho que todas as greves têm a sua importância, é claro. Então, alguma que marcou mais foi quando houve a invasão do Sindicato⁽²⁾ à noite. Nós estávamos no nosso Sindicato (...) e nós fomos acordados, que nós távamos há vários dias em greve e o pessoal fazia aquela vigília, e à noite a gente ficava no Sindicato. (...) O pessoal já estava cansado e acabava dormindo, aguardando alguma notícia do Rio, que era a sede da empresa⁽³⁾. (...) E fomos acordados com a invasão do Sindicato pela polícia, Polícia Marítima, (...) e todo mundo teve que sair da casa, abandonar o Sindicato. Houve alguns atritos que eles queriam a chave do cofre, queriam tudo, (...) e alguns companheiros nossos foram agredidos mesmo, mas depois nós fomos se reunir na praça e mesmo cercados por agentes do Dops e outra polícia.

Bom, primeira coisa: tinha a perseguição, claro. Perseguição daquele tempo do Dops, que andava aí, eram pessoas que não andavam fardadas, e eles tinham gente infiltrada no nosso meio. Então, essa gente parecia que eram amigos, que eram de outros sindicatos, que vinham participar. No entanto, às vezes eles foram colocados pra fora das assembleias, mas existia esse negócio, essa perseguição. (...) Tinha aqueles que sabiam que a gente fazia e iam correndo levar lá pros patrões, e eles passavam a perseguir a gente.

(...) Quando tinha aquelas greves, o pessoal ficava por ali; quando o pessoal do Dops chegava lá e uma outra polícia qualquer pra colaborar, eles pegavam quem estava por ali, levava pra lá, fazia uma série de perguntas e depois mandava embora. Agora, nunca fui preso.

(...) em 64, várias vezes, quando eu ia trabalhar, chegava lá e não estava o meu cartão de ponto e já me avisaram que a polícia vinha buscar, não eram os fuzileiros. Vinha buscar pra prestar depoimentos. (...) Então, eu, de vez em quando, tinha que ir pra lá. (...) Eles tinham um porão, (...) eles botavam a gente em baixo e esqueciam a gente lá. Se você não reclamasse, (...) esqueciam você lá.

(1) Polícia Marítima de Santos.

(2) Sindicato dos Operários Portuários de Santos.

(3) Cia. Docas de Santos.



Rio - Catete - 1958
Juscelino Kubitschek, Remo Petrarchi, José Gonçalves e Ivete Vargas
Origem: José Gonçalves/Acervo: FAMS

NELSON ANTUNES MATTOS

CONFERENTE APOSENTADO

Ingressei na categoria de Conferente de Carga e Descarga neste Porto em 1950.

Em 1953, representei nosso Sindicato, indicado pela sua assembléia geral, Fundação Nacional dos Portuários, que por muitos anos abrigou todas as categorias de trabalhadores avulsos e também, o pessoal de capatazias.

Em 1954, fui eleito presidente do sindicato. Foi um mandato bastante produtivo. Naquela ocasião os dirigentes dos sindicais não eram remunerados, também não tinham preferência no engajamento de trabalho. A par do mandato muito progressista em benefício da classe foi muito sacrificado.

Em 1956, conseguimos a aprovação e execução das instruções reguladoras da profissão. Devo ressaltar que o trabalho de minha diretoria contava com a colaboração de quatro associados, eleitos em assembléia para esse fim, e todas de saudosa memória: Serafim Mendes, Remo Petrarchi, Manoel Bento de Souza e Nestor Bittencourt.

As instruções reguladoras da profissão foram objeto de mandado de Segurança impetrado por seis armadores nacionais, e que tiveram a segu-

rança denegada do ato do Conselho da Delegacia do Trabalho Marítimo.

O sindicato funcionou como litisconsorte, tendo como advogado o causídico Derosse José de Oliveira.

Ainda em 1956, lançamos a idéia e conseguimos a aprovação na Comissão de Marinha Mercante da criação da taxa de Conferente, e que serviu de suporte legal para implantação do pagamento por produção.

Embora eu e meu sucessor, Serafim Mendes, tenhamos lutado bastante para dar seqüência ao pagamento por produção, somente na gestão do saudoso Orlando dos Santos é que tal fato veio a concretizar-se.

Ainda em 1956, lançada a idéia por Luiz Ferreira Lima jornalista do extinto jornal "O Diário", comandada pelo líder sindical socialista João de Moraes Chaves, tive a oportunidade de ser um dos fundadores do Fórum Sindical de Debates, entidade de cúpula sin-

dical da Baixada Santista e cujos fundadores e diretores tiveram muitos problemas após 31 de março de 1964.

Concluindo, o Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga de Santos sempre teve boas Diretorias, mas como presidentes anteriores a 1964, destaco o trabalho das diretorias presididas por João Bento de Souza, José de Abreu Nabo, Remo Petrarchi, Serafim Mendes e Orlando dos Santos.

Inauguração da Rua Remo Petrarchi - 1959

Origem: J. A. de Oliveira/Acervo. EAMS





Confraternização no Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga do Porto de Santos.

Joaquim A. de Oliveira, à direita - 1945

Origem: J. A. de Oliveira/Acervo: FAMS

OSNY NERI DOS SANTOS

PORTUÁRIO APOSENTADO

Eu entrei na Codesp, que era a antiga Companhia das Docas, em abril de 1951 (1). (...)

Nós assumimos a direção do Sindicato em 59, como suplente; (...) em 61, passamos para a chapa executiva até 64. (...) Lendo alguma coisa de Marx e de Lênin, (...) eu disse: "Puxa! mas aqui tem alguma coisa que se identifica com o meu pensamento, com um sentido de justiça". Liberdade e justiça e foi por aí. Foi um dos princípios, que nos leva a participar do Partido.

(...) Já começamos a acompanhar algumas lutas fundamentais, como a luta do "Petróleo é Nosso". (...) É, eu lembro pouca coisa. (...) Houve um movimento, a nível nacional, para que o petróleo fosse estatizado. (...) E houve manifestações, houve comícios. Inclusive em Santos, houve comícios que até morreu gente na bacia do Macuco, pelo "Petróleo é Nosso"; Dioclécio Santana e uma série de outros companheiros foram feridos.

(...) Se formou alguns quadros no passado (...) porque o Partido foi uma escola, inclusive do processo da pessoa se desenvolver no dom da oratória, no processo da oratória. (...) Formava qua-

dro para atuar dentro do movimento Sindical (...), mas que o Partido tinha uma regra de lutar em benefício do trabalhador e do povo brasileiro. (...) E era um processo de alijar o que havia de ruim. (...) E o fundamental era lutar em benefício dos trabalhadores.

(...) Tinha consciência de base, tinha consciência de cúpula, claro. É, olha, o exemplo é o seguinte: você hoje marca uma reunião dos aposentados, esse pessoal era moço naquela ocasião e a consciência deles permaneceu inalterada. Até hoje eles participam das assembleias, reivindicam o que têm direito. Nós tivemos um grau de politização bem melhor que os companheiros de hoje têm na ativa.

(...) Até 64 nós tivemos uma série de reivindicações porque inclusive a situação era diferente. (...)

Nós sabíamos que existiam problemas naquela altura, mas existia boa vontade por parte das autoridades federais etc.

Nós firmamos alguns acordos de 62 e 63, com algumas vantagens para os trabalhadores, tal como: pagamento de férias remuneradas, não é o 13º integral, porque ainda tinha problema com o 13º. Depois é que houve a lei e tal etc. O salário-chuva, licença-prêmio, a própria complementação das aposentadorias. (...) Posterior a 64, houve



Federação dos Comerciários de São Paulo - 1947
Origem Sindicato dos Empregados no Comércio de Santos/Acervo: FAMS

(1) Referência à Cia Docas de Santos



Visita de Guilherme Guinle ao Sindicato dos Empregados na Administração dos Serviços Portuários de Santos e Região
Inauguração da Sede - 1949

Origem: Sindicato dos Empregados na Administração dos Serviços Portuários de Santos e Região/Acervo: FAMS

aquele problema todo. E foi tirado, vamos dizer, algumas vantagens que nós tínhamos conseguido com muito sacrifício, com muita luta, e que praticamente era um direito adquirido. (...) As autoridades da época, aí de 64, achou que nós tínhamos muita vantagem perante os outros trabalhadores e tal, (...) isso foi revogado.

No dia 31 de março, nós tivemos reunido no nosso Sindicato, no da Administração⁽²⁾. (...) E nós estávamos aí apreensivos, porque parece que (...) tava pra dar golpe e tal. Mas nós éramos meio céticos, não távamos acreditando. Embora aí já houvessem aquelas passeatas com “Deus pela Liberdade e a Família” e tal. (...) Então, nós está-

vamos lá no Sindicato, dia 31, aí houve um telefonema do Rio, não sei se o Pacheco ou o Moreira: “Olha, vocês se guardem, porque o negócio tá ruim aqui; eles vão botar as tropas na rua”.

(...) Nós fomos pra casa e ficamos ouvindo a rádio até de madrugada. (...) Chego lá, e o Sindicato tá coberto de tropas, aí, da Marinha e fechado. Não entrando ninguém. Entrou diretor, eles prendem. Aí, eu fiquei de longe, dei meia volta, voltei. (...) Nós ficamos aí, rodeando, e o circo apertando. Aí, eu fui pra São Paulo, fiquei lá quase 20 e poucos dias, e voltei porque a minha filha estava com pneumonia e eu morava na rua atrás do Sindicato, mas antes de ir visitar

ã filha, eu fui falar com o interventor do Sindicato. Ele disse: “Puxa, olha, tu tem que ir na Capitania⁽³⁾ se apresentar, porque senão eles vão te pegar e te matar aí na rua; a ordem é pra atirar em você. Tu quer se apresentar ou quer ser preso? Tu vai ser preso de qualquer maneira. (...) Se você se apresentar, você tem garantias de vida; se você não, eles vão te matar na rua”. “Tudo bem, então se vocês quiserem, me procurem na minha casa.” (...) Aí me prenderam; eu fui pra lá e fiquei 7 meses. (...)

(...) Todo o mundo temia a gente, porque os nossos nomes saíam na televisão como perigosos; (...) ninguém dava emprego.

(2) Sindicato dos Empregados na Administração dos Serviços Portuários de Santos

(3) Capitania dos Portos de Santos



Sindicato dos Empregados na Administração dos Serviços Portuários de Santos e Região -
"Greve dos Enfermeiros" - 1963.

Origem: Artur José Tinoco e Silva/Acervo: FAMS

OSWALDO LOURENÇO

PORTUÁRIO APOSENTADO

O ingresso na Companhia Docas foi em 1945, porém eu já trabalhava antes. (...) Eu comecei a trabalhar por volta dos 10 anos, por aí. O meu pai trabalhava em pedreira e participou dos movimentos, daqueles movimentos primitivos, daqueles sindicatos, principalmente da construção civil. (...) Nós, por várias vezes, nós tivemos que sair de Santos por problemas das lutas de meu pai naqueles movimentos anarquistas. (...) Mas eu já fui tudo na vida. Eu fui jornalista, eu fui servente de pedreiro. Enfim, tive tudo quanto foi profissão. (...) Eu, nas Docas ou no porto, eu praticamente trabalhei em tudo quanto foi setor. Iniciei na caldeiraria. (...) Trabalhei na ferraria, na naval, eu trabalhei em todos os setores das forjarias e, depois de quase dois anos, (...) eu fiz o concurso. Naquela época, os trabalhadores faziam concurso para passar, era permitido passar para a Administração.

Eu ingressei no Partido Comunista, como todos (...). Eu ingressei naquela época, como grande parte daqueles companheiros inclusive que foram para o Sindicato. E tinha (...) o companheiro Antônio Rodrigues, que era do Sindicato dos Operários; ele fazia parte do Partido Comunista.

Ele dava o jornalzinho pra ler, que era a Voz Operária. Naquele tempo, comecei a ler, depois comecei a distribuir o jornal (...). Disso para ingressar no Partido é um passo. (...) Era um trabalho todo ele clandestino que se fazia naquela ocasião, mesmo no Sindicato. Para ganhar um sindicato, era um problema muito sério, porque o pessoal tinha medo de se reunir para discutir problemas de sindicato. Então, toda época, foi uma época de uma luta dura (por causa da) ilegalidade do Partido.

(...) No Sindicato da Administração, eu entrei como suplente e fui até vice-presidente. (...) A minha participação no Fórum Sindical foi uma participação igual à dos companheiros. Nós estávamos travando uma luta muito grande aqui no movimento sindical. O Fórum estava na mão de um grupo janista. (...) Então, havia necessidade de se tomar, porque era do que nós estávamos precisando em Santos, de um organismo que aglutinasse, que unificasse as forças do movimento sindical. Então, foi assim que nós começamos o processo de começar a exigir melhor atuação do Fórum Sindical. Houve muitas brigas, houve até tiroteio. Uma vez, no Sindicato dos Ensacadores, nós tomamos o Fórum Sindical, quase na marra, quer dizer, nós, os trabalhadores, no seu conjunto.

(...) Nós achávamos que o movimento operário, os sindicatos, não poderiam ficar apenas reivindicando aumento de salário, esses direitos sociais, mas sim principalmente na luta política. Não na política partidária, não, a política no sen-

tido de transformações sociais do país. (...) As oligarquias, elas dominam desde o Descobrimento. Que é um poder de Estado muito prepotente. (...) Tínhamos que ter uma visão de que a classe operária é que tem papel das transformações. Então, aí começamos a pensar e tornou-se uma necessidade organizar um Comando Geral dos Trabalhadores. (...) Ele foi fruto das lutas que tinham naquele momento. (...) Depois que nós íamos consolidar, estávamos com a idéia de consolidar, e até de ir a um congresso para consolidar o CGT como uma central. Aí, houve o golpe⁽¹⁾.

Eu, por exemplo, quando entrei nas Docas em 45, já em 46 nós participávamos de uma greve. Uma greve meio violenta. (...) Aquela greve marcou porque foi uma greve que nós, das oficinas, garantimos. Nós vínhamos de um período ditatorial, não havia greves e os salários estavam bem defasados. Só que o pessoal do porto não queria. (...) Então, nós decidimos ali criar uma comissão. Essa comissão era, praticamente, do Partido Comunista, não era do Sindicato. Então, nós começamos a trabalhar essa greve. (...) O Dr. Ismael, que era o Inspetor das Docas, fez tudo pra que a gente terminasse até a hora do almoço. Nós começamos de manhã, cruzamos todos os braços, nas bancadas, nas forjas, em todos o lugar. Então, fez de tudo, inclusive prometer alguma coisa, mas nós não aceitamos. Então, daí a pouco chamou a Polícia. Então, a Polícia com baionetas nos cutucava, pra ver se começávamos a trabalhar. Ninguém começou a trabalhar; (...) fomos obriga-

(1) Refere-se ao Golpe Militar de 1964

dos a sair das oficinas. Aí, nós fomos correr o cais pra dizer o que estava se passando e foi assim que saiu essa greve. Essa greve começou a despertar a consciência de luta dos portuários. (...) E outra também, a greve de 48. Foi uma greve em que todos os sindicatos foram interditados, nomeou-se juntas governativas em quase todos os sindicatos. (...) E depois de 60 tivemos a greve do pessoal do Moínho⁽¹⁾, uma greve que revelou o que realmente a classe operária é e que, infelizmente, no dia de hoje, a gente não vê mais, que é a solidariedade de classe. (...) Eram 20 e poucos companheiros, porque o Moínho Paulista queria transferi-los para o Paraná, e eles não queriam. Então, apelaram para nós. Então, já existia o Fórum⁽²⁾. Outra greve que ficou marcada foi quando da renúncia do Jânio. Quando nos reunimos, no porto, os dirigentes que a coisa queria dar golpe. (...) Assim, nós fomos para os cais para parar o cais. Quando nós estávamos no meio do cais parado, os policiais entraram direto, o Exército e tudo, e nos levaram para o forte Itaipu. (...) Éramos 17 companheiros que estavam na cela do corpo da guarda. (...) Nós não tínhamos condições de sentar, de tão abarrotada que ficou aquela cela. E o comando lá do Forte, ele desfilarva o grupo dando instrução e como posicionamento para nos amedrontar. (...) Como se estivesse dando fuzilamento: “Olha aqui, estamos treinando pra fuzilar vocês”. E realmente começou aquele movimento no Rio Grande do Sul, que era a resistência; (...) é engraçado que os comandos,

inclusive o do Fórum, estavam presos lá. Quando eles tiveram notícia que nós estávamos aí, houve a paralisação geral e aí lá o comandante e a Polícia teve que nos soltar. (...) Então, essas greves marcaram porque, as greves, elas tinham um profundo sentimento de solidariedade e de classe e revelava já a compreensão política dos trabalhadores naquela ocasião.

(...) Houve o problema das eleições⁽³⁾, e o Partido resolveu lançar alguns candidatos comunistas através do PTB. Então, eu fui escolhido pra ser um dos candidatos (...) pra fazer uma dobradinha com o companheiro Geraldo Rodrigues dos Santos, apoiado pelo movimento sindical (...) e também do movimento sindical de Santo André. (...) A minha campanha foi feita basicamente em Santos e nas portas de fábricas do ABC. (...) Quem fez a campanha, todo aquele processo, foi realmente a massa. Eu não tinha dinheiro.

Mas foi uma campanha de consciência dos trabalhadores. Tive 27 mil votos (...) em 62, já havia o processo em formação (...) do golpe. O golpe vinha em formação. (...) Então, dentro do próprio PTB — uma coisa era o PTB, outra eram os elementos que tinha dentro do PTB (...) —, o primeiro suplente entrou com processo para impedir a posse. Com problema, de comunista e tal (...) houve sargentos da Polícia Militar e sargentos do Exército, também foram eleitos. E fomos todos cassados.

(1) Referência à “Greve do Moínho Paulista”.

(2) Fórum Sindical de Debates (Santos).

(3) Eleições de 1962.

OSWALDO PACHECO DA SILVA

ESTIVADOR APOSENTADO

Trabalhei como comerciário no Estado de Sergipe. O primeiro emprego foi em uma farmácia. (...) Defendia os direitos de todos onde trabalhei, isto me criava dificuldades, até que resolvi (...) vir para Santos em 1935. Trabalhei um ano na fábrica de vidros em São Vicente e depois no Departamento de Saneamento de Santos. Nos fins de semana e à noite, ia procurar trabalho na Estiva (porto).

(...) Em novembro de 1937, fui proposto para associado e aceito no porto.

(...) Procurei me integrar nas lutas e trabalhei na Caixa de Acidentes e Assistência Social (...). Fui ficando conhecido pelo interesse.

(...) Assim, em 1943, fui convidado para concorrer às eleições do Sindicato⁽¹⁾. (...) Fui diretor no cais e depois primeiro secretário. Fui também representante à Federação Nacional dos Estivadores.

(...) Fui também participando dos movimentos de solidariedade. (...) Trabalhadores e dirigentes sindicais presos e perseguidos, (...) fui conhecendo elementos que, sendo ou não do Partido⁽²⁾, reunia em defesa das liberdades demô-

cráticas e sindicais. Era um período que pouco falavam em filiação do PCB. (...) Evitavam falar em PCB, já que a perseguição era grande.

(...) 1945, neste ano me elegeram para o Comitê Central (do PCB).

Na década de 40, havia muita perseguição aos que combatiam a ditadura e lutavam pelos direitos dos trabalhadores. (...) Entretanto, o movimento operário, neste período, participava das lutas memoráveis.

(...) A Estiva, quando ingressei, era um Sindicato que buscava consolidar a conquista de mercado de trabalho e obter as conquistas sociais.

(...) Quando fui convidado para ser candidato a deputado federal (1945), levei o convite para a diretoria (do Sindicato dos Estivadores) e condicionei minha aceitação tanto ao apoio da diretoria como da Estiva e dos demais sindicatos de Santos. Obtivemos este apoio unânime. (...) Cada sindicato fez sua parte. Não se falava em dinheiro. (...) Esta união, consciência e luta nos deu uma votação das bases, (...) fomos do mais votados do Estado.

Voltei⁽³⁾ sempre para trabalhar no porto e continuava (...) a participar das assembleias e das lutas.

A década de 50 continuou com vários fatores positivos: muitas lutas pela unidade e ação nas reivindicações, campanha do "Petróleo é Nosso" vitoriosa, (...) luta constante pela democracia.

(...) Novembro de 1959, o Conselho de Representantes da FNE⁽⁴⁾ foi convocado para realizar a eleição da direção, (...) biênio 61-62. Houve dificuldades para organização das chapas e

por último (...) tiraram uma comissão para vir a Santos e propor Oswaldo Pacheco da Silva. Se aceitasse todos retirariam suas candidaturas. Eu poderia formar uma chapa única com o apoio de todos. (...) Fui eleito. (...) Procuramos trabalhar como em Santos, em nível nacional.

(...) Procuramos sempre trabalhar a base. As assembleias eram o ponto mais importante para as decisões e as formas de luta. No período do Pacto de Unidade e Ação, com vitórias maiores ou menores, íamos acumulando forças na unidade de ação. (...) Após várias lutas e vitórias a nível nacional, com todas as categorias dos portos, ferroviários, marítimos e acroviários e aeronautas, e apoiávamos também lutas de outras categorias, até que chegamos ao Comando Geral dos Trabalhadores. O objetivo do PUA⁽⁵⁾ (...) era organizar o movimento sindical a nível nacional para sermos uma força capaz de avançar na cidade e no campo, pelos direitos econômicos, políticos e sociais. (...) Lutamos pelos direitos da cidadania, a democracia, liberdade e autonomia sindical. Lutávamos também pela defesa da soberania nacional, limitação de remessa de lucros para o exterior, reforma agrária, reforma tributária, participação dos trabalhadores na administração do patrimônio público como a Previdência Social, por exemplo; (...) ajudamos a dar passos na organização de camponeses e pela sindicalização do funcionalismo público.

Os comunistas tiveram um papel histórico muito positivo nas lutas pela organização do sindicalismo, (...) na luta contra o nazismo e pelas liberdades.

(1) Sindicato dos Estivadores de Santos.

(2) Partido Comunista Brasileiro.

(3) Após ser casado em 1947, como deputado federal.

(4) Federação Nacional dos Estivadores.

(5) Pacto de Unidade e Ação.



José Félix da Silva, o 3º e Oswaldo Pacheco da Silva o 5º da esq. para a dir.
Congresso Nacional dos Estivadores - Santos - 1960.
Origem: José Félix da Silva/Acervo: FAMS

(...) Nosso sindicato teve uma participação muito destacada na formação e organização do Fórum Sindical de Debates. Fui representante do Sindicato dos Estivadores no referido órgão, que nos deu muitas experiências a nível estadual e nacional em busca de um sindicalismo de luta por dias melhores para os trabalhadores da cidade e do campo.

(...) O CGT foi uma continuidade da luta para organização do movimento sindical a nível nacional. Isto foi fruto de lutas durante anos.

(...) O CGT atuou legalmente e conquistou isto em ação. Nas leis do corporativismo sindical, não era permitida a fundação de centros sindicais. Sabíamos ser o processo da luta que ia chegar à legalidade de fato e de direito.

(...) Nós sabíamos, pelos fatos, a preparação do golpe, (...), o golpe foi preparado a nível nacional de interesses do que era mais

egoísta e retrógrado a nível internacional. (...) A minha análise sobre o que ocorreu, se fizermos uma análise das causas verdadeiras para a preparação e realização do golpe, é em síntese o seguinte: (...) os golpistas realizaram seus objetivos.

(...) Nosso relacionamento com o poder político central foi de defesa dos interesses do povo e da nação.

Em 1964, quando do golpe, estava na Federação Nacional dos Estivadores com meus companheiros. Fomos aos locais de trabalho, e as assembleias sindicais lançaram um manifesto à nação. Nossa sede foi invadida pela polícia. (...) Foi ocupada pela Base Aérea, foi retirada a polícia. As ruas estavam repletas de populares e foi assim organizada a retirada de todos e ficou resolvido pelos companheiros que eu deveria me exilar na embaixada do México. Assim, todos passaram a tomar suas precauções, de acordo com cada caso.

Fiquei três anos no exterior, exilado no México e depois no Uruguai. Através do movimento de solidariedade, fiquei em São Paulo até que me prenderam. Fui preso em um ônibus em São Paulo, na Av. Santo Amaro. Face às torturas e em consequência das denúncias no Senado Federal, através de sr. Franco Montoro, e da repercussão nacional e internacional, vieram protestos de 84 países e, portanto, me levaram para o hospital e depois para o presídio denominado Barro Branco. Tentaram me tirar deste presídio, e todos os presos que lá estavam se mobilizaram no corredor da saída e declararam para a direção: "Só tiram Pacheco daqui se matarem todos nós". Com esta solidariedade, estive quatro anos no referido presídio e saí com o movimento pela anistia. Logo que saí da prisão, voltei para a Estiva de Santos. O tempo que estive preso recebi a solidariedade de companheiros de várias profissões e de meus familiares e foi assim que sobrevivemos.



Pedra Fundamental do Hospital dos Estivadores de Santos. José Gomes, Amaury Silva, Oswaldo Pacheco, entre outros.
Origem: Domingues Garcia/Acervo: FAMS

ROBERTO IRECE MARTINS

ENSACADOR DE CAFÉ

Eu iniciei como trabalhador eventual porque o avulso começou a partir de 1954 através do Sindicato (...) em 1949.

(...) No Sindicato dos Ensacadores, eu ocupei primeiro cargo como diretor de Assistência Social, isso em janeiro de 1963; (...) fomos até 31 de março de 1964, (...) Após a intervenção do Sindicato, tivemos um período afastado, sem poder concorrer e, quando foi em 67, (...) pude concorrer e fui pela vez primeira vez eleito à presidência dos Ensacadores.

(...) O trabalho do ensacador de café, ele consiste principalmente no café que é despejado e feito ligas, e essas ligas consiste em misturar vários tipos de café pra dar um determinado tipo, de acordo com a exigência do exportador.

(...) nos idos de 1919, era a principal categoria de trabalhadores braçais aqui no porto de Santos, era a maior categoria. (...) Começou numa sala; (...) era uma sala que, junto com os portuários, dividimos. (...) Dali então a associação passou a ter vida própria. (...) Mas ele só veio a se registrar como sindicato em 1934.

(...) Ai ficou durante todo esse tempo como

umas das principais categorias de trabalhadores, porque a principal movimentação de café era toda feita em Santos. (...) Nós somos uma das categorias, em termos de convenção coletiva de trabalho, é uma das mais avançadas. (...) Nós temos uma das cláusulas da nossa convenção coletiva de trabalho que estabelece que, para trabalhar nas empresas armazenadoras como empregado, ele tem que se associar com o Sindicato, e as empresas respeitam isso; (...) mas a remuneração é igual tanto para os empregados como para os avulsos. A única diferença que o empregado tem o vínculo empregatício, (...) o avulso não tem.

(...) Houve uma grande evolução; esse período, principalmente aqui em Santos, ele foi o berço do sindicalismo, (...) no sentido de organizar a categoria, e como isso foi justamente da década de 50 pra cá e que começou a surgir os sindicatos a se organizar e a se fortalecer.

(...) de tristes lembranças e ela já foi tarde, aquela foi uma polícia criada na época do Adhemar de Barros. (...) Acho que eles pegaram aquilo como o modelo da Polícia do Rio de Janeiro criado pelo Getúlio Vargas, pelo Felinto Miller.

(...) no Rio, tinha polícia especial, era uma espécie de Gestapo brasileira, e essa Polícia Marítima, ela surgiu no sentido de intimidar o trabalhador, ela não surgiu no sentido de policiar o porto.

(...) Nós ainda somos um tipo aí de ex-colônia, e é claro que estava havendo uma evolução.

Isso não interessou para a classe dominante aí, lá fora, os que mantêm isso aqui, certo? Na medida que viram que o sindicalismo também estava desenvolvendo, (...) a intervenção ou revolução etc. não foi por causa do sindicalismo, foi porque outras coisas, (...) como o problema de remessa de lucros, interesse de empresas estrangeiras que investe dinheiro aqui. A gente vê até hoje o FMI, que está aqui dentro estabelecendo normas aqui, digamos, de domínio.

(...) As greves de caráter político, ela não leva a nada. (...) Tem lá aqueles dirigentes que são vaidosos, que às vezes quer fazer a greve pra dar demonstração de poder. (...) A solidariedade, dentro da solidariedade humana, ela existe em todos os sentidos, inclusive até nos movimentos reivindicatório, porque existe aqueles sindicatos de pouco ou melhor categoria que ainda não está bem organizada (...) que às vezes ela precisa de apoio da outra pra ter sucesso. (...) Nós somos favoráveis à greve de solidariedade.

(...) Houve uma época em que algumas categorias, ela era consciente; em outras categorias, ela não era consciente, porque só participava a cúpula. Poucos sindicatos consegue ter o domínio de esclarecer a categoria, como o caso, digamos, dos avulsos. Os avulsos, eles são agrupados a um agrupamento mais definido, a uma condição da diretoria participar. Tanto é que as eleições nos sindicatos dos avulsos são mais difíceis porque não há muito o domínio da cúpula em cima da categoria.

(...) Olha, minha prisão⁽¹⁾ foi igual à de muitos outros; (...) houve uma série de intervenções, houve até casos de intervenções em sindicatos que destituíram o presidente e nomearam o presidente como interventor. (...) Tinha elemento aí que estava preso e nem sabia nem por que estava preso, elemento acusado de comunista. (...) Tive 28 dias preso, saí, respondi a um processo na Justiça Militar⁽²⁾. Fui absolvido, falta de provas. (...) Daqueles que foram presos, melhor dizendo, que tivesse culpa em alguma coisa pra justificar. E estão todos aí, e a mesma coisa aconteceu comigo, mas, se a gente olhar direitinho, mas foram cassados, foram presos por quê? (...) Depois que eu saí de lá, voltei a exercer novamente, digamos, a minha atividade na empresa.

Sede do Sindicato dos Encacadores de Café de Santos,
à rua João Pessoa, 1959.
Origem: Sindicato dos Encacadores de Café de Santos
Acervo: FAMS

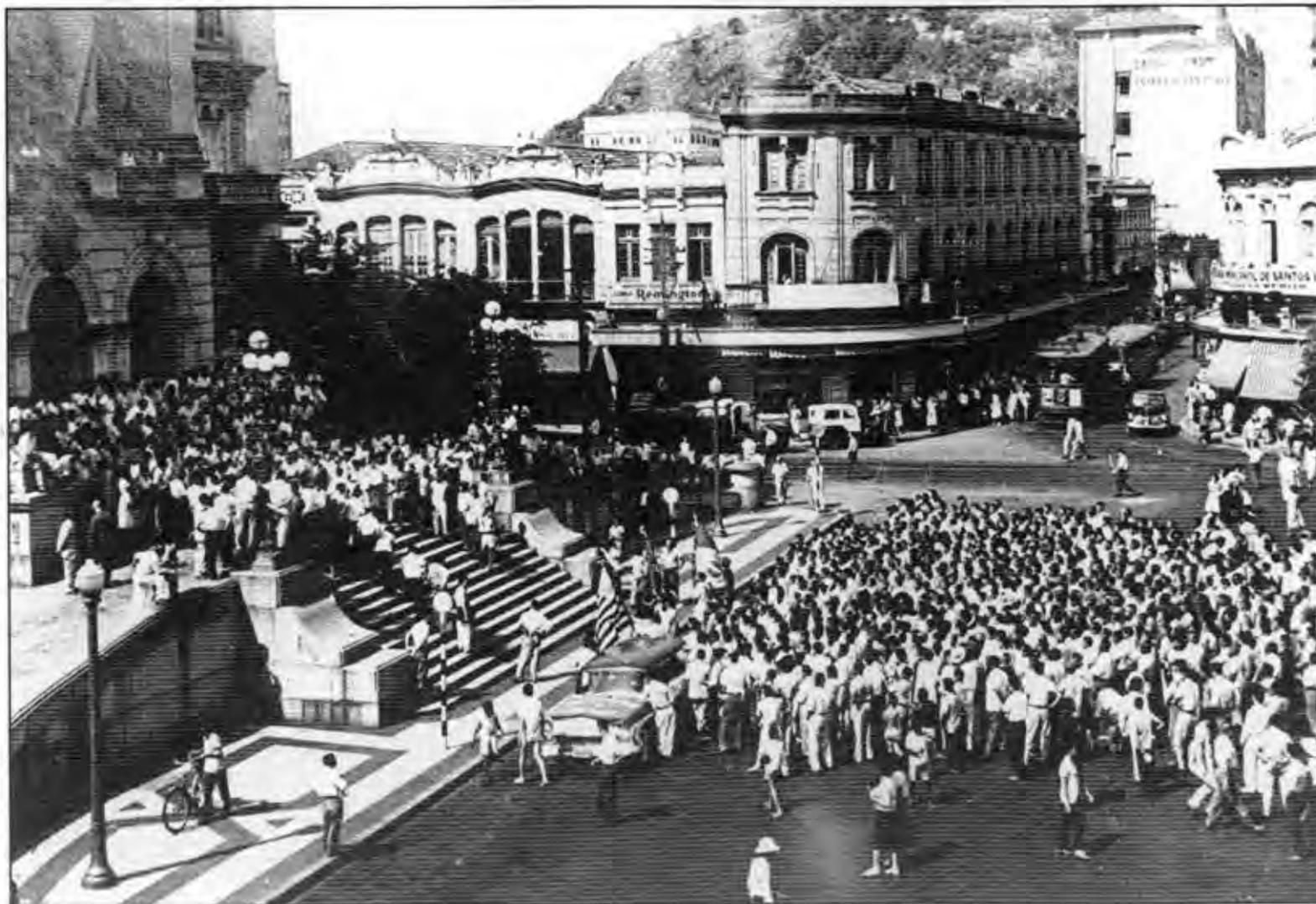


(1) Refere-se ao Sindicato dos Encacadores de Café de Santos

(2) Refere-se à prisão decretada em 1964 pelo governo militar

Arrumadores de Café, em frente à Prefeitura de Santos, na Praça Mauá, comemoram a criação do Sindicato da categoria, 1959.

Origem: Sindicato dos Ensacadores de Café de Santos/Acervo: FAMS



SÉRGIO MARTINS

PORTUÁRIO APOSENTADO

Eu iniciei no porto em 1945, no dia 16 de maio de 1945, (...) O primeiro ano que eu trabalhei na Companhia das Docas de Santos foi no setor operário, eu era servente de pedreiro.

(...) Havia uma necessidade de que os novos quadros passassem a participar porque o movimento sindical, antes desta época, estava bastante envelhecido de idéias. (...) Foram surgindo vários quadros, aprimorando, errando e acertando pra modificar, e acredito que até o próprio conhecimento político do movimento internacional influenciou bastante nisso. (...) Um dos fatores fundamentais foi procurar manter a unidade. Isso, talvez, já no fim de 57 e 58. Foi a dinamização do Fórum Sindical de Debates, aonde se reuniram todos os sindicatos, todos os quadros do movimento sindical, para se solidarizar na prática e com bastante efetividade, a solidariedade entre as categorias. (...) As direções tinham compromissos com suas bases e faziam questão de cumpri-los. Quer dizer, vinham diariamente ligadas às bases, através do contato, (...) participando, através dele, das reivindicações de todos os trabalhadores. As questões principalmente que eu acho, que também era o tipo de direção, que funcio-

nam nos sindicatos, que era as direções coletivas, (...) participando de todos os assuntos sem que ninguém infechasse o poder isoladamente. (...) Trabalhador não tem empresa; trabalhador é trabalhador. É a melhor coisa do mundo, o que ele pode fazer de positivo, é ser solidário com seu companheiro. O trabalhador, o trabalhador, não existe o trabalhador da Sabesp⁽¹⁾, o trabalhador dos hospitais, não existe trabalhador daqui ou dali, nem avulso, nem com vínculo empregatício. Todos nós somos trabalhadores. Logicamente, se a solidariedade não for praticada entre essa classe, que desde o Descobrimento do país é explorada e continua sendo explorada desavergonhadamente. Então, eu acho a coisa mais natural do mundo: a solidariedade entre os trabalhadores. Nós só pertencemos a uma classe toda.

(...) Aquela época importante, muito importante! Eu acho que as decisões não ficaram só no município⁽²⁾. A atuação do Fórum foi mais além. Passou a interferir, aliás, a influenciar decisivamente no movimento sindical nacional. Veja o III Congresso Sindical Nacional, onde foi assinada a Lei Orgânica da Previdência Social. Foi um movimento muito positivo. E aonde nós podemos ver que vários quadros do movimento sindical de Santos saíram pra dirigir as federações e confederações.

(...) A evolução logicamente feriu o que havia de mais reacionário dentro das forças dominantes. A própria imprensa atuou como elemento de criar problemas com relação ao movimento sindical brasileiro, (...) as distorções com relação à paralisação do porto de Santos. Ora, se a Companhia Docas de

Santos não cumpria um acordo em que ela recebeu tarifa para conceder o acordo, era logo estampado no jornal como mais uma greve no porto de Santos, só porque o Sindicato exigia o cumprimento do acordo.

(...) Não existia nada de "ditadura sindicalista", isto foi um termo como outros tantos foram para tentar criar condições em que o que havia de pior assumisse, desse o golpe nesta nação.

(...) Nos primeiros dias, nós tentamos esperar o movimento arrefecer⁽³⁾.

(...) Neste período também acabei me machucando; (...) era problema de meniscos. Depois de um mês, nós fomos obrigados a ir arrumar internação.

(...) Fui preso no hospital da Santa Casa. (...) Nos tiraram do hospital dizendo que nós íamos prestar uma declaração. Quando chegamos, lá o delegado era o Lelis, Benedito Lelis. Aí nos encaminharam para o presídio. (...) Aquilo não foi vida. (...) Ali existia, principalmente mais de centenas de trabalhadores presos, centenas de militares patriotas presos. Muito mais para o desespero de nossas famílias, e que não tinha perspectivas de onde ir e que não tinham enriquecido à custa de ninguém. Ficaram reduzidas a zero, vivendo de favores e da solidariedade das próprias categorias profissionais através de arrecadações clandestinas.

(...) Eu acho que nós só não fomos torturados por causa que eles não tinham certeza se o golpe vinha ou não. Mas o tratamento era baixo⁽⁴⁾.

(1) Saneamento Básico da Baixada Santista

(2) Cidade de Santos

(3) Golpe Militar de 1964

(4) Preso no norte-presídio - Raul Soares 1975



Encontro de Sindicalistas - 1960.

Origem: Sindicato dos Empregados na Administração dos Serviços Portuários de Santos e Região/Aervo: FAMS

VICTOR GALLATI

METALÚRGICO APOSENTADO

(...) Eu comecei a trabalhar como fabricante de bonecas. Depois a dona da fábrica pagava muito pouco a gente, e eu fui mandado embora porque, sem saber que estava fazendo uma greve e sem nunca ter tido uma orientação, eu estava orientando essa greve. (...) Saíndo dali, fui trabalhar como fotógrafo; depois, eu fui servente de pedreiro, eu comecei a trabalhar como pintor. (...) Não podendo mais empreitar serviço, eu acabei aderindo pra Cosipa; (...) por força do quadramento profissional, eu me tornei metalúrgico porque a empresa, maior termo específico da empresa, era metalurgia.

(...) Em Ribeirão Preto, no tempo em que eu estava trabalhando como pintor, (...) um amigo me levou até à União Geral dos Trabalhadores, que tinha sede própria e fazia matinês dançantes. (...) Me afeiçoei ao pessoal da União, (...) e eu acabei me entrosando dentro da União.

(...) Embora eu já tivesse conhecimento do símbolo do Partido⁽¹⁾, eu não sabia nem o que era aquilo. (...) Eu fiquei contente de ver que aquilo eu há muito tempo já conhecia, sem saber o que era. (...) Mas eu me engajei, comecei a ajudar (...)

e daí entrei para a juventude do Partido e fiquei como ativista. Quando veio o golpe de 37, eu tive que fugir de Ribeirão Preto porque, como secretário da União, (...) eu tive que fugir para não ser preso. Aí é que eu vim para São Bernardo do Campo, e aí eu, como não tinha possibilidade de me integrar numa associação, porque eu não tinha carteira assinada, eu entrei para o centro de cultura Humberto de Campos. Procurei me relacionar com os que eram operários. (...) Nós formamos uma chapa e ganhamos a eleição e transformamos o Centro de Cultura, que era uma sociedade fechada pra meia dúzia de industriais e comerciantes, transformamos numa associação aberta para os trabalhadores.

(...) Vim pra Santos em 1940. Ecloração da guerra e eu tentei várias coisas. (...) Aqui eu comecei a trabalhar primeiro como empregado da firma de pintores, mas a maioria aqui eram portugueses, exploravam a gente até o diabo! (...) Eu não tinha assim aquele espírito de explorar a pessoa. Mesmo quando era empreiteiro, (...) eu pagava um bom salário e dava subempregada aos companheiros.

(...) O "Pim-Pim" era o Aquilino Camino, era um pedreiro, era um companheiro do Partido. (...) Com a intervenção colocada lá no Sindicato da Construção Civil pelo Ministério do Trabalho, (...) nós chegamos a ficar 7 ou 8 anos sem ter aumento de salário nenhum pra categoria. (...) Fizemos um trabalho: (...) elegemos o "Pim-Pim", e logo em seguida o "Pim-Pim" foi preso

porque nós fizemos a primeira greve, e a polícia, pra enfraquecer o movimento, prendeu o presidente e o secretário, e nós continuamos a greve e o delegado do Trabalho foi numa das assembléias tentar nos dissuadir pra voltar ao trabalho. Então, nós impusemos uma condição: "Nós voltamos ao trabalho no momento que vocês soltarem o 'Pim-Pim' e que a categoria receba algum aumento de salário". E o delegado regional acabou entrando na nossa exigência.

(...) Eu, tendo sido eleito secretário político do Partido Comunista em Santos, a minha atividade era intensa, fiquei muito conhecido, e com o golpe que foi dado pelo Dutra (...) acabaram cassando o registro do Partido e todos os deputados do Partido foram cassados e aí começou a caça a todos os dirigentes do Partido, inclusive eu. Então, eu fui levado pelo comitê central para o Rio de Janeiro, onde fiquei até 52. Lá, eu participei do comitê metropolitano, depois fui para o trabalho específico de assistência política às Forças Armadas (...) e tive que deixar o Rio também às carreiras, porque eu estava sendo cassado. A Polícia Política, naquela época, conseguiu prender uma porção de companheiros, e a maioria deles me conheciam. (...) Chegando aqui, eu fui integrado no comitê dos ferroviários. O comitê ferroviário dirigia todo o movimento sindical das ferrovias do Estado de São Paulo. Fiquei nesse trabalho (...) até 53. Depois o comitê central dividiu o Partido em regiões, em vez de estaduais passaram a ser regionais. E eu fui escalado pra segun-

da região do Estado, que era em Campinas, (...) a região canavieira. Nesse trabalho eu fiquei até 1955; nosso trabalho era levar o Partido que, com a cassação do registro e com os golpes acertados pelo governo Dutra e depois pelo Getúlio, (...) estava praticamente dissolvido naquela região. Levantamos o Partido (...) e eu pedi o meu afastamento por ter-me desentendido com um companheiro. (...) Vim embora novamente para São Bernardo. (...) Embora trabalhando como empreiteiro, (...) eu consegui com habilidade, através do delegado estadual do Trabalho, propor aos sindicatos que fizessem um convênio para que as parturientes de São Bernardo fossem atendidas em hospital — São Bernardo não tinha hospital. (...) Aí a idéia foi acolhida (...) e eu solicitei a ele que intervisse junto à diretoria do Sindicato para que eu pudesse ser associado. (...) Aí comecei a participar e aí comecei então, não apenas a influir nos sindicatos dos Marceneiros e Construção Civil, mas passei a participar de reuniões dos Têxteis, dos Metalúrgicos, e passei a ser assim uma pessoa influente, mas isso também durou pouco porque havia uma questão-chave que era o problema de dinheiro; como eu não tinha condições de ter uma casa, (...) eu acabei comprando em São Vicente e me mudei pra cá em 1958.

(...) Quando eu fui pra Cosipa, (...) eu comecei um trabalho junto ao Vitelbino⁷¹, janista de quatro postados, inimigo dos comunistas, mas, com a minha flexibilidade, eu fui ganhando o Vitelbino. (...) Isso nos permitiu organizar melhor

os trabalhadores (...) e conseguimos elevar o efetivo do Sindicato de 1.500 para, em menos de dois anos, para em torno de 7 mil.

E passamos a fazer de assembléia de 65 ope-

rários, passamos a fazer a assembléia de 5, 6, 8 mil operários. (...) E assim fomos até o golpe de 64. (...) Eu tive que mais de uma vez fugir para não ser preso.



Diretoria do Sindicato - 1940

Origem: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgica, Mecânica e Materiais Elétricos de Santos/Acervo: FAMS

(71) Vitelbino Ferreira de Souza, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos

VITELBINO FERREIRA DE SOUZA

METALÚRGICO APOSENTADO

Eu começo a trabalhar como metalúrgico em São Paulo, em outubro de 47. Logo, me ligo ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. (...) Posteriormente, em 49, vim para Santos e, logo a partir de 50, ao Sindicato dos Metalúrgicos da Baixada Santista (...), mas só a partir de 54 é que eu venho participar mais ativamente do movimento sindical. (...) Em 57 e 59, na suplência da diretoria no conselho de representantes da Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, depois em 60 (...) assumi a presidência do sindicato⁽¹⁾.

(...) No início de 58, 55, 56, (...) começou a se estudar a implantação da Cosipa, e ela surge realmente a partir de 58, 59. (...) Em 61, na Cosipa, como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, tivemos a oportunidade de contribuir, modéstia à parte, (...) para o fortalecimento do Sindicato, fortalecimento da Cosipa e, (...) a partir de 62, (...) presidente do Fórum Sindical de Debates da Baixada Santista, para que não só o Sindicato se fortalecesse como que fosse possível ajudar também o fortalecimento de outras categorias.

(...) O operariado que constitui a Cosipa, em sua grande maioria, veio de outros Estados, particularmente do Nordeste. Então, eram homens

com muito pouca instrução. Nós conseguimos que a Cosipa, através do BNDES, criasse um curso de alfabetização de adultos que foi implantado neste colégio que tem próximo ao terminal rodoviário. (...) É Mário Alcântara.

(...) Aumentou o parque industrial na Baixada Santista. Aumentou o quadro operário e, conseqüentemente, era natural que houvesse um desenvolvimento na consciência do movimento sindical, dos trabalhadores.

(...) Em São Paulo, nós tivemos, em 1953, intensos movimentos. Antes, em defesa do Petróleo, mais tarde contra a carestia, nós tivemos greves de 400 mil trabalhadores, mais tarde nós tivemos greves de 700 mil; tivemos greves no período de Jânio no Estado de São Paulo, em que a polícia foi bastante violenta, até se diz que vários companheiros tiveram os pés machucados por patas de cavalos.

(...) E nessa época tínhamos o movimento político, (...) com homens que tinham uma posição política bastante avançada no sentido de implantação de um regime político democrático de verdade. (...) Então, tivemos dirigentes sindicais como: Geraldo Rodrigues dos Santos, Waldemar Neves Guerra, Manoel de Almeida, Oswaldo Lourenço, Alberto Pires Barbosa, Geraldo Silvino, Antônio Guarnieri, João Gonçalves Neto, José Gonçalves, nas Docas. (...) Então, com a renúncia do Jânio, houve certa vacilação de se tomar ou não uma posição de defesa da posse de João Goulart. (...) Os companheiros

tidos à esquerda, (...) Geraldo Silvino de Oliveira, Waldemar Neves Guerra, Oswaldo Lourenço, Manuel de Almeida e alguns outros, acabaram assumindo o Fórum. Não podia, naquele instante, deixar de ter uma participação na luta pela posse do presidente João Goulart. (...) Mais tarde, no final de 61, houve eleição para a diretoria do Fórum. (...) O Silvino ganhou a gestão seguinte, 62, o Silvino e outros companheiros, teve de mim total apoio. (...) Então, no final de 62, aconteceu nova eleição, (...) e dizia-se que naquela época havia recursos do IBAD⁽²⁾ para a eleição de um dirigente do Fórum que fosse contrário ao Silvino. E os companheiros me procurando, para ser dirigente da chapa que representaria a continuidade do Silvino. E eu venho a ser eleito presidente do Fórum Sindical, e posteriormente reeleito, isso no final de 63. Neste período, aconteceu em Santos aquele ascenso democrático desde 1950. (...) O sindicalismo teve bastante acesso democrático. (...) E 60, 1^o de julho, nós tivemos uma greve geral em solidariedade a 34 companheiros do Moínho Paulista que seriam transferidos para o Paraná à sua revelia. Foi uma greve geral (...) muito exitosa e fomos vitoriosos. (...) A greve dos enfermeiros da Santa Casa e da Beneficência Portuguesa que mereceu o maior louvor, o maior destaque. (...) O Sindicato dos Operários Portuários, aquele imenso salão, estava praticamente lotado de mulheres. E mais tarde o Sindicato da Administração dos Serviços Portuários (...) lotado, com os telefones desliga-

(1) Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgica, Mecânica e Materiais Elétricos de Santos e Região

(2) Instituto Brasileiro de Ação Democrática

dos, a luz cortada, a água fechada, e aquelas possíveis 400 mulheres não arredavam pé daquele Sindicato⁽³⁾, inclusive um delegado perguntando o que elas queriam e elas diziam que queriam apenas respeito aos seus dirigentes e as conquistas de suas reivindicações. Realmente aquilo foi emocionante. (...) É porque há organização, sem baderna, pacífica, apenas reivindicando melhorias salariais.

Fomos mal compreendidos, inclusive o então governador, Adhemar Pereira de Barros, pôs praticamente a polícia em cima de nós. (...) O movimento sindical em Santos sempre foi forte, e a corrente portuária, que agrega todos os sindicatos da área marítima, muito evoluída.



(3) Greve dos Enfermeiros



Exilados brasileiros em Praga - 1964/Alberto Pires Barbosa, Vitelbino Ferreira de Souza, Rodolfo Konder entre outros.
Origem: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgica, Mecânica e Materiais Elétricos de Santos/Acervo: FAMS

Vitelbino Ferreira de Souza, presidente do Fórum Sindical de Debates, discursa durante a "Greve dos Enfermeiros", 1963.
Origem: Arthur José Tinoco e Silva/Acervo: FAMS

ZOAINES DE MORAES FILHO

EN-PETROLEIRO

(...) Eu comecei a trabalhar na Refinaria Presidente Bernardes em 13 de março de 1955. Eu comecei como fiscal de pintura, posteriormente eu fiz um treinamento para ser operador e como operador já entrei diretamente na unidade de tratamento de gasolina. E praticamente os 10 anos que eu fiquei na Refinaria Presidente Bernardes, Petrobrás, eu fiquei nessa unidade.

(...) Mas, foi em 57 realmente, teve duas ou três reuniões, foi formada a associação, mas o pessoal todo foi demitido pela cúpula da Petrobrás.

(...) A Petrobrás não aceitava que se fizesse grupos, eles achavam que eram elementos de esquerda. (...) Nessa formação, eu fui convidado, apareci e comecei a dar palpite a respeito de como se montar o estatuto social, saí presidente num acidente. De repente me vi presidente da associação; (...) quando saí da reunião, vi que eu podia ser demitido e fui chamado realmente pelo coronel Diegues, que era o superintendente naquela época, mas consegui me manter na condição de presidente e na condição de funcionário.

(...) Gelásio⁽¹⁾ esteve nessa reunião; Silvino⁽²⁾ ainda não estava; (...) Ubirajara veio posteriormen-

te; (...) Pedro Valério participou. (...) Foi um jogo de cintura. Eu era muito jovem e consegui convencer o superintendente de que as nossas tendências não eram esquerdizantes. (...) A verdade é essa, (...) não sabíamos o poder que tínhamos na mão. E eles sabiam, na verdade eles sabiam. (...) E foi com muita calma, com muita paciência, que nós conseguimos levar a associação avante. (...) Mas foi assim, foi tocando, fomos sentindo o peso da responsabilidade, a necessidade que existia de organização, desde o problema social que existia na Refinaria, o problema de segurança que existia, que era muito importante na época. (...) Nós fomos tendo contato com os sindicatos da Baixada, (...) fomos fazendo algumas reuniões, até chegar já na transformação da associação em sindicato. (...) E era um anseio muito grande da gente que se fizesse uma, um sindicato. (...) Nós já tínhamos, por exemplo, problemas muito sérios de segurança, problemas muito sérios de atendimento dos funcionários relativos à medicina, (...) a forma de aumentos (salariais) que houvesse era a cargo de cada um. (...) Então, nós fomos corrigindo as coisas até chegar à criação do Sindicato⁽³⁾, (...) quem fez a eleição fui eu e o Gelásio. (...) Ubirajara ficou, era o presidente,

foi o primeiro presidente do Sindicato. (...) Nisso aí já começou a aparecer o Silvino, já começou a aparecer outros elementos, o Adelson⁽⁴⁾ etc. Um monte de pessoas que hoje estão na ativa, aí mexendo, lutando pela classe. (...) Nós conseguimos as 6 horas, nós conseguimos efetivamente equacionar a participação nos lucros, (...) o pagamento de férias que não eram pagas. Então, eu acho, tenho a impressão que foi o primeiro, que eu me lembre assim, a primeira classe no Brasil que conseguiu determinadas coisas como essas assim.



Reunião na Cúria Diocesana de Santos durante a "Greve dos Enfermeiros": Pe. Waldemar Martins, José Raimundo Faro Melló, Arthur J. Tinoco, 1963

Origem: Arthur José Tinoco e Silva/Açervo: EAMS

(1) Um colega, Gelásio de Castro

(2) Geraldo Silvino de Oliveira

(3) Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Refinação e Destilação de Petróleo de Santos, Cubatão e São Sebastião

(4) Adelson Cubas, petroleiro

Assembléia durante a greve dos Enfermeiros - 1963.

Origem: Arthur José Tinoco e Silva/Acervo: FAMS



BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, M. *Operariado, sindicalismo e controle*. Estudos, v. 12, 1989.
- ALEN, Sílvio Frank. *Os trabalhadores e a redemocratização*. Dissertação de Mestrado, Unicamp, 1981.
- ANDRADE, W. T. F. de. *O que se pode ler sobre Santos*. São Paulo, Loyola, 1977.
- . *O discurso do progresso: a evolução urbana de Santos (1870-1930)*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1989.
- ALEXANDRE, Carlos M. e SILVA, Ricardo M. da. *Sombras sobre Santos: o longo caminho de volta*. Santos, Secretaria Municipal de Cultura, 1988.
- ALMEIDA, Maria Hermínia. "O sindicalismo no Brasil: novos problemas, velhas estruturas". *Revista Debate e Crítica*, São Paulo, 6 jul. 1975.
- ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil. Da Revolução de 30 a.é à Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo, Cortez, 1982.
- ARAÚJO FILHO, J. R. "A expansão urbana em Santos". In: *A Baixada Santista, aspectos geográficos*. São Paulo, Edusp, 1965, v. 3, pp. 21-48.
- ARAÚJO, Braz José de. *Operários em luta: Metalúrgicos da Baixada Santista (1933-1983)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva. *Relatório do Departamento de Saúde do STIMMES*, 1983.
- BARROS, Geraldo Mendes. *Guilherme Guinle: ensaio biográfico*. Rio de Janeiro, Agie, 1982.
- BEIGUELMAM, Paula. "Morros santistas". *Sociologia*, São Paulo, n. 10, 1945.
- BENEVIDES, Maria Vitória. *O PTB e o trabalho: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- . *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro, Difel, 1976.
- . *Movimento operário no Brasil (1945-1964)*. São Paulo, Difel, 1981.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A experiência do movimento operário*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- CASTRO, Sandra. "Apogeu e crise do populismo (1945-1964)". In: LÖWY, Michel et alii. *Do movimento operário independente ao sindicalismo de Estado*. Belo Horizonte, Vega, 1980.
- CHILCOLE, R. H. *O Partido Comunista Brasileiro - Conflito e integração (1922-1972)*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- COSTA, Amad. *O CGT e as lutas sindicais brasileiras: 1960-1964*. São Paulo, Grêmio Politécnico, 1981.
- COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo, Scritta, 1995.
- CONGRESSO MÉDICO. *Commentário do centenário do hospital da Santa Casa de Misericórdia de Santos*. Resenha coligida pelo Dr. Edgard de Cerqueira Falcão. São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas, 1936.
- DEAN, W. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo, Difel, 1971.
- DIAS, E. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega, 1977.
- EAESP-FGV. *Influência econômica do porto de Santos*. Belo Horizonte, Agie, 1980.
- ERICKSON, Kenneth Paul. *Sindicalismo no processo político brasileiro*. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- FOOT HARDMAN, F. e LEONARDI, V. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo, Global, 1982.
- GITAHY, Maria Lúcia C. "Porto de Santos". In: PRADO, Antonio Arnoni (org). *Libertários no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- . "Processo de trabalho e greves portuários, 1889-1910: estudo sobre a formação da classe operária no porto de Santos". In: *Ciências Sociais, Hoje*. Rio de Janeiro, Vértice, 1987.
- . *Os trabalhadores do porto de Santos*. Dissertação de Mestrado, Unicamp, 1986.
- . *Ventos do Mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914*. São Paulo/Santos, Unesp/Prefeitura Municipal de Santos, 1992.
- GOLDENSTEIN, Léa. *A industrialização da Baixada Santista: estudo de um centro industrial satélite*. São Paulo, Instituto Geográfico da USP, 1972.
- GONÇALVES, Alcindo. *Lutas e sonhos: cultura política e hegemonia progressista em Santos (1945-1962)*. Unesp, Prefeitura Municipal de Santos, 1995.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalho: São Paulo, Vértice*, 1988.
- HANPT, George. "Por que a história do movimento operário?". *Revista Brasileira de História*, ano 5, n. 10, mar/ago, 1985.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.

- HOBBSAWN, Eric. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- . *Os trabalhadores*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- KOVAL, Boris. *História do proletariado brasileiro 1857-1967*. São Paulo, Alfa-Omega, 1982.
- LANNA, Ana Lúcia de. *Uma cidade na transição - Santos: 1879-1913*. São Paulo/Santos, Hucitec, 1996.
- LECOQC-MÜLLER, Nice. "A população regional". In: ARAÚJO FILHO, J. R. et alii. *A Baixada Santista, aspectos geográficos*. São Paulo, Edusp, 1965, v. 2.
- LEITE, Márcia de Paula. *Sindicatos e trabalhadores na crise do populismo*. Dissertação de Mestrado, Unicamp, 1983.
- LOPES, J. S. L. (org.). *Cultura e identidade operária. Aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro, UFRJ/MN/Marco Zero/Proed, 1984.
- LOBO, Hélio. *Docas de Santos: suas origens, lutas e realizações*. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1936.
- LUCENA, Arlindo. *Bagrinhos e tubarões*. São Paulo, Fulgor, 1964.
- MAGNANI, S. I. L. *O movimento anarquista em São Paulo, 1906-1917*. Dissertação de Mestrado, Unicamp, 1979.
- MARAM, Sheldom Lislic. *Anarquistas, imigrantes e movimento operário*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e democratização*. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- MORAIS FILHO, Evaristo de. *O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos*. 2. ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1978.
- MIGLIOLI, Jorge. *Como são feitas as greves no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.
- MOISÉS, José Álvaro. "1953: a greve dos 300 mil em São Paulo". *Contraponto*, ano 1, n. 14, 1976.
- MOORE JUNIOR, Barrington. *As bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- PAOLI, Maria Célia. *Desenvolvimento e marginalidade*. São Paulo, Pioneira, 1974.
- . *Trabalho e conflito na era do Estado: direitos sociais, cidadania, leis do trabalho no Brasil: 1930-1950*. Tese de Livre-docência, London University, 1988.
- PEREIRA, Astrogildo. *Formação do PCB: 1922/1928. Notas e documentos*. Rio de Janeiro, Vitória, 1962.
- MARTINS, Conceição da P. *A greve dos enfermeiros*. Santos, 1993. (mimeo.)
- PETRONI, P. "O porto e a cidade de Santos". In: FRANÇA, A. *A marcha do café e as frentes pioneiras*. Rio de Janeiro, CNG, 1956, pp. 118-136.
- PRATA, Ranulpho. *Navios iluminados*. São Paulo, Scritta, 1996 (Col. Brasilis).
- PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil 1889-1930 - Documentos*. VI - O movimento operário. São Paulo, Alfa-Omega, 1979.
- POSSAS, Cristina de Albuquerque. *Saúde e trabalho: a crise da Previdência Social*. Rio de Janeiro, Graal, 1981.
- RAMALHO, José Ricardo. *Estado-patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. "Sindicalismo e classe operária". In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, tomo 10, s.d.
- . *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Difel, 1966.
- ROITMAN, Leonardo. *Greve no porto contra Franco: contribuição à luta antifascista dos trabalhadores de Santos*. Depoimento ao Centro de Memória Sindical de São Paulo.
- RODRIGUES, Oloa. *História da Imprensa de Santos*. Santos, 1979.
- SANTOS, Francisco Martins. *História de Santos*. São Vicente, Candex, 1986.
- SÃO PAULO. Departamento Estadual do Trabalho. *Boletins*. São Paulo, 1911/1912/1914.
- SEABRA, M. F. G. "Companhia Siderúrgica Paulista". In: *A Baixada Santista - Aspectos geográficos*, v. IV. São Paulo, Edusp, 1965, pp. 107-168.
- SARTI, Ingrid. *O Porto Vermelho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa. Os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade: 1937-1968*. São Paulo/Santos, Hucitec, 1995.
- SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. São Paulo, Dominus, 1966.
- SOUZA MARTINS, Heloísa Helena Teixeira. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1979.
- TELLES, Jover. *O movimento sindical no Brasil*. 2. ed. São Paulo, Ciências Humanas, 1981.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, 3 vols.
- TROYANO, Annez. *Estado e sindicalismo*. São Paulo, Símbolo, 1978.
- VIANNA, L. J. Werneck. *Liberalismo e sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- . "Questões atuais sobre o sindicalismo". *Escritos-Ensaio*, n. 4, 1978.
- WEFFORI, Francisco. "Origens do sindicalismo populista no Brasil". *Estudos Cebrap*, n. 4, abr.-jun. 1973.
- . *Sindicatos e política*. Tese de livre-docência. Universidade de São Paulo, 1975.

EQUIPE TÉCNICA

Projeto

Rcinaldo Lopes Martins

Coordenação e pesquisa

Conceição da Piedade Martins

Gravação de depoimentos

José Antonio Lopes "Zeca"

Elaine Leite Lima

Transcrição de depoimentos

Edgar Cliquet

Jussara Jesus de Praga Dias

Sérgio José Távares dos Santos

Sonia Regina Placa

Wendy Travassos Azurza

Fotos

Reprodução

DECOM/PMS e FAMS

Antonio Ernesto Papa Júnior

Antonio Vargas

Seleção

Rejane Martins Busch

Fundação Arquivo e Memória de Santos

Outeiro de Santa Catarina

Rua Visconde do Rio Branco, 48

CEP 11013-010 - Centro - Santos - SP

Fone/Fax (013) 235.6021 - Fone (013) 232.7313

Casa de Frontaria Azulejada

Rua do Comércio, 96

CEP 11010-140 - Centro - Santos - SP

Fone/Fax (013) 219.4321

Internet: <http://www.fundasantos.org.br>